

Relatório de Gestão 2024

ano base
2023



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Relatório de Gestão do exercício de 2023 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ está obrigado, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Relatório elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 188/2020 e DN TCU nº 192/2022

Equipe técnica

Coordenação de elaboração e sistematização:

Glauter dos Santos Guimarães

Chefe do Departamento de Planejamento e Políticas Institucionais

Supervisão de elaboração:

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Stênio Wagner Pereira de Queiroz

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Responsáveis pelos conteúdos:

José Wally Mendonça Menezes

Reitor

Milena Mendes da Costa

Auditora

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Ensino

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Pró-Reitora de Extensão

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Marcel Ribeiro Mendonça

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Danilo Reis de Vasconcelos

Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação

Vlândia de Sousa Ferreira

Coordenadora de Governança

Lista de siglas

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COLDIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior
CPGF – Cartão de Crédito Corporativo
DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis
DGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DN – Decisão Normativa
EaD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC – Formação Inicial e Continuada
FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPOG – Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET – Instituição Federal de Educação Tecnológica
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPA – Plano Plurianual
PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Nacional com a Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SF – Suprimento de Fundos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

UAB – Universidade Aberta do Brasil
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Sumário

Mensagem do dirigente máximo.....	9
1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	12
1.1. Sobre a instituição	12
1.2. Estrutura organizacional.....	17
1.3. Estrutura de governança	18
1.3.1. Instâncias internas de governança	19
1.3.2. Instâncias internas de apoio à governança	21
1.3.3. Estruturas de governança externas.....	23
1.4. Modelo de negócio.....	23
1.5. Objetivos estratégicos	24
1.6. Cadeia de valor	25
1.7. Ambiente externo.....	27
1.8. Determinação da materialidade dos temas	28
2. Gestão de Riscos e Controles	31
2.1. Mapeamento de processos	32
2.2. Plano de integridade	33
2.3. Acompanhamento das recomendações da CGU e Audin.....	33
2.4. Ações de correção	34
2.5. Comitê de Governança, Risco e Controle	35
2.6. Avaliação Institucional.....	35
2.7. Fomento à transparência ativa.....	35
2.8. Apoio da estrutura de governança	36
3. Resultados da Gestão.....	39
3.2. Eixo Ensino.....	39
3.2.1. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas	39
3.2.2. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito.....	41
3.2.3. Melhoria na qualidade do ensino.....	42
3.3. Eixo Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	46
3.3.1. Fortalecimento da pesquisa institucional.....	46
3.3.2. Consolidação da inovação	46
3.3.3. Expansão e excelência da pós-graduação	47
3.4. Eixo Extensão.....	52
3.4.1. Desenvolvimento local e regional	52
3.4.2. Diversidade e acessibilidade.....	57

3.4.3.	Empreendedorismo	58
3.5.	Eixo Administração e Planejamento.....	61
3.5.1.	Execução da Lei Orçamentária Anual	61
3.5.1.1.	<i>Valores pagos por grupo e elemento de despesa</i>	64
3.5.1.2.	<i>Gestão de custos</i>	69
3.5.2.	Gestão de licitações e contratos	70
3.5.2.1.	<i>Conformidade legal</i>	70
3.5.2.2.	<i>Processos de contratações</i>	70
3.5.2.3.	<i>Contratações mais relevantes</i>	72
3.5.2.4.	<i>Principais tipos de contratações diretas</i>	73
3.5.2.5.	<i>Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos</i>	74
3.5.2.6.	<i>Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei Nº 8.958/1994</i>	76
3.5.3.	Gestão patrimonial e infraestrutura.....	79
3.5.3.1.	<i>Conformidade legal</i>	79
3.5.3.2.	<i>Principais investimentos de capital</i>	79
3.5.3.3.	<i>Administração predial</i>	79
3.5.3.4.	<i>Gestão dos bens imóveis</i>	80
3.5.3.5.	<i>Desfazimento de ativos</i>	81
3.5.3.6.	<i>Principais desafios e ações futuras</i>	81
3.5.4.	Sustentabilidade Ambiental	82
3.5.4.1.	<i>Crterios de sustentabilidade nas contratações e aquisições</i>	82
3.5.4.2.	<i>Realização de licitações para instalação de usinas fotovoltaicas</i>	82
3.5.4.3.	<i>Ações para a redução do consumo de recursos naturais</i>	83
3.6.	Gestão da Tecnologia da Informação	84
3.6.1.	Principais sistemas e projetos	85
3.6.2.	Principais metas não atingidas	86
3.6.3.	Segurança da informação	86
3.7.	Gestão de Pessoas	87
3.7.1.	Conformidade legal	87
3.7.2.	Avaliação da força de trabalho.....	89
3.7.3.	Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	91
3.7.4.	Detalhamento e despesas de pessoal	93
3.7.5.	Avaliação de desempenho.....	94
3.7.6.	Política de Desenvolvimento de Pessoal	98
3.7.7.	Programa de Gestão e Desempenho.....	99
3.7.8.	Programa Qualidade de Vida.....	101

3.7.9.	Desafios e ações futuras.....	101
4.	Demonstrações Contábeis	104
4.1.	Balanço Patrimonial.....	104
4.2.	Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	106
4.3.	Balanço Orçamentário (BO).....	108
4.4.	Balanço Financeiro (BF)	110
4.5.	Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)	111
4.5.1.	Estrutura do Instituto Federal do Ceará – IFCE	111
4.5.2.	Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis.....	113
4.5.3.	Resumo dos principais critérios e políticas contábeis	114
4.6.	Notas explicativas.....	119
4.6.1.	Ativo circulante.....	119
4.6.2.	Caixa e equivalentes de caixa	120
4.6.3.	Créditos a curto prazo	120
4.6.4.	Estoques	122
4.6.5.	VPDs Pagas antecipadamente	122
4.6.6.	Ativo não circulante.....	123
4.6.7.	Realizável a longo prazo	123
4.6.8.	Imobilizado	124
4.6.9.	Bens móveis.....	124
4.6.10.	Bem imóveis	126
4.6.11.	Intangível	127
4.6.12.	Passivo circulante	129
4.6.13.	Fornecedores e contas a pagar.....	129
4.6.14.	Obrigações contratuais.....	130
4.6.15.	Patrimônio líquido	132
4.6.16.	Variações patrimoniais aumentativas	133
4.6.17.	Variações patrimoniais diminutivas	133
4.6.18.	Resultado patrimonial	134
4.6.19.	Execução das receitas orçamentárias.....	134
4.6.20.	Execução das despesas orçamentárias.....	135
4.6.21.	Resultado orçamentário	136
4.6.22.	Remuneração de pessoal.....	136
4.6.23.	Restos a pagar	137
4.6.24.	Resultado financeiro.....	137
4.6.25.	Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	138

Mensagem do dirigente máximo

Senhores e Senhoras,



O Instituto Federal do Ceará – IFCE procurou consolidar, em 2022, período pós-pandêmico, as políticas e ações necessárias para aperfeiçoar as rotinas de trabalho e, ao mesmo tempo, avançar estrategicamente em práticas relativas à excelência na educação. Foi necessário reconfigurar e aplicar novos conceitos, possibilidades e limites à forma de gerir a nossa instituição em um novo momento. A adversidade nos fortaleceu, e enfrentamos o recomeço com empatia, tolerância e resiliência. Vamos aos resultados!

Em 2022, quanto ao ensino, a instituição ofertou 616 cursos (270 de formação inicial e continuada – FIC; 179 técnicos; 124 de graduação e 43 de pós-graduação), vinculando mais de 64 mil alunos às nossas 33 unidades de ensino, de acordo com dados disponíveis na [Plataforma Em Números](#). Além disso, a área de pesquisa e inovação registraram-se 210 depósitos e registros de propriedade intelectual. A área da extensão total de 2722 discentes envolvidos em atividades de extensão.

Apesar dos desafios, houve o desenvolvimento da área educacional, dando continuidade ao processo de aprendizado dos nossos alunos, aliado à forma como nós, enquanto instituição pública de ensino, atuamos e fortalecemos a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Para que o nosso planejamento nas áreas-fim alcançasse os objetivos propostos, fez-se necessário o suporte das áreas de administração, gestão de pessoas, tecnologia da informação e das instâncias internas de governança.

Como parte de um esforço contínuo de ampliação da transparência ativa na instituição, iniciada, em 2016, com a publicação do IFCE em Números, elaboramos o [Painel Orçamentário do IFCE](#), onde foram publicadas todas as despesas da instituição desde 2010 e por meio do qual a comunidade escolar pode realizar o controle social dos gastos realizados no âmbito da instituição.

Ainda no que tange ao orçamento, cabe destacar a reformulação da metodologia de distribuição orçamentária no âmbito do IFCE, cujo resultado proporcionou uma divisão mais justa e igualitária do orçamento anual entre as nossas unidades.

Quanto à infraestrutura, em 2023, entregamos 5 obras (construção de barreira de contenção no campus Guaramiranga, construção de salas de aula no campus Tianguá,

impermeabilização da cobertura do bloco da Oficina Mecânica do IFCE – campus Maracanaú, Recuperação da cobertura de estrutura metálica da quadra poliesportiva do IFCE – campus Caucaia e construção de quatro salas na Reitoria do IFCE) e demos continuidade ao Programa de Sustentabilidade Ambiental, adotando a tecnologia *Light Steel Frame* para a elaboração de projetos de salas de aula e refeitórios, reduzindo a geração de resíduos e a utilização de água na execução das obras. Adotamos o uso de equipamentos e componentes de maior eficiência energética e, entre outras realizações, elaboramos projetos para a instalação de usinas fotovoltaicas, com ampliação da potência instalada para 1 MWp, com instalação de novas usinas fotovoltaicas nos *campi* Guaramiranga, Umirim, Boa Viagem, Crateús, Itapipoca, Tianguá, Ubajara, Morada Nova, Quixadá e Crato.

Na área da gestão de pessoas, é necessário expressar que a estratégia de seleção para provimento de cargos efetivos, além de atender ao modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), identificou as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Diante de tantas realizações, convidamos você a se aprofundar ainda mais nos principais resultados obtidos no ano passado. Para isso, apresentamos de forma transparente a atuação de nossa instituição no ano de 2023, fruto de um trabalho participativo de nossos gestores no desempenho de nossa missão institucional.

Ótima leitura!

José Wally Mendonça Menezes

Reitor do Instituto Federal do Ceará



Visão geral **organizacional** **e ambiente externo**

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1. Sobre a instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Atualmente, o IFCE é uma das maiores instituições de ensino técnico e superior do estado do Ceará, com 35 unidades distribuídas em diferentes cidades cearenses. A instituição oferece cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, além de programas de pós-graduação.

Além disso, a instituição também realiza pesquisa e extensão, desenvolvendo projetos que contribuem para o desenvolvimento da região e do país, como a produção de alimentos, o desenvolvimento de tecnologias para a indústria, a preservação do meio ambiente e a promoção da cultura e da cidadania.

O IFCE tem como missão formar profissionais de excelência e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região e do país. Com uma história de mais de um século de educação técnica e superior, a instituição é reconhecida pela qualidade de seus cursos e pelo compromisso com a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento do país.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.



VISÃO

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.



VALORES

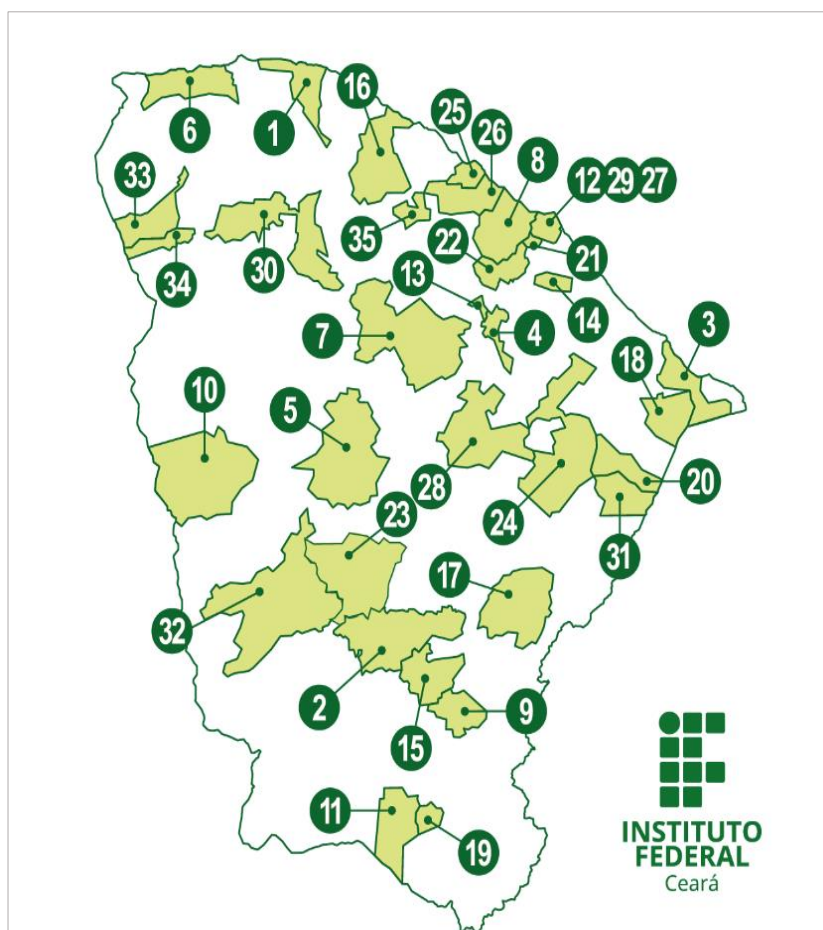
Valorizar o compromisso ético com responsabilidade social, respeito, transparência, excelência e determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.



O IFCE é constituído por uma reitoria e um Polo de Inovação, ambos sediados em Fortaleza, além de 33 unidades acadêmicas, que são os locais de oferta dos cursos presenciais da instituição. A reitoria, órgão administrativo central do IFCE, e as unidades acadêmicas, denominadas individualmente de *campus*, estão distribuídas em todas as macrorregiões do estado do Ceará.

Figura – A presença do IFCE no Ceará.

- 1 – [Acaráú](#)
- 2 – [Acopiara](#)
- 3 – [Aracati](#)
- 4 – [Baturité](#)
- 5 – [Boa Viagem](#)
- 6 – [Camocim](#)
- 7 – [Canindé](#)
- 8 – [Caucaia](#)
- 9 – [Cedro](#)
- 10 – [Crateús](#)
- 11 – [Crato](#)
- 12 – [Fortaleza](#)
- 13 – [Guaramiranga](#)
- 14 – [Horizonte](#)
- 15 – [Iguatu](#)
- 16 – [Itapipoca](#)
- 17 – [Jaguaribe](#)
- 18 – [Jaguaruana](#)
- 19 – [Juazeiro do Norte](#)
- 20 – [Limoeiro do Norte](#)
- 21 – [Maracanaú](#)
- 22 – [Maranguape](#)
- 23 – [Mombaça](#)
- 24 – [Morada Nova](#)
- 25 – [Paracuru](#)
- 26 – [Pecém](#)
- 27 – [Polo de Inovação Fortaleza](#)
- 28 – [Quixadá](#)
- 29 – [Reitoria](#)
- 30 – [Sobral](#)
- 31 – [Tabuleiro do Norte](#)
- 32 – [Tauá](#)
- 33 – [Tianguá](#)
- 34 – [Ubajara](#)
- 35 – [Umirim](#)



O IFCE oferece um ensino público, gratuito e de qualidade a todos os cidadãos residentes nos municípios-sede das nossas instalações, bem como aos residentes dos municípios circunvizinhos. Ademais, a instituição amplia sua atuação alcançando outros municípios nos quais não há *campus* instalado, por meio da oferta de cursos da modalidade de ensino a distância.

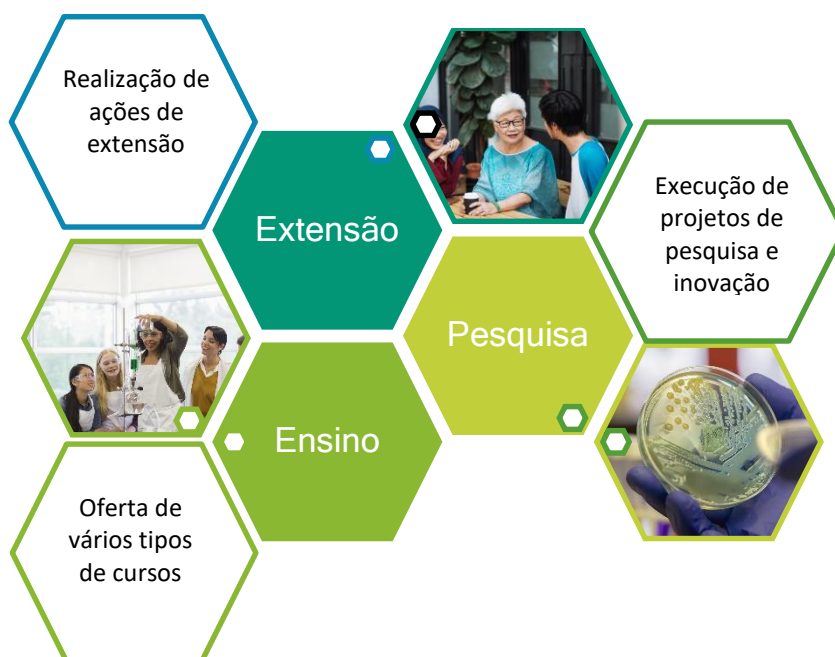
Já as atividades de pesquisa e extensão buscam contribuir para o desenvolvimento regional e nacional por meio da produção de conhecimento e da promoção de ações voltadas para a sociedade.

A pesquisa é desenvolvida por meio de programas de pós-graduação *stricto sensu*, com mestrado e doutorado, além de grupos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, como tecnologia, ciências agrárias, saúde, educação, entre outras. Os projetos de pesquisa têm como

objetivo gerar conhecimento científico e tecnológico, promovendo a inovação e a solução de problemas sociais e empresariais.

A extensão, por sua vez, é uma atividade que busca promover a interação entre a instituição e a sociedade, levando o conhecimento produzido na academia para a comunidade e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes. Os projetos de extensão compreendem diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, tecnologia, cultura e esporte, envolvendo a comunidade acadêmica e a população local.

Figura - Principais eixos de atuação



Dentre os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo IFCE, destacam-se iniciativas como a criação de tecnologias para a indústria, a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o apoio à agricultura familiar, a promoção da cultura e da cidadania, a formação de professores para a educação básica, entre outras.

Com projetos de excelência e uma equipe de professores e pesquisadores qualificados, o IFCE é reconhecido pela qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A seguir, apresenta-se o endereço de nossas unidades acadêmicas:



ACARAÚ

Av. Des. Armando de Sales Louzada, S/N. 62580-000



ACOPIARA

Rod. Ce 060, km 332, S/N- Vila Martins. 63560-000



ARACATI

Ce 040, km 137.1, S/N Aeroporto. 62800-000



BATURITÉ

Rua Ouvidor Mor Vitoriano Soares Barbosa, 01 Sanharao. 62760-000



BOA VIAGEM

Br 020 km 209, S/N Anafue. 63870-000



CAMOCIM

R. Doutor Raimundo Cals, 2041 Cidade com Deus. 62400-000



CANINDÉ

Rodovia BR 020, km 303, s/n Jubaia. 62700-000



CAUCAIA

R. Francisco da Rocha Martins, S/N Pabussu. 61600-050



CEDRO

Alameda Jose Quintino, S/N Prado. 63400-000



CRATEÚS

Av. Doutor Geraldo Barbosa Marques, 567 Venâncios. 63708-260



CRATO

Rodovia CE 292, Giselia Pinheiro. 63115-500



FORTALEZA

Av. Treze de Maio, 2081 Benfica. 60040-215



GUARAMIRANGA

Sítio Guaramiranga, S/N Centro. 62766-000



HORIZONTE

R. Francisca Cecilia Sousa, S/N Planalto Horizonte 62884-105



IGUATU

Rodovia CE 060 km 05, S/N Cajazeiras. 63503-790



ITAPIPOCA



JAGUARIBE



JAGUARUANA



JUAZEIRO DO NORTE



LIMOEIRO DO NORTE

Av. da Universidade,
102 Madalenas.
62505-090

R. Pedro Bezerra de
Menezes, 387.
63475-000

Av. Antonio da
Rocha Freitas, 1566
Centro. 62823-970

Av. Gov. Plácido
Aderaldo Castelo,
1646 63040-540

R. Estevam Remigio,
1145 Centro. 62930-
000



MARACANAÚ

Avenida Parque
Central, Distrito
Industrial I. 61939-
140



MARANGUAPE

Avenida Joaquim
Lopes de Abreu,
Rodovia CE 065.
Novo Parque
Iracema. 61949-210



MORADA NOVA

Av. Prefeito
Raimundo Jose
Rabelo, 2717 Julia
Santiago. 62940-000



MOMBAÇA

Rodovia CE 363,
63610-000
Mombaça - CE



PARACURU

Rodovia CE 341, Km
02 Parque Novo
Paracuru. 62680-000



PECÉM

Rodovia CE 422, S/N
Km 4. 62674-000



QUIXADÁ

Av. José de Freitas
Queiroz, 5000
Cedro. 63902-580



SOBRAL

Av. Dr. Guarany,
317, Betania. 62042-
030



TABULEIRO DO NORTE

Rodovia CE 377 Km
2, S/N Sítio
Taperinha. 62960-
000



TAUÁ

Av. Antonio Teixeira
Benevides, 01
Colibris. 63660-000



TIANGUÁ

Rodovia CE 187, 0
Saída para Viçosa.
Aeroporto. 62320-
000



UBAJARA

Rua Luiz Cunha, 178
Monte Castelo.
62350-000



UMIRIM

Fazenda Floresta,
S/N Floresta. 62660-
000



POLO DE INOVAÇÃO

R. Nogueira Acioli,
621 - Aldeota,
60110-140,
Fortaleza - Ce



REITORIA

R. Jorge Dumar,
1703, Jardim
América, Fortaleza –
Ce

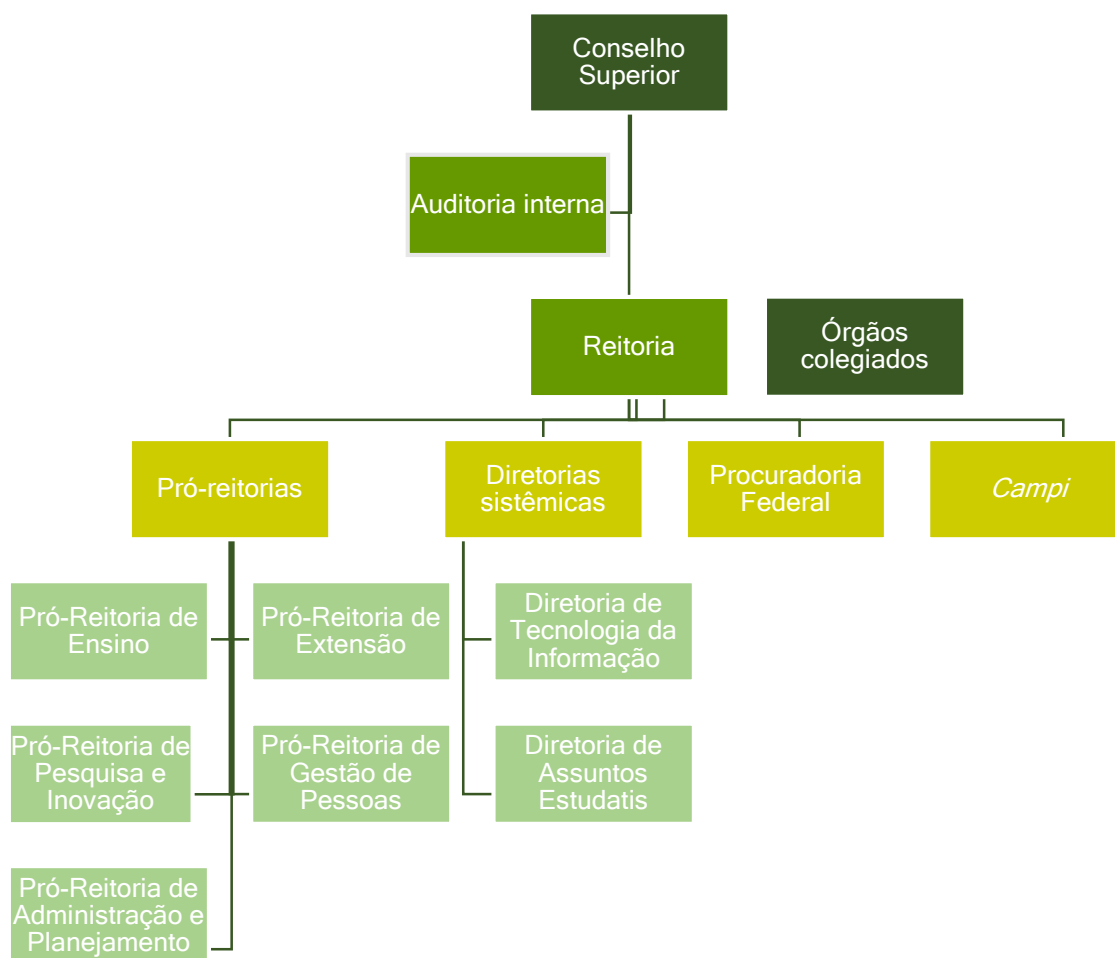
1.2. Estrutura organizacional

Criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e pautado na estruturação *multicampi*, nos valores da administração pública descritos na Constituição Federal e nas demais legislações pertinentes, o IFCE tem uma organização administrativa que garante uma gestão democrática regrada por um estatuto com instâncias de decisão compostas pela diversidade de segmentos que fazem parte da comunidade institucional.

O estatuto do IFCE, publicado por meio da Resolução Consup/IFCE nº 22, de 20 de agosto de 2009, define as competências de seus órgãos colegiados e prevê a existência de um regimento geral, que detalha a estrutura organizacional e as competências das unidades administrativas do IFCE.

O Regimento Geral do IFCE, por sua vez, foi publicado por meio da Resolução Consup/IFCE nº 30, de 24 de agosto de 2010, definindo o modelo de gestão da instituição, cuja estrutura pode ser observada na figura a seguir.

Figura - Estrutura organizacional do Instituto Federal do Ceará em 2023



Fonte: <https://siorg.gov.br/siorg-cidadao-webapp/resources/app/organograma.html>

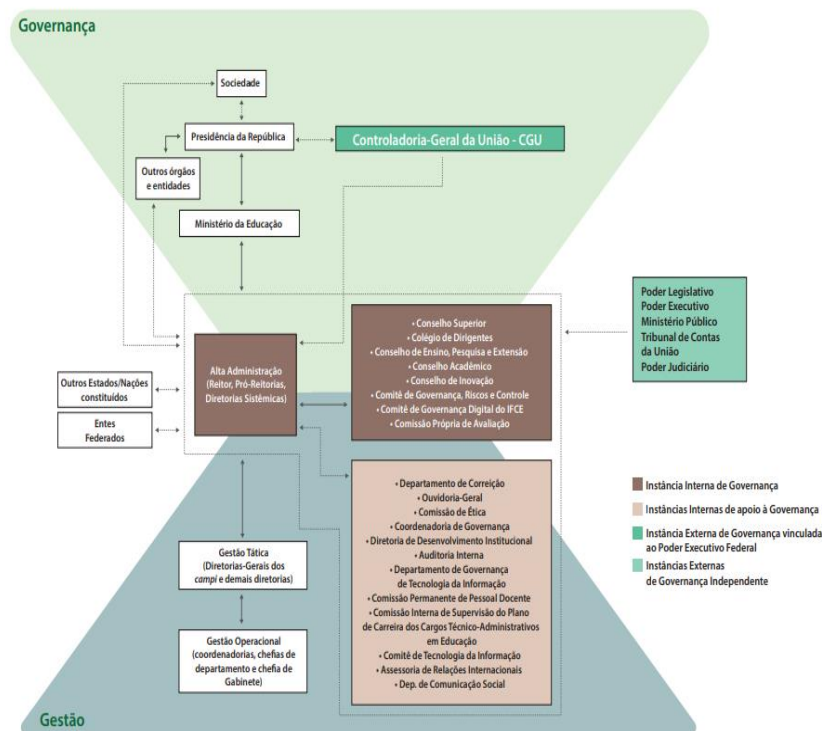
O Conselho Superior (Consup), composto por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, como professores, técnicos administrativos e estudantes, além de representantes da sociedade civil; é o órgão máximo de deliberação do IFCE, responsável por aprovar o regimento interno, estabelecer as políticas, as diretrizes gerais e as normas de funcionamento da instituição, bem como supervisionar e fiscalizar suas atividades. Já a reitoria é a responsável pela administração geral da instituição e pela implementação de políticas e diretrizes que visam garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelos *campi*.

1.3. Estrutura de governança

A governança corresponde a um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Nesse sentido, a estrutura de governança visa à transparência, eficiência e redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais, a fim de entregar melhores resultados para a sociedade.

No modelo do IFCE, os principais atores estão focados no funcionamento sistêmico dessa área e estão distribuídos, conforme suas respectivas funções, em três agrupamentos: instâncias internas de governança, instâncias internas de apoio à governança e instâncias externas de governança.

Figura - Estrutura de Governança do Instituto Federal do Ceará em 2023



As instâncias internas de governança são órgãos, comitês ou equipes criadas dentro de uma organização com o objetivo de garantir que as decisões e ações tomadas pelos gestores estejam em conformidade com as leis, regulamentos, políticas e valores da instituição. Essas instâncias são responsáveis por monitorar a governança, identificar e gerenciar riscos, garantir a transparência e prestação de contas e assegurar que a instituição esteja agindo de acordo com suas metas e objetivos.

As instâncias internas de apoio à governança são áreas ou departamentos criados dentro de uma organização para fornecer suporte às instâncias de governança, a fim de garantir que a instituição esteja operando com eficiência, eficácia e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Ao fornecer suporte aos órgãos de governança, as instâncias de apoio à governança desempenham um papel fundamental na garantia de que a instituição esteja operando de forma ética, transparente e responsável, o que, por sua vez, ajuda a aumentar a confiança das partes interessadas.

As instâncias externas de governança referem-se às entidades externas que têm um papel na supervisão, orientação ou regulação das atividades da instituição. Essas instâncias são responsáveis por monitorar o comportamento da instituição em relação às leis, regulamentos e melhores práticas de governança.

1.3.1. Instâncias internas de governança

▪ Alta Administração

A alta administração do IFCE é composta pelo reitor, pró-reitores e diretores sistêmicos, que se reúnem e deliberam, com responsabilidade e conhecimento técnico, sobre assuntos estratégicos focados na missão, visão e valores desta organização.





- **Conselho Superior**

O Conselho Superior, instância de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, que se reúne bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

- **Colégio de Dirigentes**

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo e constitui-se no órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

- **Conselho Acadêmico**

O Conselho Acadêmico é órgão de caráter consultivo dos diversos *campi* e objetiva subsidiar-se com informações da comunidade e outras relativas a assuntos administrativos, ao ensino, à pesquisa e à extensão para avaliar as metas de atuação de sua política.

- **Conselho de Inovação**

O Conselho de Inovação é órgão consultivo e deliberativo da área de inovação subordinado à Reitoria e tem por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação quanto ao atendimento aos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e dos serviços tecnológicos a ser desenvolvidos.

- **Comitê de Governança, Riscos e Controle**

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos

objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos à tomada de decisão.

- **Comitê de Governança Digital do IFCE**

O Comitê de Governança Digital do IFCE, instituído pela Portaria Nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe a Portaria Nº 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

- **Comissão Própria de Avaliação**

A Comissão Própria de Avaliação, prevista no art. 11 da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria Nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa em aspectos avaliativos, acadêmicos e administrativos.

1.3.2. Instâncias internas de apoio à governança

- **Assessorias Especiais**

As assessorias especiais do Gabinete do Reitor prestam assessoramento nas diversas atividades finalísticas e administrativas da instituição, auxiliando a gestão na definição de diretrizes e na implementação das ações institucionais.

- **Auditoria Interna**

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão técnico de controle vinculado à Reitoria do IFCE que, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em suas respectivas áreas de jurisdição, desenvolve atividades de assessoramento essencialmente preventivo à administração, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno, sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União (TCU).

- **Departamento de Governança de Tecnologia da Informação**

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e da Reitoria. Entre suas atribuições está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE e a proposição de projetos para a melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado.

- **Departamento de Correição**

O Departamento de Correição do IFCE é um órgão de apoio e assessoramento, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional, cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

- **Diretoria de Desenvolvimento Institucional**

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover e estruturar as políticas, o planejamento, os marcos legais, a base organizacional e o desenvolvimento institucional.

- **Coordenadoria de Governança**

A Coordenadoria de Governança foi criada pela Portaria N° 999, de 22 de novembro de 2018, do Gabinete do Reitor, e é composta por uma servidora designada para responsabilizar-se pela Unidade de Gestão de Integridade. As competências e atribuições incumbidas a essa coordenadoria foram estabelecidas na Resolução N° 38, de 21 de dezembro de 2020, que alterou o Regimento Geral do IFCE.

- **Ouvidoria-Geral**

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria e integrante do Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal, constituindo-se em instância de controle e participação social responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelo IFCE, com vista ao aprimoramento da gestão pública.

- **Coordenadoria de Monitoramento das Leis de Acesso à Informação e Proteção de Dados**

Esta coordenadoria foi criada pela Portaria N° 1.403, de 27 de dezembro de 2021, do Gabinete do Reitor, para monitorar o cumprimento das leis de acesso à informação e proteção de dados e assessorar o controlador na aplicação delas, entre outras funções.

- **Comissão de Ética**

A Comissão de Ética tem por objetivo estabelecer os princípios norteadores da conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, regimento próprio e Código de Conduta Profissional do IFCE.

- **Comissão Permanente de Pessoal Docente**

A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD presta assessoramento ao reitor do IFCE para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

- **Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE**

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo encarregado de acompanhar, orientar,

fiscalizar, avaliar e supervisionar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, além de auxiliar a alta administração nas políticas atinentes a esse assunto.

- **Departamento de Comunicação Social**

Articula, em parceria com a comunicação dos *campi*, a divulgação das atividades institucionais para os públicos interno e externo, define as diretrizes de comunicação institucional e implanta políticas de comunicação.

- **Assessoria de Relações Internacionais**

A Assessoria de Relações Internacionais elabora, propõe e coordena a execução das políticas de cooperação institucional e internacional do IFCE. Além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a entidade educacional e outros órgãos nacionais e internacionais, também assessora o IFCE quanto à sua política e tomada de decisão.

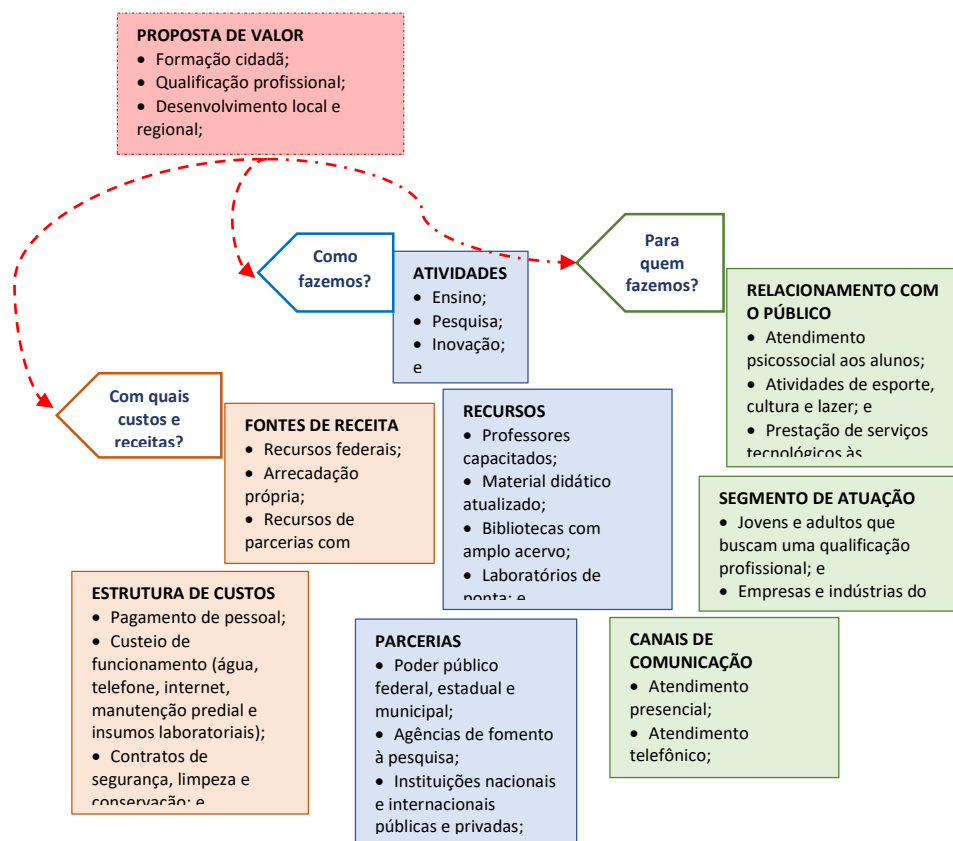
1.3.3. Estruturas de governança externas

O IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos entre outros.

1.4. Modelo de negócio

Um modelo de negócio consiste na forma como a instituição gera valor para o seu público-alvo. Dessa forma, o modelo de negócio do IFCE descreve os principais elementos que compõem a estrutura da instituição e como esses elementos se relacionam para criar e entregar valor aos nossos alunos e à sociedade.

A seguir, apresentamos o modelo de negócio do IFCE:



1.5. Objetivos estratégicos

A seguir, apresentam-se os objetivos estratégicos do IFCE para o período de 2019 a 2023. São 23 objetivos distribuídos em quatro perspectivas: estudante, processos internos, aprendizagem e crescimento, orçamentária e financeira.

A perspectiva do cliente concentra os objetivos voltados para atender às necessidades dos nossos estudantes. A perspectiva dos processos internos agrega os objetivos voltados para os processos que geram valor à instituição. A perspectiva da aprendizagem e crescimento visa ao desenvolvimento e capacitação dos nossos servidores. Por último, a perspectiva financeira visa garantir que os recursos orçamentários e financeiros sejam empregados eficientemente e com transparência.

Os objetivos estratégicos constam no Projeto de Desenvolvimento Institucional 2019-23, publicado por meio da Resolução Consup nº 111, de 26 de novembro de 2018.

PERSPECTIVA DO ESTUDANTE

- Reduzir o número de estudantes retidos;
- Reduzir a evasão discente;
- Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional;
- Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação;
- Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial;
- Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito;
- Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE;
- Melhorar a aplicabilidade dos recursos da assistência estudantil;
- Implantar ações para a educação em direitos humanos.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

- Atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892, de 2008;
- Preencher as vagas ofertadas;
- Melhorar os indicadores de qualidade de ensino;
- Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional;
- Expandir e consolidar a inovação;
- Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais;
- Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos;
- Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE;
- Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade;
- Melhorar a comunicação interna e externa.

PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

- Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação;
- Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores;
- Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

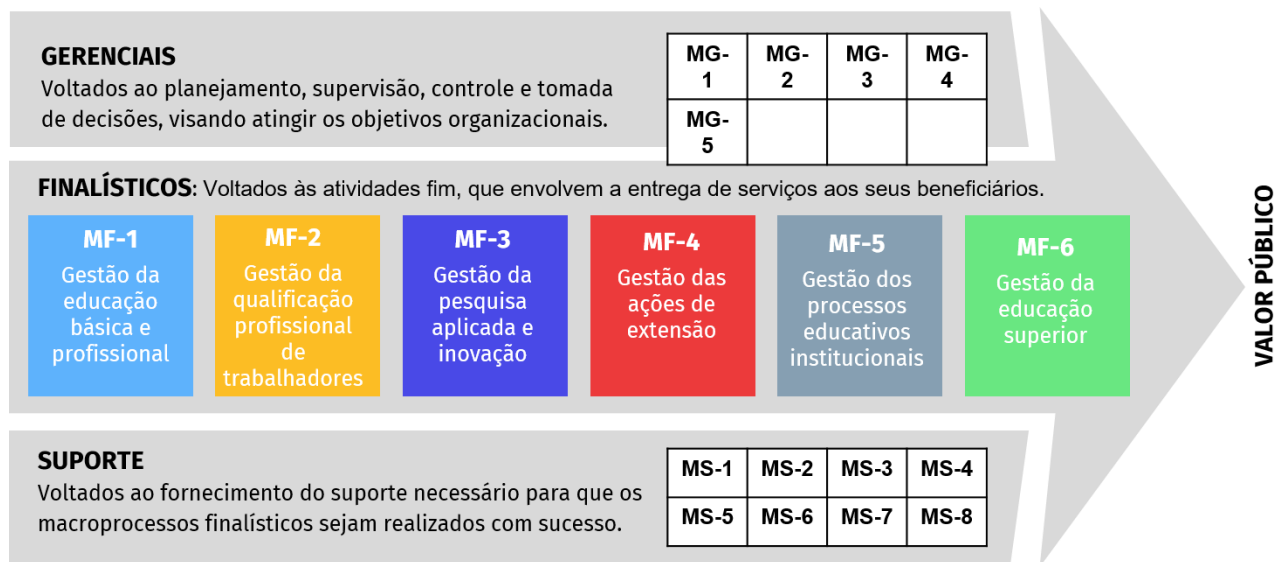
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.

1.6. Cadeia de valor

A cadeia de valor é uma ferramenta de gestão que permite entender e otimizar o funcionamento da instituição, identificando áreas de melhoria e eficiência em suas operações, sem vinculação com a estrutura organizacional. Em uma cadeia de valor, o foco está completamente voltado ao modelo de negócios.

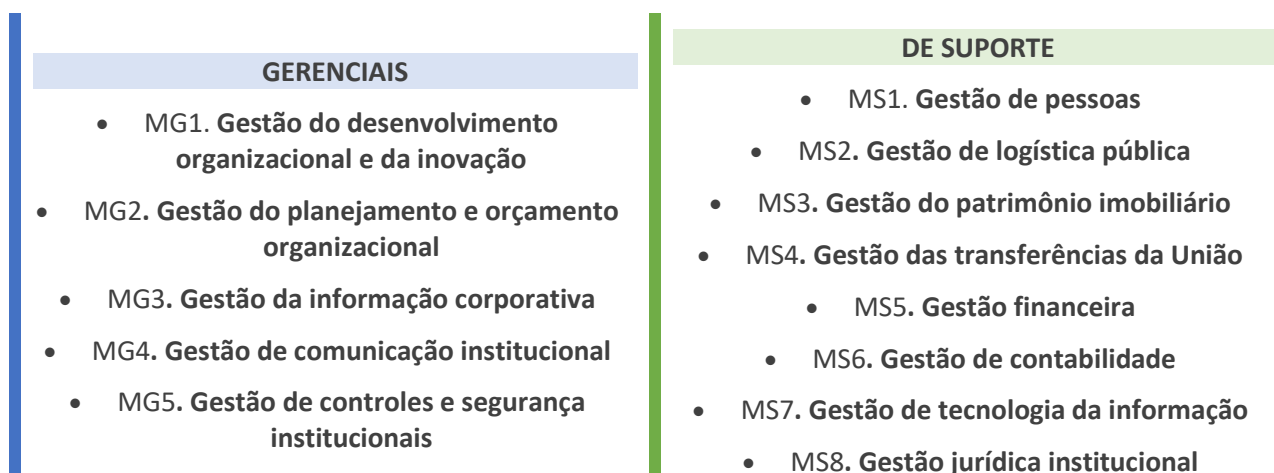
Dessa forma, a cadeia de valor expressa minimamente os macroprocessos, que são os conjuntos de processos executados pelo IFCE para entregar serviços e produtos, de forma a atender os beneficiários dos serviços prestados. Esses macroprocessos podem ser de tipos distintos, a depender de sua função e finalidade, sendo os principais: finalísticos, suporte e gerenciais.

A seguir apresentamos a cadeia de valor do IFCE:



Para o IFCE, os macroprocessos finalísticos foram definidos fundamentando-se nos objetivos dos Institutos Federais estabelecidos nos incisos I a VI do art. 7º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que, articulados, entregam os valores públicos à sociedade.

Já os macroprocessos gerenciais e de suporte foram obtidos a partir dos sistemas estruturadores do governo federal, criando-se um macroprocesso específico para cada sistema estruturador.



Em resumo, a cadeia de valor do IFCE é composta de cinco macroprocessos gerenciais, seis macroprocessos finalísticos e oito macroprocessos de suporte, todos eles voltados para o alcance da visão institucional e, conseqüentemente, para a entrega de valor à sociedade.

1.7. Ambiente externo

O ambiente externo pode ser entendido como o conjunto de fatores sobre os quais a instituição não tem controle e que podem gerar impacto na capacidade da instituição de alcançar os seus resultados. Esses fatores externos podem ter as suas origens no âmbito nacional ou internacional.

Uma análise do ambiente externo se caracteriza pela identificação de dois tipos de fatores: oportunidades e ameaças. As oportunidades são situações que podem ser aproveitadas pela instituição para impulsionar os seus resultados, enquanto as ameaças são aquelas que podem obstaculizar os resultados esperados. As origens de ambos os fatores podem ser políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais.

A seguir, apresentamos um conjunto de fatores (não exaustivo) que exerce influência nas atividades do IFCE.



Ameaças

- Incerteza em relação às políticas públicas voltadas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Descompasso entre o orçamento e o crescimento das matrículas;
- Ausência de transporte público nas cidades do interior do estado;
- Desvalorização da carreira do servidor público da educação;
- Impossibilidade de novas contratações de servidores; e
- Leis que causam morosidade nos processos internos.



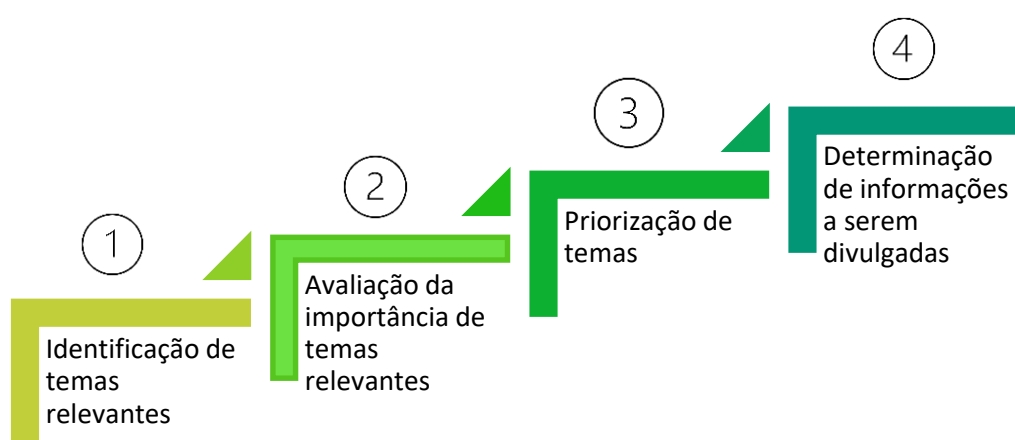
Oportunidades

- Possibilidades de parcerias com órgãos governamentais, bem como com instituições públicas e privadas;
- Publicação de editais de fomento externo;
- Surgimento de novos arranjos produtivos no estado;
- Demanda da sociedade por qualificação técnica e tecnológica;
- Demanda da sociedade por cursos de graduação e pós-graduação; e
- Expansão do ensino a distância;

1.8. Determinação da materialidade dos temas

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor (benefício percebido pelo cliente, sociedade e demais partes interessadas, por meio dos produtos e serviços organizacionais ofertados) em curto, médio e longo prazo.

Nessa direção, o processo para determinar a materialidade dos conteúdos deste relatório seguiu os passos demonstrados no diagrama a seguir.



Quanto à identificação de temas relevantes e à avaliação da importância de temas relevantes, o IFCE já possui uma lista de 22 temas relevantes identificados e avaliados dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), enumerados a seguir:

Relacionados ao ensino

1. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito
2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
3. Melhoria da qualidade do ensino

Relacionados à extensão

4. Diversidade e Acessibilidade
5. Empreendedorismo
6. Desenvolvimento local e regional

Relacionados à pesquisa

7. Fortalecimento da pesquisa institucional
8. Consolidação da inovação
9. Expansão e excelência da pós-graduação

Relacionados às demais áreas estratégicas

10. Internacionalização
11. Ensino de idiomas
12. Estruturação das relações internacionais
13. Promoção dos Direitos Humanos no âmbito educacional
14. Inovação e sustentabilidade
15. Efetividade e excelência na gestão
16. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
17. Padronização e normalização das rotinas
18. Qualidade de vida no trabalho
19. Gestão da segurança da informação
20. Planejamento das aquisições de TI
21. Gestão de continuidade do negócio
22. Imagem e identidade institucionais.

O passo seguinte foi priorizar, dentre os 22 temas, os mais relevantes. A alta administração definiu que, entre os mais relevantes, constariam necessariamente os três temas da área de ensino, por conterem os indicadores obrigatórios do TCU, e, considerando o conceito de geração de valor, definiu-se ainda a priorização dos três temas da Pesquisa e dos três temas da extensão, pela relação direta que possuem com o cumprimento da missão institucional.

Para a determinação das informações a serem divulgadas, foram escolhidos os indicadores de desempenho que já estão considerados consolidados na instituição, ou seja, que possuem um método de cálculo e fontes consistentes.



Gestão de riscos e controles internos

2. Gestão de Riscos e Controles

Entende-se como risco a probabilidade de ocorrência de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de riscos compreende o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos.

Consciente de que a gestão de riscos é fator fundamental para os avanços institucionais e favorece a administração da coisa pública, com probidade e respeito aos princípios constitucionais consagrados; como forma de melhorar a comunicação e auxiliar o controle interno e a gestão de riscos, instituiu-se o modelo das linhas de defesa, com a definição de responsabilidades de todos os envolvidos no processo, conforme ilustra a imagem a seguir:

Figura - Linhas de defesa do IFCE



Fonte: [Comitê de Governança, Riscos e Controle — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE.](#)

Cada uma dessas barreiras possui suas funções específicas, de modo que cada área possa compreender todo o processo e atuar de forma tempestiva, oferecendo a resposta esperada de cada linha de defesa.

Na primeira linha de defesa, os gestores das áreas gerenciam os riscos, têm propriedade sobre eles e são responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa monitora o gerenciamento de riscos da instituição,

verifica as conformidades, desenvolve o controle interno e aprimora a primeira linha de defesa. Já a terceira linha, de forma independente, avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, inclusive como a primeira e a segunda linha alcançam os objetivos estratégicos, além de propor melhorias.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos do IFCE vem avançando gradualmente, sendo possível observar avanços que abrangem a metodologia utilizada, a definição de ferramenta para um gerenciamento eficiente e o modo de execução, elementos componentes da primeira etapa do processo de implementação da gestão de riscos.

Em 2023, o Comitê de Governança, Riscos e Controle, no âmbito de suas competências e munidos de conhecimentos que possibilitassem antecipar, minimizar e até transformar possíveis riscos em oportunidades, tratou os temas mais sensíveis: evasão escolar, carga horária de servidores técnicos e docentes, modelo de plano de logística sustentável, Plano de Dados Abertos, acordos do TCU, relatórios da auditoria interna e outros, conforme suas atas de reunião, disponíveis no sítio eletrônico <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>.

Além disso, fomentou-se a capacitação dos servidores mediante eventos, seminários, criação de projeto e divulgação de conteúdos *on-line* disponibilizados pelo Governo Federal sobre assuntos vinculados a governança, integridade, gestão de riscos, controladoria no setor público, ética pública, transparência e prestação de contas.

O IFCE vem-se empenhando no fortalecimento dos controles internos, na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos às suas atividades e aprimorar a concretização dos objetivos estratégicos, destacando-se as iniciativas detalhadas a seguir.

2.1. Mapeamento de processos

Esse controle sistemático permite identificar dificuldades no processo, aplicar melhorias e evitar retrabalho e falhas procedimentais que impactam negativamente nos resultados, possibilitando à instituição a adoção de medidas capazes de otimizar os serviços.

O fomento ao mapeamento de processos vem sendo impulsionado por ações da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – Proap, que, além de executá-lo, realiza capacitações dos setores consoante os objetivos estratégicos da instituição, consolida todos os processos mapeados e, com vista à transparência, divulga-os na página https://gestao.ifce.edu.br/projects/mapeamento-de-processos/issues?query_id=747.

2.2. Plano de integridade

Atendendo às orientações da CGU, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da alta administração da instituição em manter os elevados padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas. A elaboração do Plano de Integridade e o acompanhamento de sua execução são realizados pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle junto com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de integridade. O documento ainda conta com a colaboração de outras unidades, como: Ouvidoria, Departamento de Correição, Comissão de Ética, Coordenadoria de Monitoramento das Leis de Acesso à Informação e Proteção de Dados e Auditoria Interna, que auxiliam a gestão na prevenção, detecção e punição de atos de fraudes e corrupção.

O plano apresenta o mapa de gestão de riscos, que, vinculado ao assunto “integridade”, indica os riscos e os tratamentos por executar no âmbito da Comissão de Ética, da correição, da auditoria, da ouvidoria, do conflito de interesse e nepotismo, da gestão da integridade, transparência e outras áreas que possam contribuir para a realização dos tratamentos dos riscos.

Como forma de monitoramento é apresentado um relatório anual à Controladora-Geral da União e à sociedade, com o quantitativo de processos analisados nas áreas de integridade, ações executadas do plano de integridade e capacitações realizadas durante o ano. O documento está disponível na página do Comitê de Governança, Riscos e Controle: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>.

2.3. Acompanhamento das recomendações da CGU e AUDIN

Os processos das pró-reitorias, diretorias sistêmicas, *campi* e demais setores do IFCE são fiscalizados, em conformidade com o PAINT, pela Auditoria Interna – Audin, a qual, a partir dos resultados, apresenta, em relatório, recomendações às diversas unidades se ajustes forem necessários. Por outro lado, a Controladoria-Geral da União emite as recomendações pertinentes ao órgão ou a todos os órgãos com atividades finalísticas afins com base em fiscalizações específicas. De qualquer modo, tanto as recomendações da Audin quanto as da CGU atualmente são acompanhadas de forma mais célere, eficiente e econômica mediante o sistema E-AUD.

Destaca-se que, no ano de 2023, a Auditoria Interna realizou diversos monitoramentos, o que ensejou a conclusão de muitas recomendações. Desse modo, a Audin encerrou o exercício (31/12/2023) com um total de 325 recomendações pendentes no estoque (Ressalta-se que esse número não contempla as recomendações emitidas no decorrer do exercício de 2023, posto que não estão pendentes ainda.). Nessa perspectiva, considerando o inicial de 423, houve uma redução percentual no estoque de aproximadamente 23% em relação a 31 de dezembro de 2022.

2.4. Ações de correção

A correção na administração pública é um processo de fiscalização e controle interno que tem como objetivo verificar a regularidade dos atos e procedimentos administrativos, bem como a conduta dos agentes públicos. Trata-se de uma medida de prevenção e combate à corrupção e outras irregularidades no serviço público.

A seguir, apresentamos os resultados da corregedoria do IFCE, durante o período de 2023:



Fonte: Departamento de Correição do IFCE, 2023.

Para mais informações acerca das ações de correição do IFCE, [clique aqui](#).

2.5. Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela alta administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018 e, logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à integridade. Durante o ano, o Comitê deliberou sobre vários assuntos de gerenciamento de riscos e governança, que podem ser consultados nas atas de reunião.

Ademais, as principais informações do Comitê estão disponíveis no *link* <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>.

2.6. Avaliação Institucional

Além de ser um instrumento de autoavaliação exigido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), subsidia os processos de planejamento e desenvolvimento institucional e proporciona uma reflexão contínua sobre o desempenho do IFCE, permitindo a revisão sistemática de sua atuação, considerando o cumprimento de sua missão, o alcance de seus objetivos e o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados.

2.7. Fomento à transparência ativa

O IFCE busca constantemente promover mais transparência às ações institucionais, seja com a expedição de normativos, como o Plano de Dados Abertos, seja com o fomento à transparência ativa, por intermédio de sistema e disponibilização na internet.

No sítio eletrônico, há a parte de acesso à informação, que dispõe de dados gerais sobre a instituição, como informações institucionais, auditorias, dados abertos, perguntas frequentes, servidores, convênios, transferências, licitações, contratos, programas, etc.

Ademais, o IFCE adotou mais duas ferramentas de transparência: o Painel do Orçamento do IFCE (<http://orcamento.ifce.edu.br/>) e a Plataforma em Números (<https://emnumeros.ifce.edu.br/>), dispondo o último informações mais aprofundadas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e acompanhamento de objetivos estratégicos descritos do PDI, inclusive por *campus*, visando a ampliar o nível de governança e fortalecer a transparência ativa no âmbito do IFCE.

2.8. Apoio da estrutura de governança

A governança do IFCE planeja de forma sistêmica suas ações para alcançar os objetivos estratégicos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é uma ferramenta de gestão definidora de estratégias para um período de cinco anos.

Nesse sentido, a alta administração reúne-se periodicamente para rever ações já realizadas e pensar melhorias que garantam a eficiência administrativa e possibilitem a realização dos objetivos estratégicos, o que se reflete em eventos, como as reuniões de planejamento, reuniões dos comitês, encontro de gestores, capacitação de gestores e servidores, fóruns, seminários e palestras, com intuito de aprimorar a governança pública, conscientizar os servidores do seu papel no processo de governança, acompanhar e reportar o progresso de ações, assegurar a conformidade com a legislação, avaliar o desempenho da instituição e elevar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Além disso, o IFCE publica, desde 2012, o Anuário Estatístico do Instituto Federal do Ceará, um documento que contempla informações relacionadas aos cursos ofertados pela instituição, às atividades de pesquisa e extensão, à gestão, ao perfil dos discentes e dos servidores e às atividades comunitárias internas e externas, constituindo-se em instrumento de apoio gerencial e de planejamento, além de contribuir para assegurar a transparência institucional.

O IFCE também conta com o monitoramento interno das ações e estratégias provenientes do Plano de Desenvolvimento Institucional, mediante informações fornecidas pelas 35 unidades administrativas para a verificação do atingimento das metas, publicadas na página <https://emnumeros.ifce.edu.br/2023>.

Ressalta-se que as boas práticas de governança implementadas no IFCE, mesmo que paulatinamente, se refletem em ações e resultados notáveis na sociedade, dentre os quais se destacam:

- aprimoramentos tecnológicos, como o lançamento de cursos técnicos na modalidade de ensino a distância, o início da implementação do sistema SUAP EDU, para a integração de dados, a consolidação de sistemas e maior padronização de processos em um único sistema; e a criação do diploma digital, que gera mais agilidade, transparência e inovação para a fase de conclusão de curso;
- criação de vários novos cursos técnicos, graduações, especializações e mestrados e comprovação da alta qualidade dos serviços, destacando-se, por exemplo, a atribuição de nota 5 ao curso de Licenciatura em Química do *campus* Camocim pelo Ministério da Educação ou a

conquista de medalha de prata por aluno do *campus* Juazeiro do Norte em Torneio Internacional de Jovens Físicos, no Paquistão, entre outros talentos presentes na nossa instituição;

- fortalecimento da transparência e institucionalização dos regulatórios, que, nesta autarquia, é uma prática que vem sendo aprimorada mediante painéis de orçamento (<https://orcamento.ifce.edu.br/>), de alunos (<https://emnumeros.ifce.edu.br/>), Plano de Dados Abertos e acompanhamento contínuo da abertura da base de dados do IFCE, além de atas, publicações e informativos, que estão disponíveis no *site* para auxiliar o exercício da cidadania;
- realização de muitas ações educativas, como o desenvolvimento do projeto de extensão “Vem Integrar”, promovido pelas instâncias de integridade do IFCE, que disseminou conhecimento sobre integridade e boas práticas de governança para servidores, discentes, terceirizados e para a sociedade, mediante visitas aos *campi*, palestras, vídeos educativos no canal TVIFCE e CREAD/IFCE, de modo que repercutiu no cenário nacional ao obter o 3º lugar na categoria “Aprimoramento da Integridade Pública” do I Concurso de Boas Práticas, para o incentivo à governança e à integridade no âmbito do Ministério da Educação – MEC e de suas entidades vinculadas (https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/Resultado_CBP.pdf).

Ante o exposto, percebe-se que o IFCE segue implementando melhorias regulatórias, fomentando o aumento da capacidade de resposta e de confiabilidade e fortalecendo a comunicação com a sociedade, a transparência, o controle e a integridade.

Não obstante todos os desafios enfrentados por uma instituição de grande porte, esta instituição vem obtendo êxito na entrega de uma educação de qualidade à sociedade ao passo que fornece ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, projetos inovadores e avanços tecnológicos, além de promover uma relação transformadora para a sociedade mediante a integração do conhecimento acadêmico e cultural.




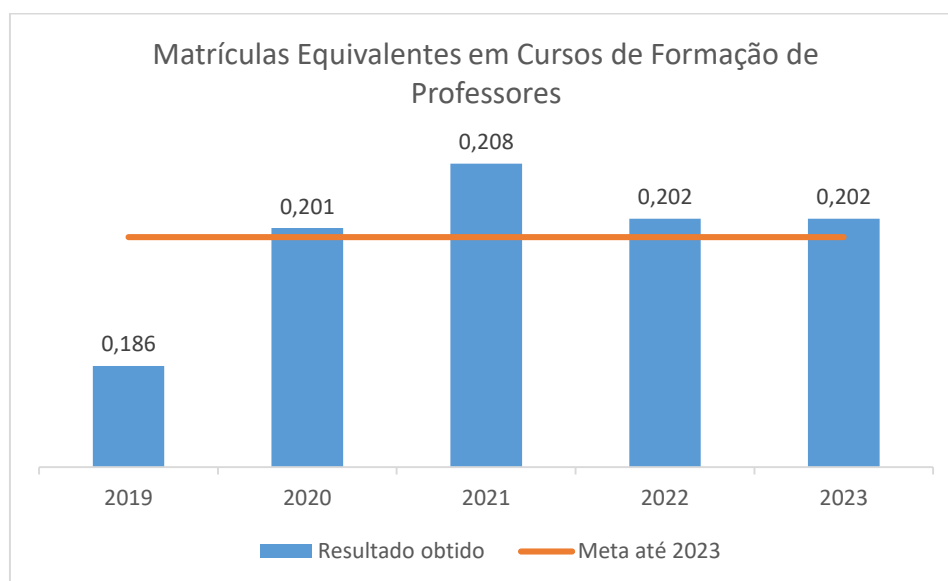
Resultados **da gestão**

3. Resultados da Gestão

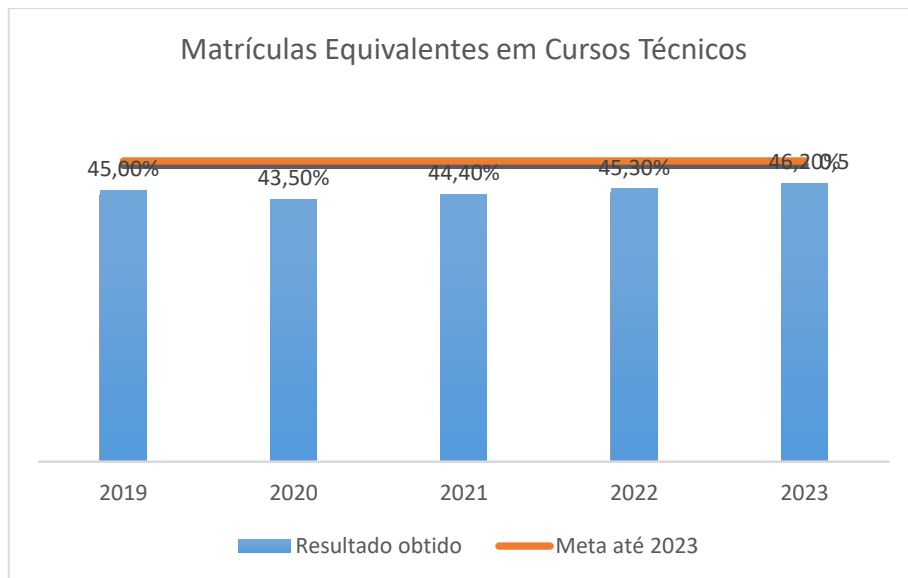
3.2. Eixo Ensino

3.2.1. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas

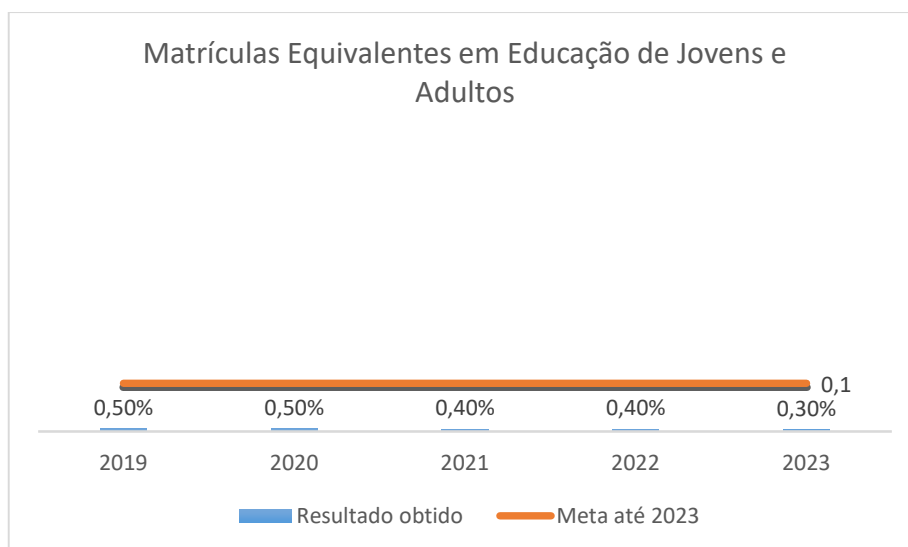
Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 Ampliação do número de estudantes egressos com êxito	<ul style="list-style-type: none">• Matrículas equivalentes em cursos de formação de professores• Matrículas equivalentes em cursos técnicos• Matrículas equivalentes em educação de jovens e adultos (cursos EJA)	<ul style="list-style-type: none">✓ Mínimo de 20% das matrículas totais✓ Mínimo de 50% das matrículas totais✓ Mínimo de 10% das matrículas totais



Em 2023, o indicador Matrículas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores permaneceu com resultado superior à meta de 20% estabelecida nos normativos vigentes, mantendo a série histórica com resultados positivos desde 2020. Trata-se de um indicador aparentemente estabilizado na instituição, sem perspectiva de variação negativa. Vale destacar que foi obtido o mesmo resultado nos últimos dois anos.




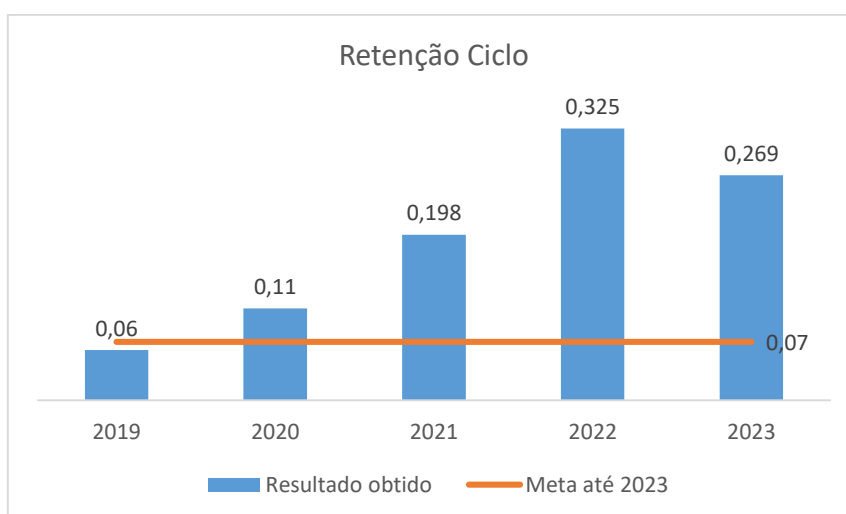
O indicador referente às matrículas equivalentes em cursos técnicos, em 2023, teve resultado melhor em relação aos anos anteriores, mantendo a perspectiva de crescimento já percebida na série histórica, em que são registrados avanços desde 2020. O percentual alcançado foi de 46,2%, ainda abaixo da meta de 50%, mas, com a efetivação de ações recentes, como a readequação dos quantitativos de vagas ofertadas e a criação de novos cursos técnicos, esse resultado tende a se aproximar da meta.




O indicador referente às matrículas equivalentes em Educação de Jovens e Adultos – EJA permaneceu com resultados abaixo da meta de 10%, em 2023. Há a perspectiva de melhoria no próximo ano com a criação de novos cursos nessa modalidade. Pelo menos quatro *campi* irão ofertar novas turmas de EJA em 2024, o que impactará diretamente este indicador.

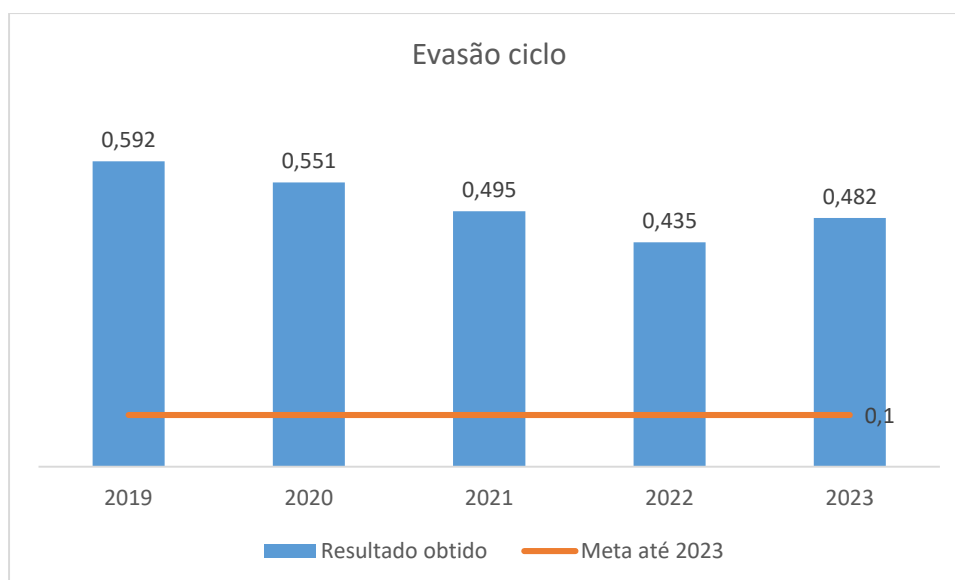
3.2.2. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 Ampliação do número de estudantes egressos com êxito	✓ Retenção ciclo	✓ Máximo de 7% de retenção



O indicador Retenção Ciclo, em 2023, encerrou a sequência de crescimento, caindo ao percentual de 26,9%. O resultado ainda permanece acima da meta desejada, mas traz indicação de retomada do processo de redução na quantidade de estudantes retidos. Vale destacar que, nos últimos anos, a instituição adotou medidas pontuais, diretamente ligadas à situação de pandemia, e isso represou matrículas e, conseqüentemente, contribuiu para o aumento da retenção.

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 Reduzir a evasão existente	• Evasão ciclo	✓ Máximo de 10% de evasão




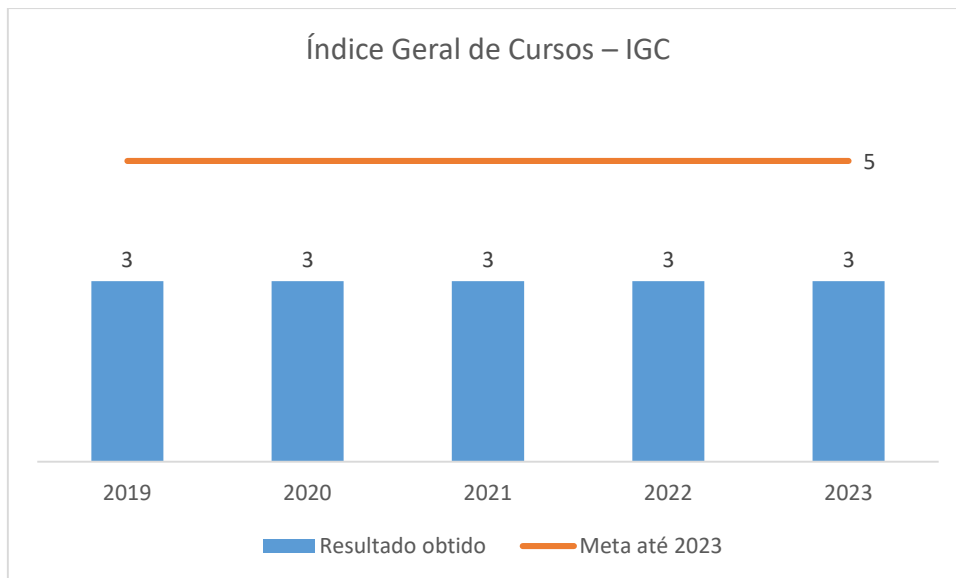
Há alguns anos a instituição vem implementando ações de combate à evasão, e isso pode ser percebido na série histórica do indicador Evasão Ciclo entre os anos 2019 a 2022, que registra variação positiva.

Esse processo de redução da evasão estudantil é processual, com resultados positivos a médio e longo prazo, a partir do fortalecimento da qualidade do desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas estabelecidas no Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE. No entanto, em 2023, o resultado registrou um aumento na evasão. Isso pode ser creditado ao fato de que algumas ações pontuais ligadas à situação de pandemia foram encerradas e algumas matrículas até então represadas tiveram situações de evasão lançadas nos registros acadêmicos.

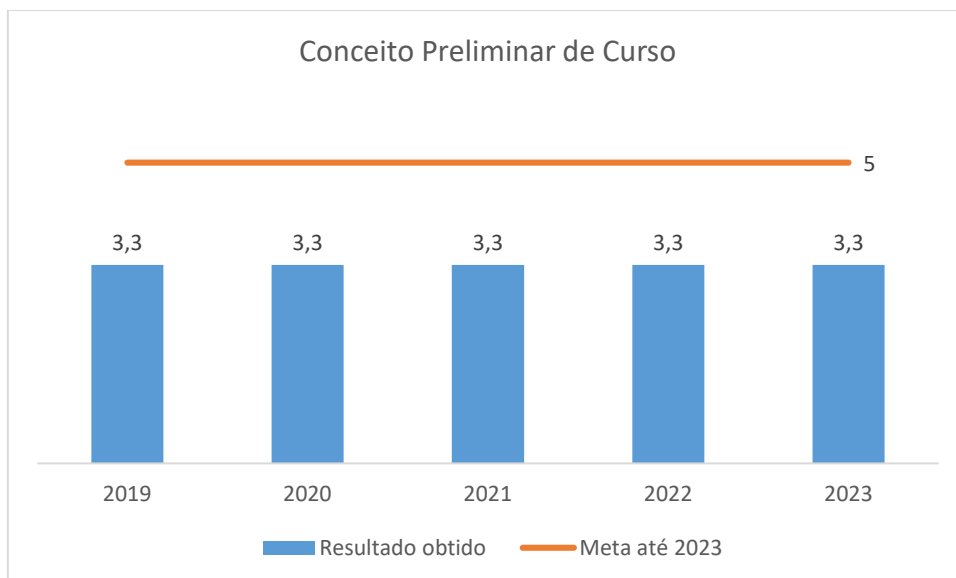
A tendência é que o processo de redução da evasão ciclo seja retomado nos próximos anos.

3.2.3. Melhoria na qualidade do ensino

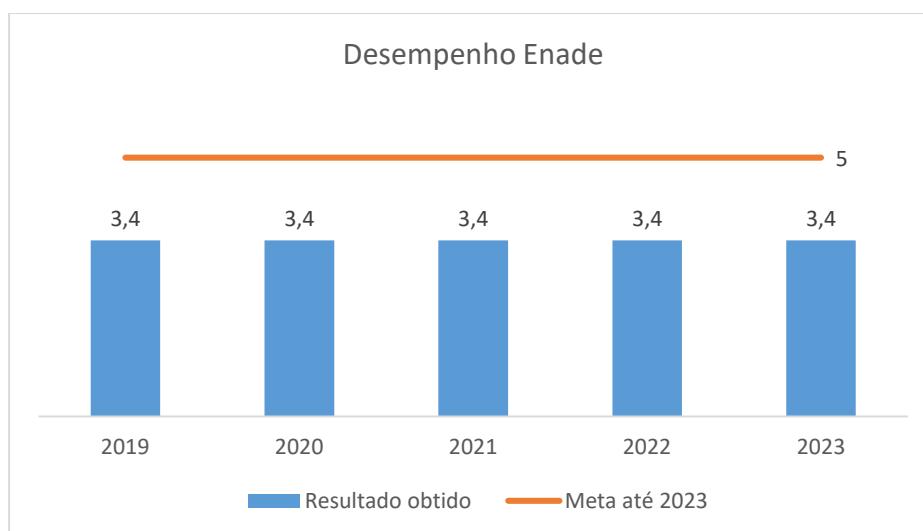
Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Melhorar os indicadores da qualidade de ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> Índice geral de cursos (IGC) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alcançar IGC 5
	<ul style="list-style-type: none"> Conceito preliminar de curso (CPC) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alcançar CPC 5 para toda a instituição
	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho Enade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nota 5 para todos os cursos avaliados
	<ul style="list-style-type: none"> Relação Aluno-Professor (RAP) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 20 alunos por docente
	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de Conclusão Ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 83% de conclusão



O último resultado divulgado do Índice Geral de Cursos (IGC) foi em 28 março de 2023, referente ao ciclo avaliativo de 2021. Não houve variação no resultado do IFCE, sendo mantido o conceito na faixa 3.

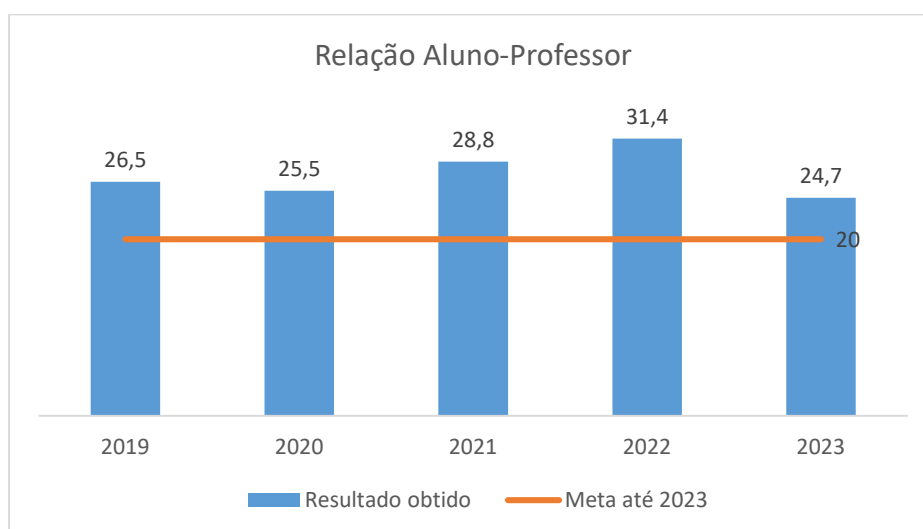


Os últimos resultados divulgados do Conceito Preliminar de Curso (CPC) são de 28 de março de 2023, referentes ao ciclo avaliativo de 2021. Nesse ciclo, foram avaliados 42 cursos: 37 cursos com resultado 3 e cinco cursos com resultado 4. Portanto, esses resultados foram insuficientes para atingir a meta 5, apesar de refletirem um excelente resultado no âmbito da avaliação de cursos.



Em 2023, o Inep divulgou os resultados dos cursos avaliados no Enade de 2022. No IFCE foram quatro cursos avaliados, dos quais dois obtiveram conceito 4 e dois obtiveram conceito 2.

São dois cursos com resultado bom e dois cursos com resultado insatisfatório, ou seja, metade dos cursos avaliados no ciclo precisam melhorar os seus resultados na avaliação. Esses resultados geram impactos diretos no CPC e IGC e indicam a necessidade de fortalecer as ações de acompanhamento das avaliações externas para determinados cursos.



O indicador referente à relação aluno-professor está acima da meta estabelecida e variou para menos em relação ao ano anterior. A meta é que se tenha uma relação de 20 estudantes por docente. Em 2023, o resultado se aproximou desse ideal, interrompendo a série histórica de resultados crescentes dos últimos três anos. O equilíbrio na relação aluno-professor tem feito parte do planejamento da instituição, e os resultados indicam que o ponto de desequilíbrio foi ocasionado durante a situação de pandemia.




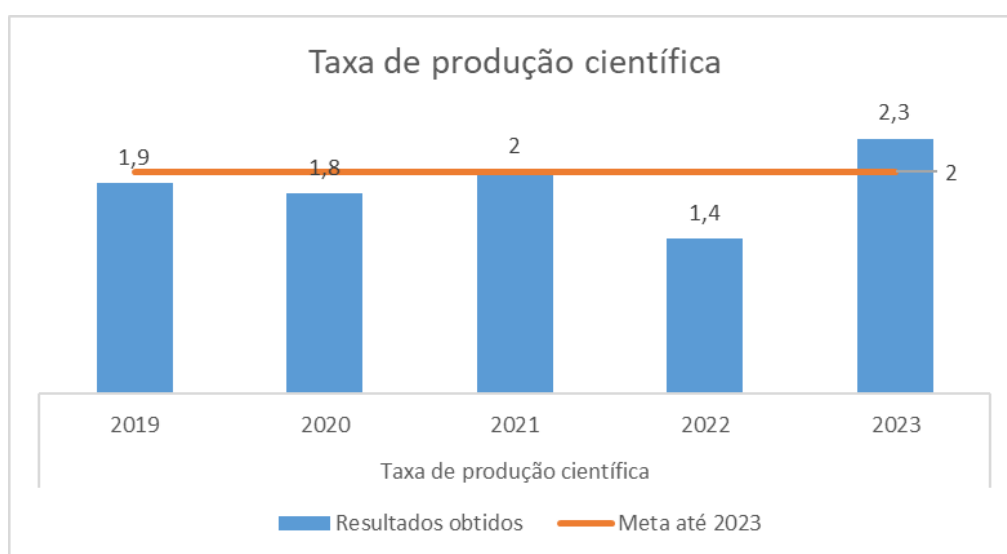
Em 2023 foi interrompida a série histórica de queda na taxa de conclusão da instituição. Pela primeira vez desde 2019, esse indicador teve uma variação positiva, porém ainda bem aquém da meta estabelecida.

Ações recentes, como a implantação do programa Pé de Meia e a busca ativa de estudantes concluintes com pendências de estágio e/ou PPC, combinadas, visam garantir a permanência e o bom aproveitamento dos estudantes, o que gera uma expectativa de que esse resultado tenda a melhorar nos próximos anos.

3.3. Eixo Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

3.3.1. Fortalecimento da pesquisa institucional

Objetivos estratégicos:  Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional	Indicador de desempenho: <ul style="list-style-type: none">Taxa de produção científica	Meta planejada até 2023 <ul style="list-style-type: none">✓ Média de duas produções anuais por pesquisador
--	---	---



A Taxa de Produção Científica, em 2023, alcançou 2,3 produtos/ano, considerando artigos publicados em periódicos científicos indexados, livros ou capítulos de livros publicados, resumos e trabalhos completos publicados em anais de eventos. Deste modo, a meta de 2,0 produtos/ano estabelecida foi atingida, e percebe-se uma recuperação na produção científica pós-pandemia da covid-19, que ocorreu no quadriênio 2019-2022.

3.3.2. Consolidação da inovação


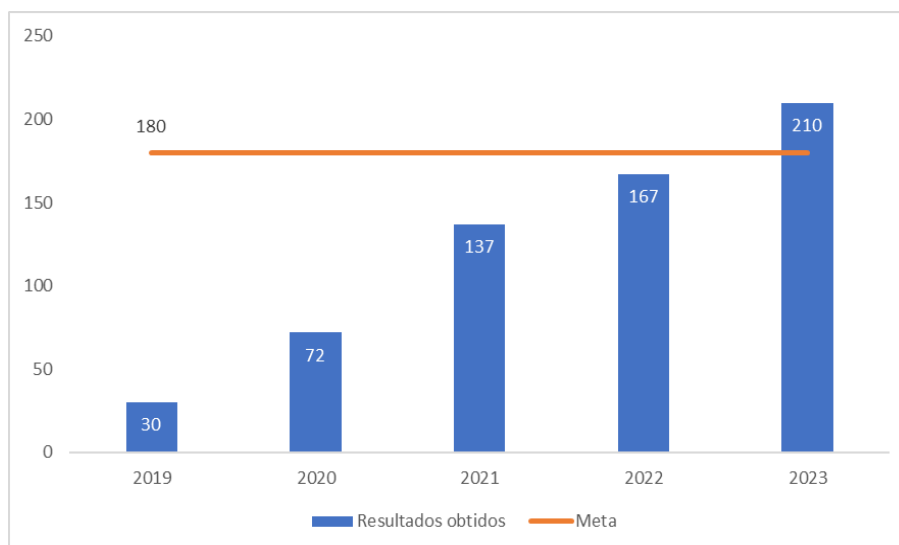
Objetivos estratégicos:  Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional	Indicador de desempenho: <ul style="list-style-type: none">Depósitos de propriedade intelectual	Meta planejada até 2023: <ul style="list-style-type: none">✓ Total de 144 registros
--	--	--

Gráfico: Quantidade de Produtos Tecnológicos Resultantes em Ativos de Propriedade Intelectual



A meta para o indicador Quantidade de Produtos Tecnológicos Resultantes em Ativos de Propriedade Intelectual, conforme revisão realizada em 2022, foi de 180 depósitos e registros de propriedade intelectual até 2023. A referida atualização elevou a meta de 144 para 180 depósitos ou registros, tendo em vista que a meta anteriormente imposta já havia sido ultrapassada em 2021. Até dezembro de 2023, registraram-se 210 depósitos e registros de propriedade intelectual, o que representa mais de 116% da meta estabelecida para o quinquênio.

3.3.3. Expansão e excelência da pós-graduação

Objetivos estratégicos:



Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação

Indicador de desempenho:

- Conclusão de ciclo *lato sensu*
- Conclusão de ciclo *stricto sensu*

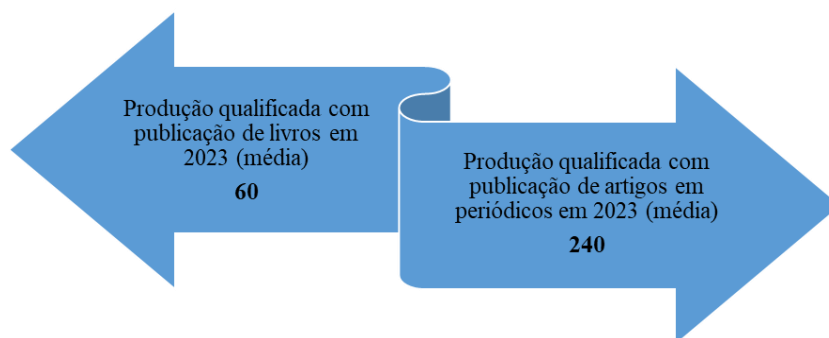
Meta planejada até 2023:

- ✓ Mínimo de 70% de conclusão por curso
- ✓ Mínimo de 70% de conclusão por curso

O IFCE tem procurado alcançar seu objetivo de expansão e excelência na pós-graduação ampliando a oferta de cursos na modalidade *lato sensu*, principalmente no interior do estado e firmando o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino para melhores e maiores oportunidades de inserção das pessoas no mercado de trabalho. Nesse sentido, cumprindo sua finalidade de ampliar e consolidar a formação profissional em nível de especialização, o IFCE conta atualmente com 38 cursos *lato sensu* em diversas áreas, nas modalidades presencial e EaD, distribuídos em 25 *campi*. Em 2023 estavam matriculados nesses cursos uma média de 700 alunos, principalmente em *campi* localizados no interior do estado.

A produção científica relacionada aos pesquisadores que atuam nos programas de pós-graduação *stricto sensu* reflete o compromisso do IFCE em contribuir com o aprimoramento de conhecimentos teóricos e práticos para que possam ser encontradas soluções aos mais variados problemas da sociedade. Nesse sentido, foi publicada uma média de 300 trabalhos em livros, periódicos, anais e outras modalidades de publicações produzidas no âmbito dos programas.

A produção científica contribui para o crescimento, consolidação e melhoria da avaliação dos programas, uma vez que há preocupação de toda a equipe com a publicação tanto da pesquisa básica quanto da aplicada por meio de artigos submetidos a periódicos reconhecidos e bem avaliados, além da publicação de livros e outros produtos tecnológicos.

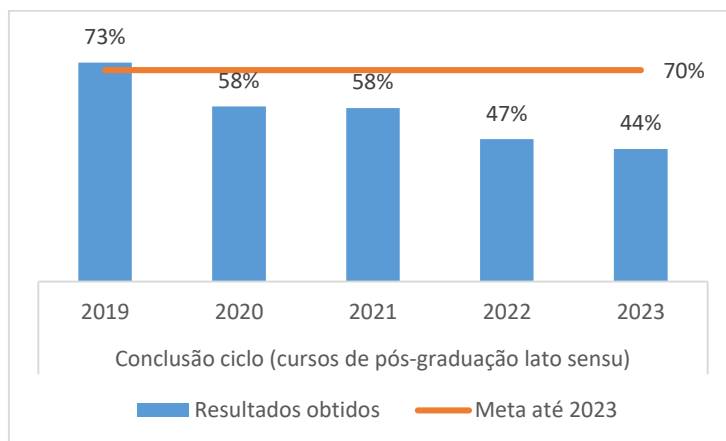


Fonte: Dados consolidados DPOS (2024)

Esses números demonstram o compromisso com a formação profissional, desenvolvimento da arte, da ciência e da tecnologia, uma vez que são produções que contribuem com soluções reais e factíveis dos problemas da sociedade. Além disso, houve ainda os registros de patentes, softwares e aplicativos, buscando ajudar com tecnologias inovadoras, e produções artísticas e culturais.

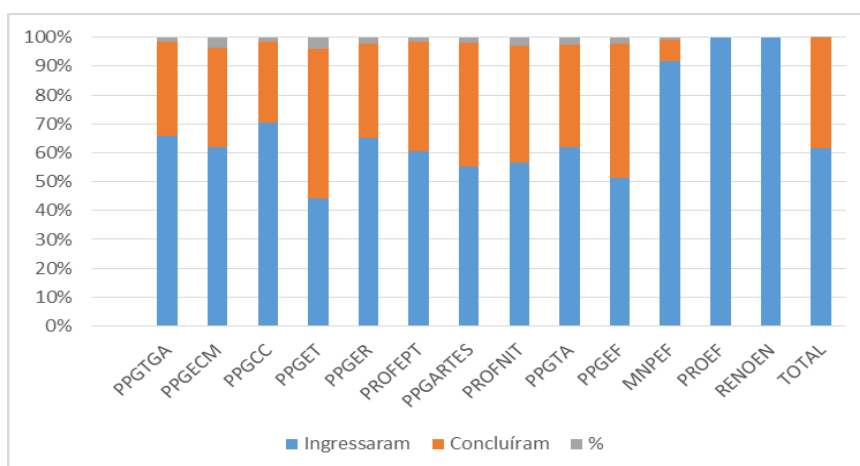
Uma ação importante da pós-graduação *lato sensu* é a parceria firmada entre o IFCE e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Sema) para a realização do projeto de inovação pública Avaliação da Implementação da Política Ambiental no Estado do Ceará e Aprimoramento

dos Atores para Aplicação dos Seus Instrumentos, cujo objetivo será capacitar cerca de 400 agentes municipais do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Siema) com a especialização em Gestão Ambiental e captação de R\$2.500.000 em recursos financeiros para custeio e capital de cada um dos dez *campi* envolvidos no projeto.



Dessa forma, o IFCE se lança como lócus de formação na pós-graduação também em nível de mestrado e doutorado, tanto profissional quanto acadêmico, incorporando a pesquisa aplicada como método viável para desenvolver soluções práticas e factíveis para as empresas e a sociedade, a fim de cumprir a sua missão de atuação, fortalecimento e crescimento da tríade ensino, pesquisa e extensão.

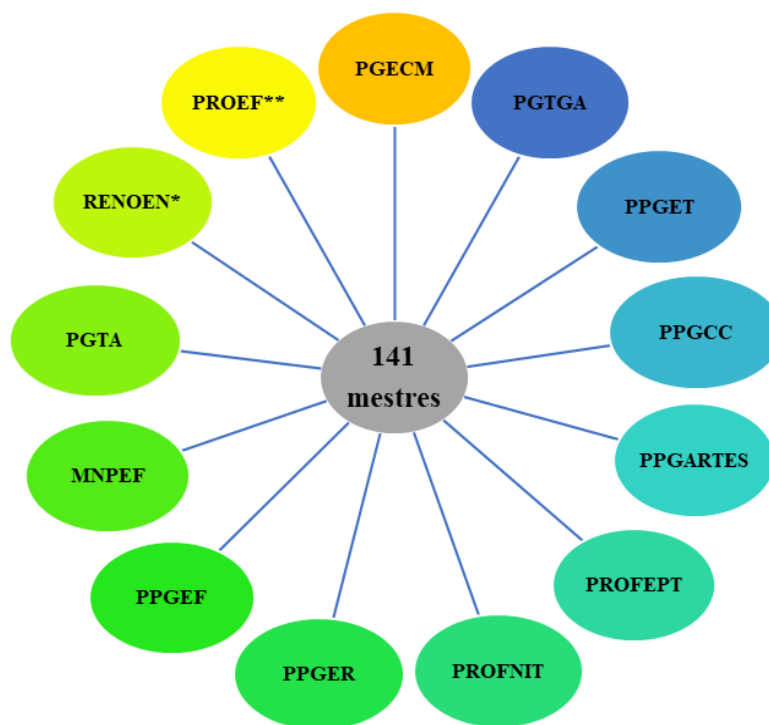
Além disso, não foi verificada a continuação da ideia que seguiria “o IFCE”, na primeira linha.



Fonte: Controle Acadêmico do IFCE (2024)

Nesse sentido, os 13 programas de mestrado e o doutorado RENOEN do IFCE estão contribuindo para a formação de excelência, colocando à disposição da sociedade um total de 141

profissionais com título de mestre, alcançando um percentual de 65% de estudantes concluintes no ano de 2023. Além disso, é importante destacar a entrada de mais um curso de mestrado acadêmico em Meio Ambiente (PGMA), no interior do estado, no *campus* Juazeiro do Norte, fortalecendo ainda mais a pós-graduação e trabalhando com a interiorização da formação profissional de alta qualidade.



*RENOEN – doutorado com alunos ainda em formação, pois iniciou apenas em 2021.

**PGMA – é o curso mais novo do IFCE, iniciando suas atividades de 2023 com a seleção dos alunos.


Merece destaque a procura da pós-graduação *stricto sensu* do IFCE, pois em 2023 se inscreveu uma média de 1700 candidatos às 267 vagas oferecidas pelos diversos programas. Isso demonstra a credibilidade, consolidação e fortalecimento dos programas, pois apesar de estarem em processo de consolidação, já conseguem atrair muitos candidatos.

Isto posto, vale ressaltar as parcerias realizadas entre o IFCE e empresas públicas e privadas, com interveniência da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do IFCE, com o objetivo de formar, em nível de mestrado, professores, gestores e técnicos dessas instituições, para aprimoramento das práticas didático-pedagógicas que resultem na efetiva aprendizagem dos alunos. Essa iniciativa procurou fortalecer a relação interinstitucional e qualificar os profissionais que atuam nessas empresas em busca de excelência.

Portanto, o fortalecimento e o crescimento da pós-graduação do IFCE beneficiam o desenvolvimento da pesquisa, favorecem a empregabilidade, promovem a articulação com o mercado por meio de produtos tecnológicos e propriedade intelectual e atendem às demandas da sociedade com o conhecimento produzido.

3.4. Eixo Extensão

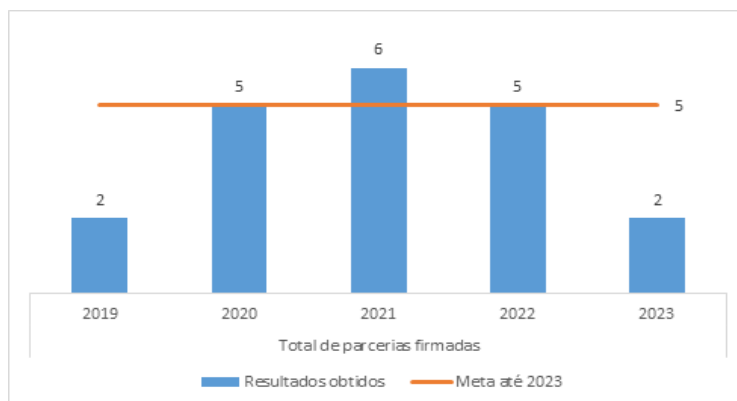
3.4.1. Desenvolvimento local e regional

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Total de parcerias firmadas• Índice de participação de servidores na extensão• Índice de participação de discentes na extensão• Taxa de alcance das ações de extensão• Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório	<ul style="list-style-type: none">✓ Mínimo de 5 parcerias por <i>campus</i>✓ Mínimo de 20% dos servidores✓ Mínimo de 7% dos discentes✓ Mínimo de 30 pessoas atendidas em media, por ação✓ Coeficiente de progressão acima de 50%

O levantamento dos dados foi realizado levando-se em consideração as ações cadastradas e realizadas até dezembro de 2023, os quais foram extraídos do Sistema de Gerenciamento da Extensão (SigProext). São dados de atividades de extensão realizadas pelos servidores (TAEs e docentes) e estudantes nos *campi* do IFCE.

As ações de extensão do IFCE, no âmbito do desenvolvimento local e regional, em 2023, retratam, por um lado, o movimento e o esforço institucionais e, por outro, a sua potência e as suas dificuldades, os quais precisam ser associadas ao cenário pós-pandemia de covid-19 e à nossa busca de crescimento, expansão e capilaridade.

➤ **Índice - Total de parcerias**

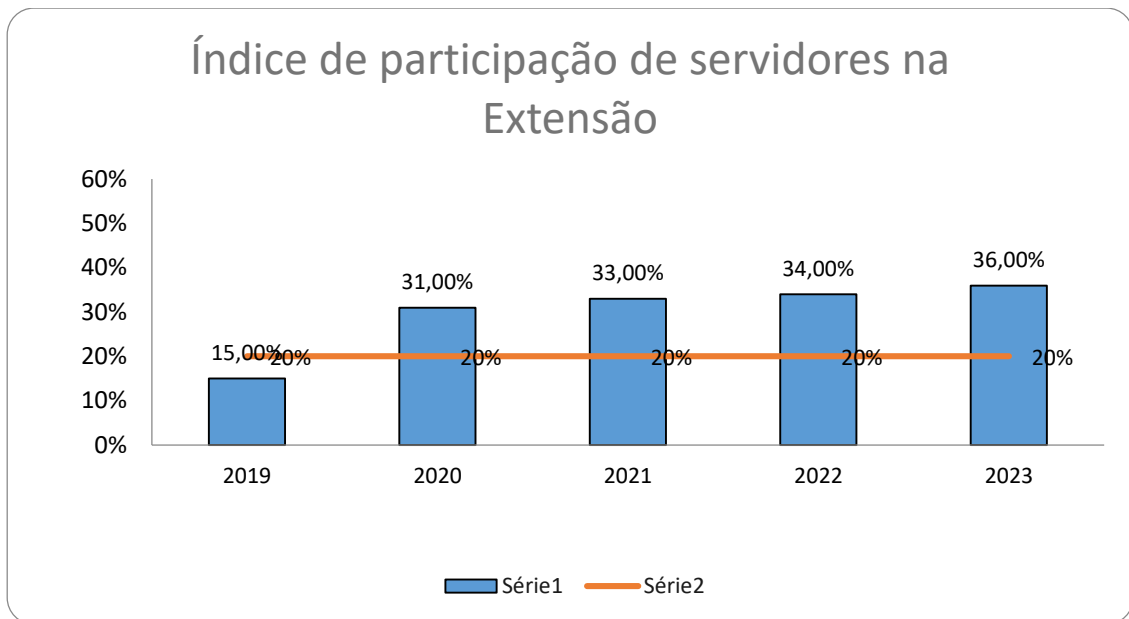


Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

Assim sendo, ao considerarmos as parcerias firmadas, vislumbramos a meta de cinco parcerias por *campus* até 2023, mas atingimos somente uma média de 2,3, evidenciando que a formalização de parcerias se constitui em um “calcanhar de Aquiles” em nossa instituição, em parte pelo desconhecimento de muitos servidores acerca do processo de tramitação, ao qual se acrescentam a complexidade de execução, a pouca oferta de formação sobre esse tema no âmbito da instituição e a falta/dificuldade de suporte jurídico, administrativo, contábil e contratual nos *campi*, entre outros aspectos.

➤ **Índice - Participação de servidores na extensão**

Para este índice, considerou-se a quantidade de servidores em ações de extensão. Constatou-se um total de 1351 servidores que cadastraram atividades de extensão no SigProext, considerando-se o universo de 3700 servidores do IFCE. Esses dados foram encontrados no SUAP, em 2023, resultando em 36% de participação de servidores na extensão.



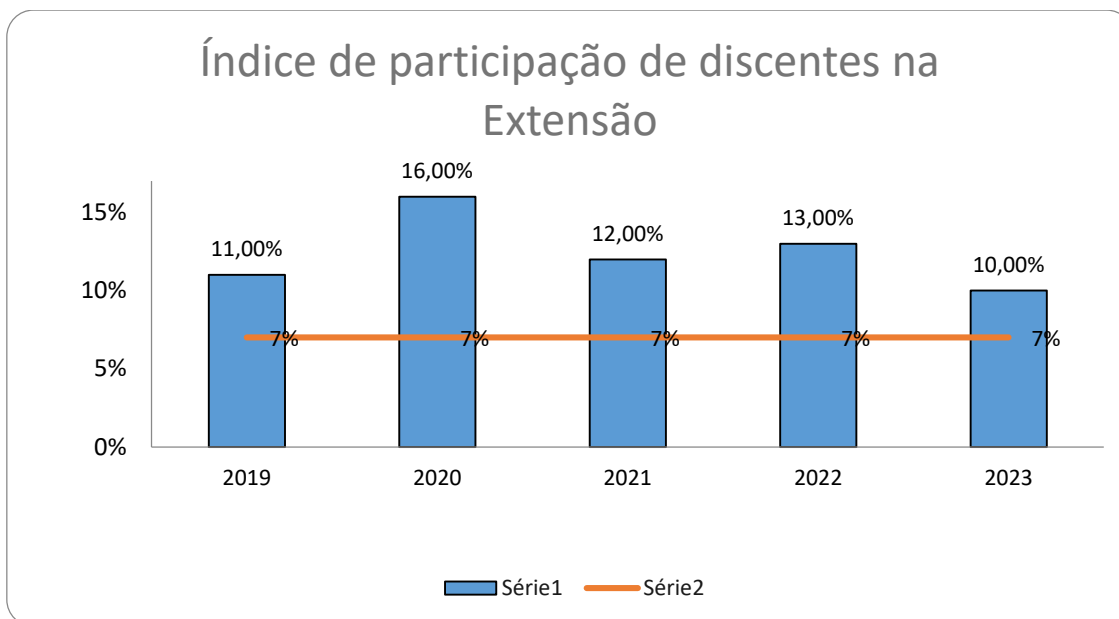
Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

Os indicadores de participação de servidores nas atividades de extensão são reflexo de ações, como o edital de seleção de bolsistas de extensão para os programas/núcleos e projetos institucionais, com fomento também para eventos de arte e cultura, empreendedorismo, estágio e egressos e do NAPNE e NEABI; bem como os editais em parceria com instâncias internas e externas, entre outras atividades.

Assim, tem-se percebido a consolidação de um crescimento de participação de servidores/as na extensão, na marca de 36%, para além do mínimo estabelecido de 20% de servidores. Esse resultado poderá vir a crescer nos próximos anos, haja vista a possibilidade de os técnicos voltarem a atuar como coordenadores das ações após os dispositivos legais terem sofrido alterações a partir de 2023. Além disso, a área tem permanentemente feito um trabalho de educação e conscientização acerca da extensão na comunidade acadêmica, com o objetivo de contribuir para o aumento e o fortalecimento da participação dos/as servidores/as, e continuará a fazê-lo por meio das ações da curricularização da extensão e outros eventos e formações sobre a temática

Índice de participação de discentes na extensão

Para este indicador, considerou-se a quantidade de discentes em ações de extensão. Foi um total de 2722 discentes envolvidos em atividades de extensão no SigProext, de um total de 20 000 discentes do IFCE. Os dados foram obtidos na plataforma “IFCE em números”, no ano de 2023, resultando em 10 % de participação de estudantes na extensão.

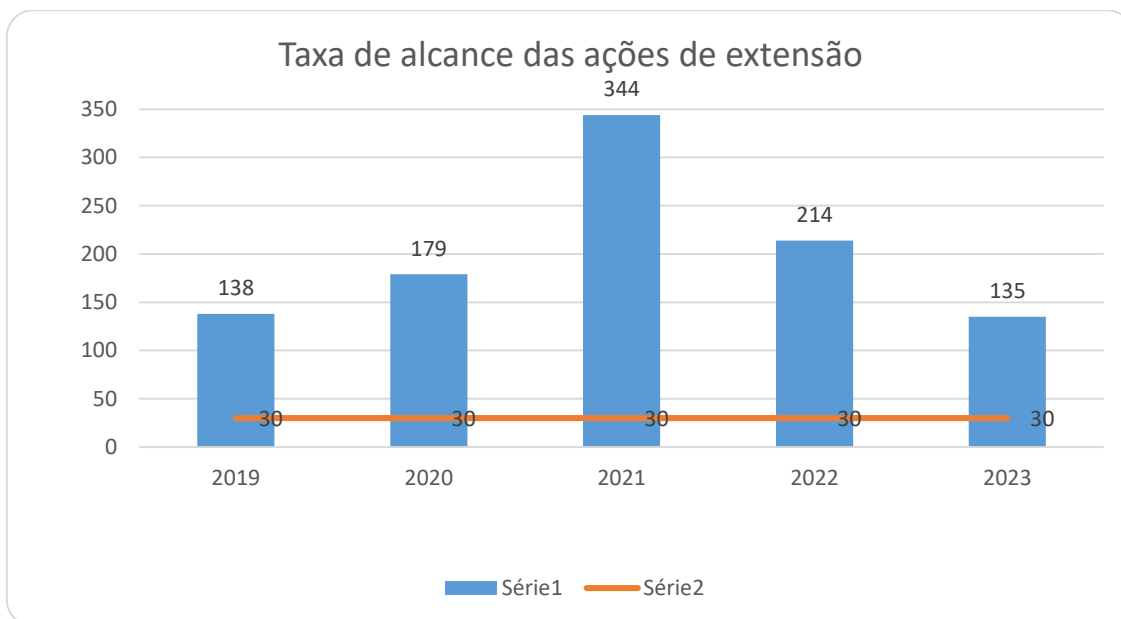


Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

A participação dos estudantes nas ações de extensão ficou três pontos percentuais acima do esperado, indicando que, apesar de ter diminuído em relação ao ano de 2022, ainda se manteve crescente em relação à meta estabelecida. Um dos fatores que impactaram esse número foi a questão orçamentária, a qual atua diretamente na quantidade de bolsas e nos editais. Para minimizar essa problemática, tem-se atuado em rede, interna e externamente, no sentido de se prover a captação de editais e, conseqüentemente, viabilizar insumos e bolsas para discentes extensionistas.

➤ **Índice - Alcance das ações de extensão**

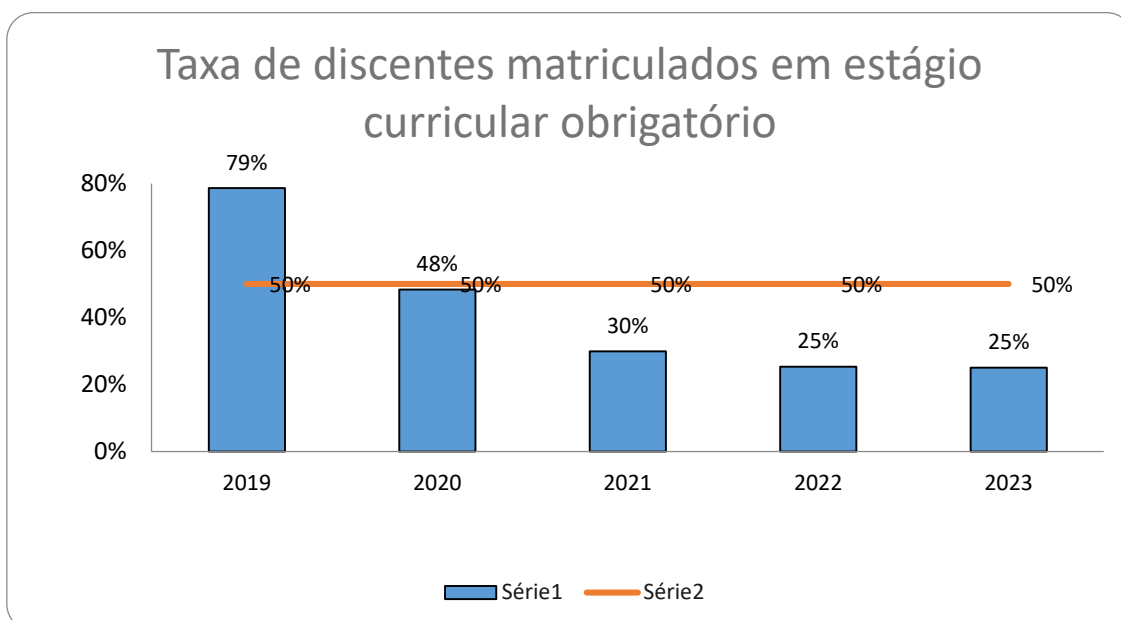
Para esta taxa, considerou-se a quantidade total de pessoas da comunidade envolvidas em ações de extensão. Constatou-se um total de 105 128 pessoas atendidas pelo conjunto das ações de extensão até o mês de dezembro de 2023, e observou-se o número de 777 ações cadastradas no SigProext, realizadas por servidores e estudantes do IFCE, resultando na taxa de alcance de 135 no indicador das ações de extensão.



Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

O gráfico acima indica que superamos a meta estabelecida, embora com decréscimo em relação ao ano de 2022. Mais uma vez, observa-se que o impacto orçamentário traz reflexos nessa taxa, acarretando diminuição das ações de extensão e menor número de pessoas atendidas. A atuação em rede, interna e externa, tem procurado contribuir com a reversão desse quadro.

➤ **Índice - Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório**




Fonte: Dados extraídos do Sistema Acadêmico (2023).

O gráfico acima indica que atingimos 25% da meta estabelecida, que seria a de termos metade do total dos estudantes aptos ao estágio, na condição de regularmente matriculados neste componente. Muitos fatores interferem na execução desta meta, pois, além das reprovações, retenções e abandonos, há as questões associadas à luta pela sobrevivência de nossos estudantes, os quais, muitas vezes, precisam conciliar estudo e trabalho, dificultando a realização dos estágios obrigatórios e a consequente conclusão do curso.

Para minimizar esta realidade, o IFCE, por meio da Coordenadoria de Estágio e Acompanhamento de Egressos da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Ensino e dos *campi*, deverá traçar estratégias em comum para que os estudantes se sintam mais acolhidos e encorajados a concluir o curso.

3.4.2. Diversidade e acessibilidade

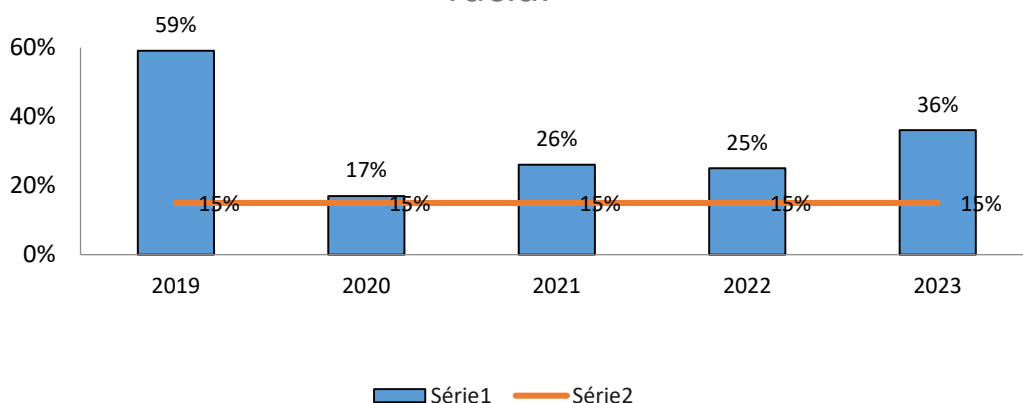
Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial</p>	<ul style="list-style-type: none">Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial	<ul style="list-style-type: none">✓ No mínimo 15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnico-racial

➤ **Índice - Ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial**

Para o levantamento dos números deste índice, observaram-se as ações cadastradas e realizadas no SigProext dentro das linhas de extensão: acessibilidade; diversidade étnico-racial; educação inclusiva; grupos em situação de vulnerabilidade; pessoas com deficiência física e questões de gênero e diversidade.

Para o cálculo do índice, considerou-se a quantidade total de ações na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial, somando-se 102 ações, dividida pelo total das ações de extensão. Foram 777 ações cadastradas e realizadas no SigProext até o mês de dezembro de 2023, resultando em 13% de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial.


Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial



Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

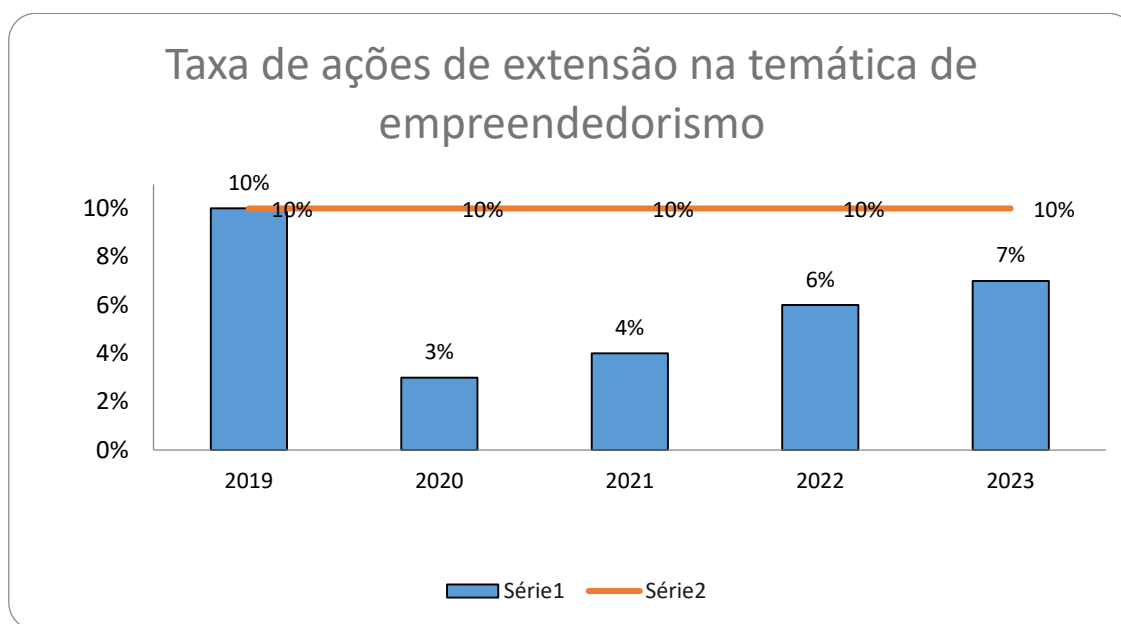
O percentual comprova um aumento acima da meta estabelecida, resultante das ações dos extensionistas nos *campi*. Pretende-se continuar a expansão de atividades de extensão nesta área, reforçando o compromisso institucional com o direito à educação a todos, o que requer maior reforço orçamentário e articulações diversas.

3.4.3. Empreendedorismo

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No mínimo 10% das ações de extensão na área de empreendedorismo ✓ No mínimo 20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo

➤ **Índice - Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo**

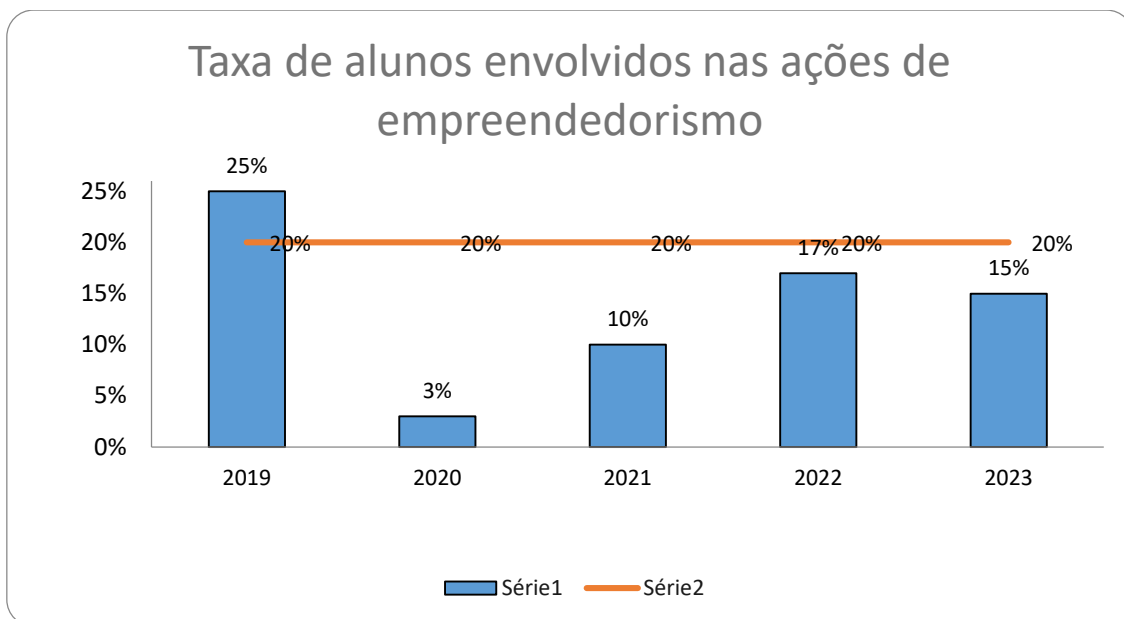
Para o levantamento dos números deste índice, levaram-se em consideração ações cadastradas e realizadas no SigProext dentro das linhas de extensão Empreendedorismo e Emprego e Renda. Dessas linhas resultou um total de 56 ações realizadas durante o ano de 2023. Para o cálculo do índice, considerou-se a quantidade total de ações na área de empreendedorismo, sendo 56 ações, dividida pela quantidade de 777 ações cadastradas e realizadas no SigProext no ano de 2023, resultando em 7% de ações de extensão realizadas na área de empreendedorismo.



Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

➤ Índice - Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo

Para o levantamento dessa taxa, observaram-se ainda as ações cadastradas e realizadas no SigProext dentro das linhas de extensão Empreendedorismo e Emprego e Renda. Dessas linhas resultou um total de 117 discentes envolvidos em ações realizadas na temática do empreendedorismo durante o ano de 2023. Para o cálculo do índice, considerou-se a quantidade total de discentes em ações na área de empreendedorismo. A quantidade de 117 discentes foi dividida pela quantidade de 777 ações cadastradas e realizadas no SigProext, no ano de 2023, resultando em 15% de discentes envolvidos em ações de extensão realizadas na área de empreendedorismo.



Fonte: Dados extraídos da plataforma do SigProext (2023).

Observa-se o progresso no número das ações e na quantidade de alunos envolvidos na temática do empreendedorismo, visto como resultado dos esforços empreendidos pelos *campi* do IFCE na realização de ações. As ações refletem os trabalhos conjuntos de servidores e discentes em iniciativas internas e também externas, como projetos de consultorias com fomentos oriundos de editais provenientes, por exemplo, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), além das maratonas, palestras, *workshops*, minicursos e eventos para sensibilização e propagação do empreendedorismo nos *campi* do IFCE. Estas ações continuarão a ser impulsionadas pela Extensão do IFCE, pois colaboram com a permanência e o êxito dos estudantes, além de prepará-los para atuarem no mercado de trabalho.

3.5. Eixo Administração e Planejamento

3.5.1. Execução da Lei Orçamentária Anual

A Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 – Lei Orçamentária Anual – estimou as receitas e fixou as despesas para o exercício de 2023. A Programação Orçamentária e Financeira do exercício de 2023 foi regida pelo Decreto nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2023, e alterações posteriores, que fixaram as regras da execução do orçamento e do desembolso financeiro do ano, inclusive da recomposição orçamentária na Fonte 1444 realizada por meio da Portaria GM/MPO nº 129, de 11 de maio de 2023, cujos limites de empenho e movimentação foram autorizados somente após exaurida a disponibilidade das fontes do Tesouro inicialmente aprovadas na LOA/2023.

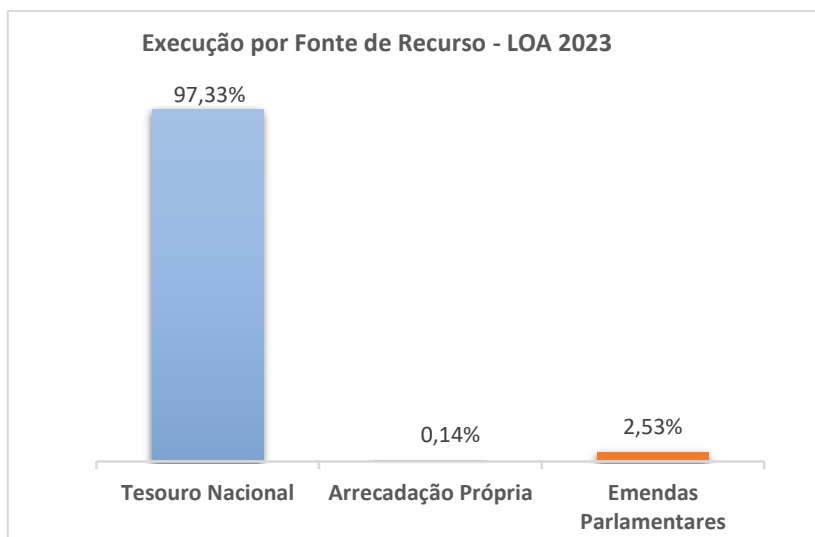
A LOA/2023 foi aprovada com valor inicial fixado em R\$ 865.644.869,00 para o IFCE, tendo encerrado sua execução no montante de R\$ 976.868.095,00, conforme detalhamento por fonte de recursos e grupo de despesas a seguir. Importante ressaltar os destaques recebidos por meio de Termos de Descentralização de Créditos, que fomentaram melhorias na infraestrutura e desenvolvimento de projetos aprovados no âmbito do MEC e de outros órgãos federais, no montante de R\$ 49.288.808,51.

Tabela – Composição do Orçamento em 2022

FONTES DE RECURSOS	DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	DESPESAS DE CUSTEIO	INVESTIMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Tesouro Nacional	709.997.979	129.714.804	800.000	840.512.783	950.742.748
Arrecadação Própria	-	632.086		632.086	1.375.347
Emendas Parlamentares		650.000	23.850.000	24.500.000	24.750.000
Totais (LOA)	709.997.979	130.996.890	24.650.000	865.644.869	976.868.095
Descentralizações de crédito	-	25.941.545,11	23.651.751,54	-	49.593.296.65

Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

A LOA/2023 teve cobertura orçamentária de 97,33% oriundos dos recursos do Tesouro, 0,14% da arrecadação própria e 2,53% da indicação de emendas parlamentares, conforme o gráfico a seguir:



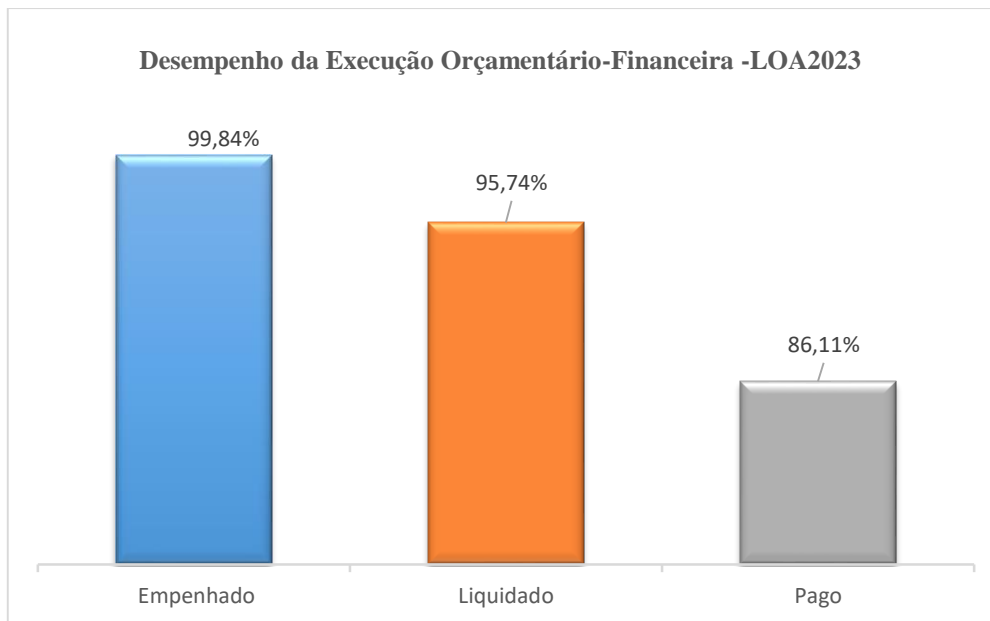
Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

O gráfico da execução de recursos por grupo de despesa, abaixo, demonstra que 80,97% das dotações da LOA/2023 foram executados com despesas de pessoal e encargos sociais, 16,51% com despesas de custeios e 2,52% em investimentos.



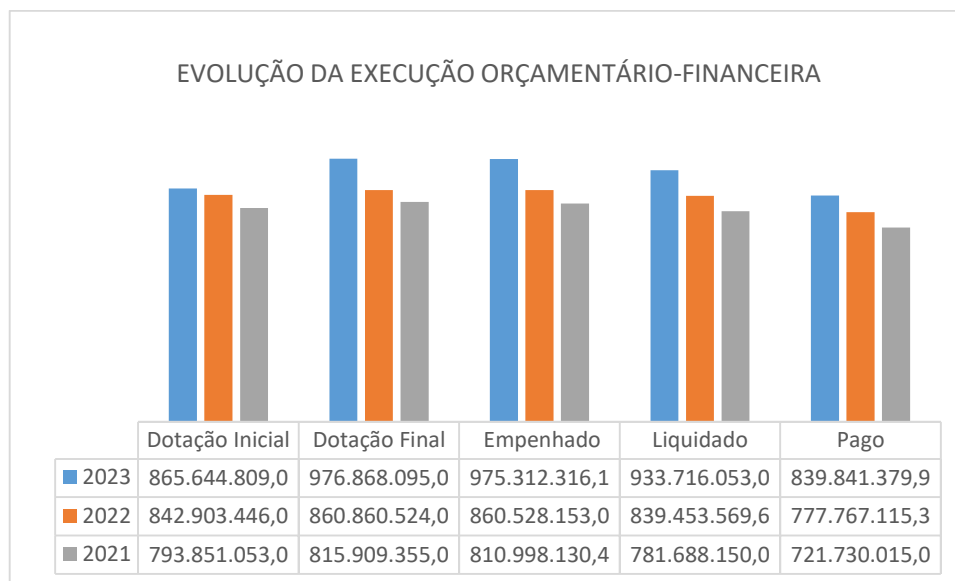
Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

Do montante de dotações autorizadas, no valor de R\$ 976.868.095,00, 99,84% foram empenhados e 86,11% pagos, conforme gráfico:



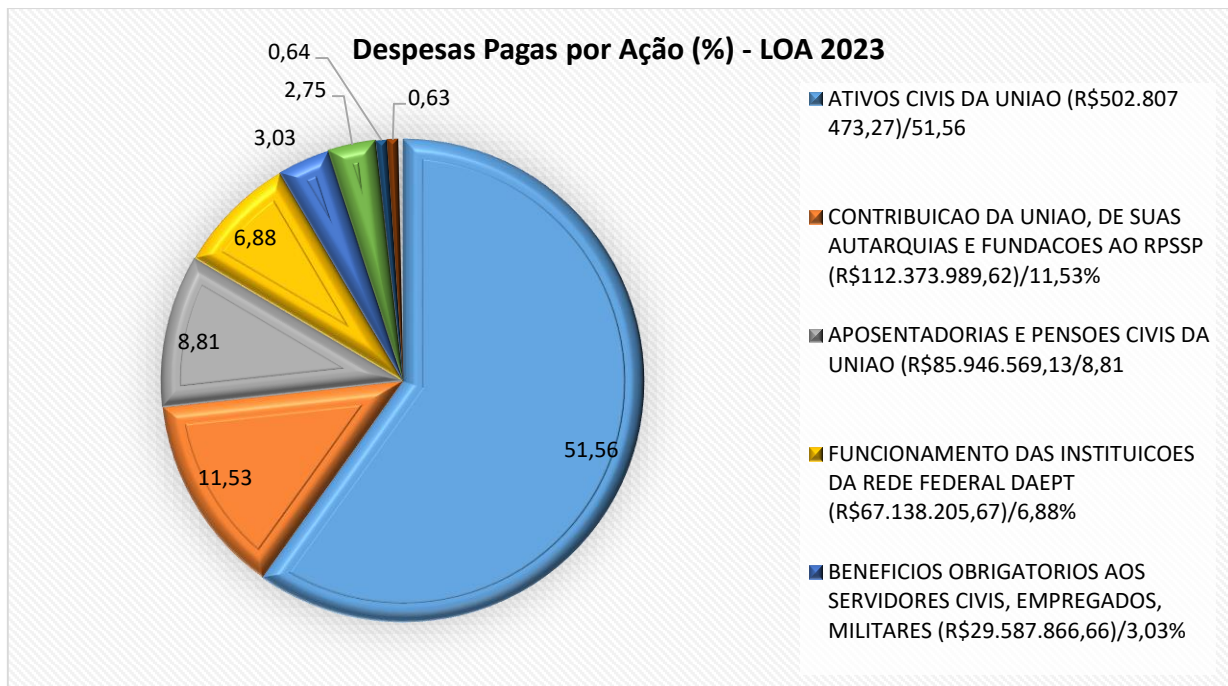
Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

No tocante à evolução do desempenho orçamentário-financeiro do exercício de 2023 em relação aos anos anteriores, a execução orçamentário-financeira foi satisfatória em todas as fases, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

A execução das despesas por ação orçamentária consignadas na LOA/2023 evidencia que as despesas com folha de servidores ativos (51,56%) e encargos sociais (11,53%) obtiveram o maior nível de gastos executados no exercício, conforme o gráfico abaixo:

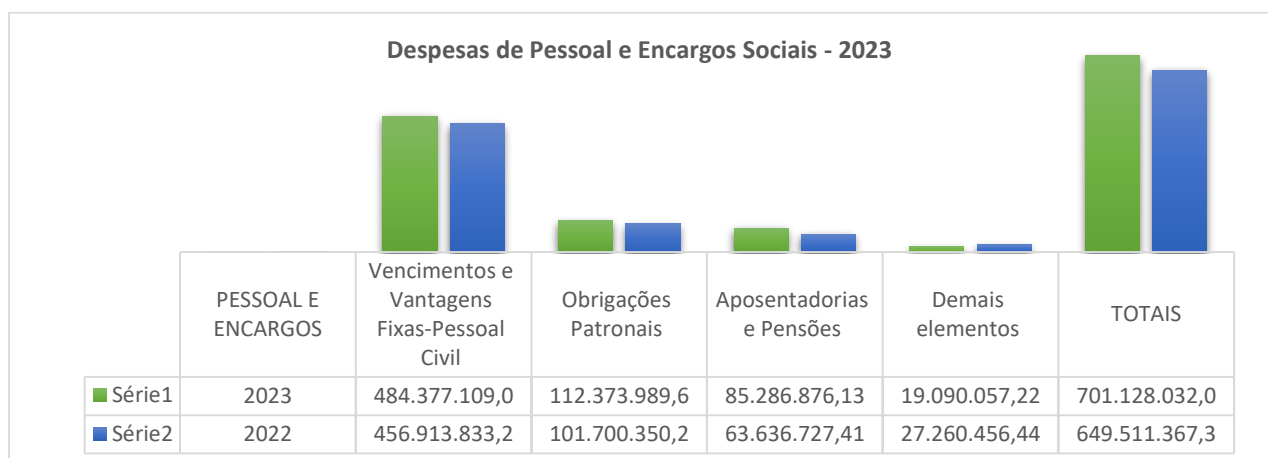


Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

3.5.1.1. Valores pagos por grupo e elemento de despesa

➤ Despesas de pessoal e encargos sociais

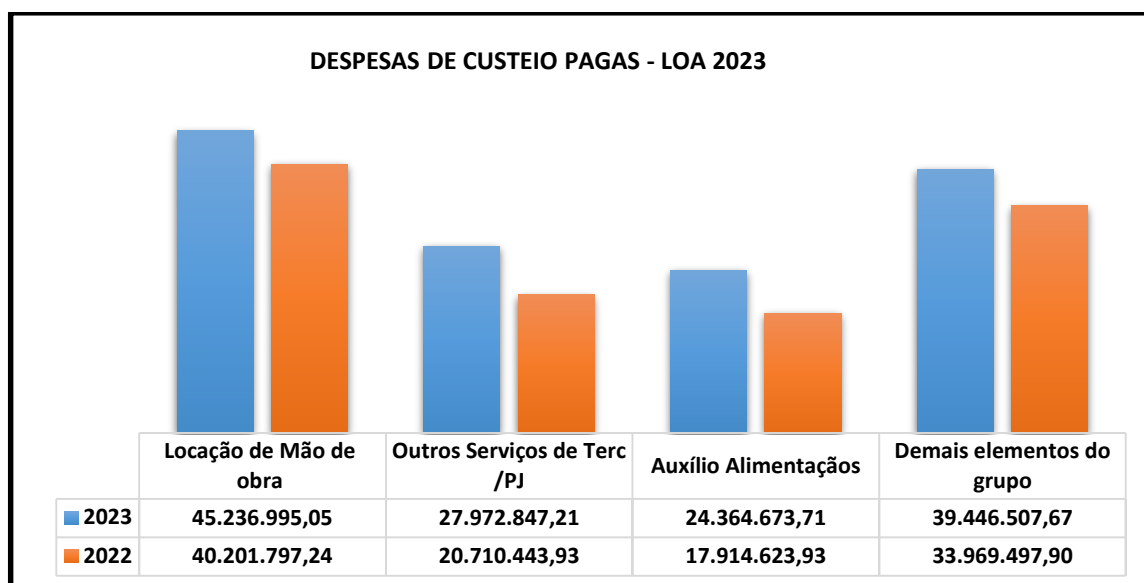
Os gastos com pessoal e encargos sociais somaram o montante de R\$ 701.128.032,02 e cresceram 7,95% em relação ao exercício de 2022, do qual os gastos por elemento de despesas correspondem a: 69,09% das despesas com vencimentos e vantagens fixas, 16,03% referem-se às obrigações patronais e 12,16% representam o pagamento de aposentadorias e pensões, conforme dados financeiros a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

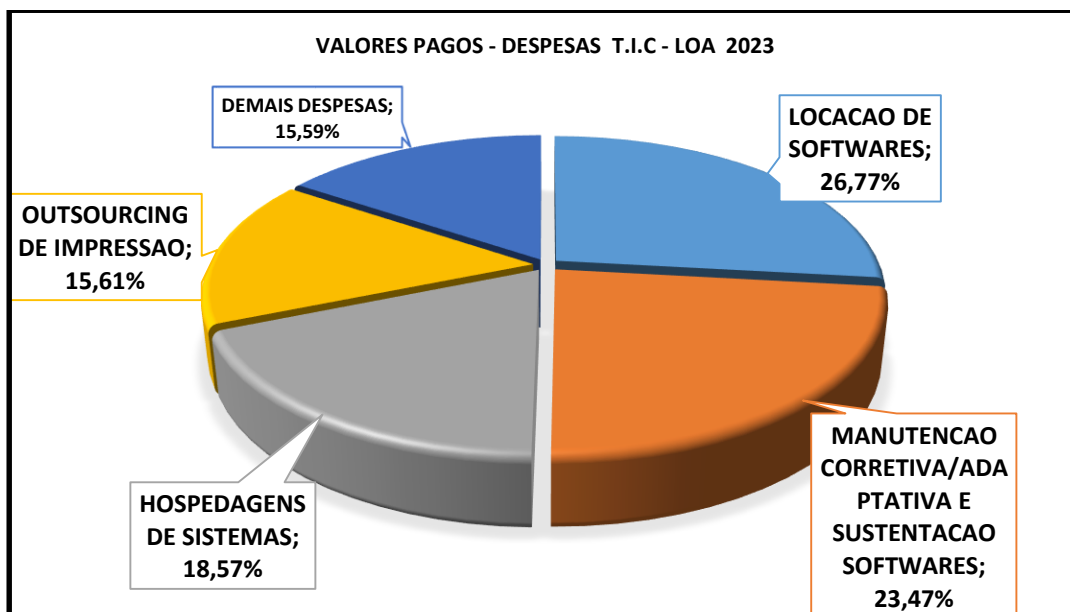
➤ **Despesas de Custeio**

Os gastos de custeio do exercício 2023 totalizaram R\$137.021.023,64, o que resultou em aumento das despesas em torno de 21,48% em relação ao ano de 2022. Destacam-se como maior nível de gastos de custeio as despesas com locação de mão de obra, que representam 33,01% das despesas pagas com serviços de vigilância, limpeza e conservação, recepção e copeiragem, seguidas das despesas com Serviços de Terceiros/PJ, com 20,42%, e 17,78% das despesas pagas com auxílio-alimentação dos servidores do IFCE.



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

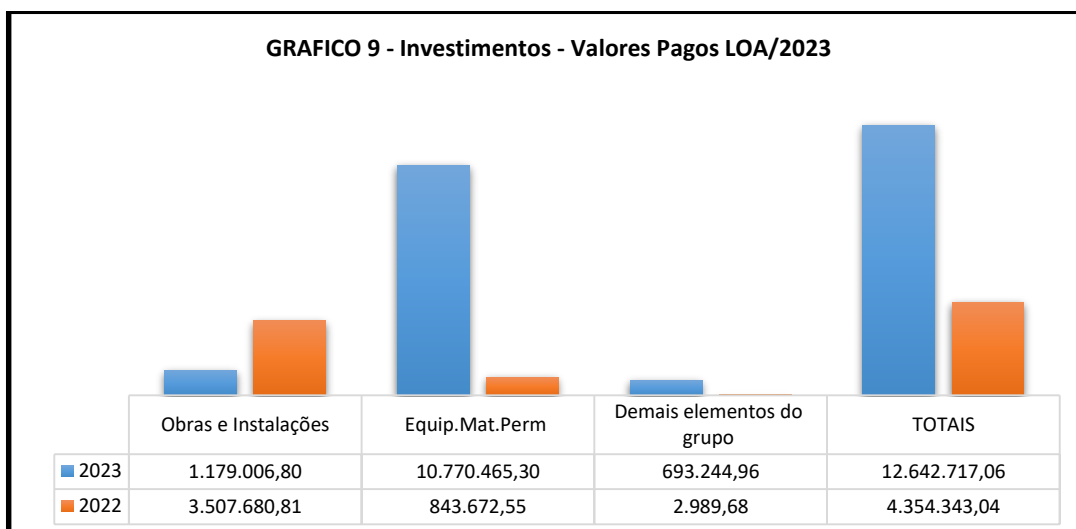
Importante evidenciar outros gastos correntes destinados ao funcionamento e manutenção dos sistemas de informação e comunicação do IFCE, que somaram R\$ 1.673.015,32 no exercício de 2023, demonstrados a seguir por elemento de despesa mais relevante.



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

➤ Investimentos pagos

No exercício de 2023, foram empenhados investimentos da ordem de R\$ 48.301.234,53, dos quais R\$ 22.583.436,77 em obras e instalações e R\$ 23.967.537,80 em equipamentos e material permanente, estando as despesas pagas no exercício demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

No âmbito das unidades que compõem o IFCE, foram realizados investimentos, prioritariamente, nas seguintes ações:

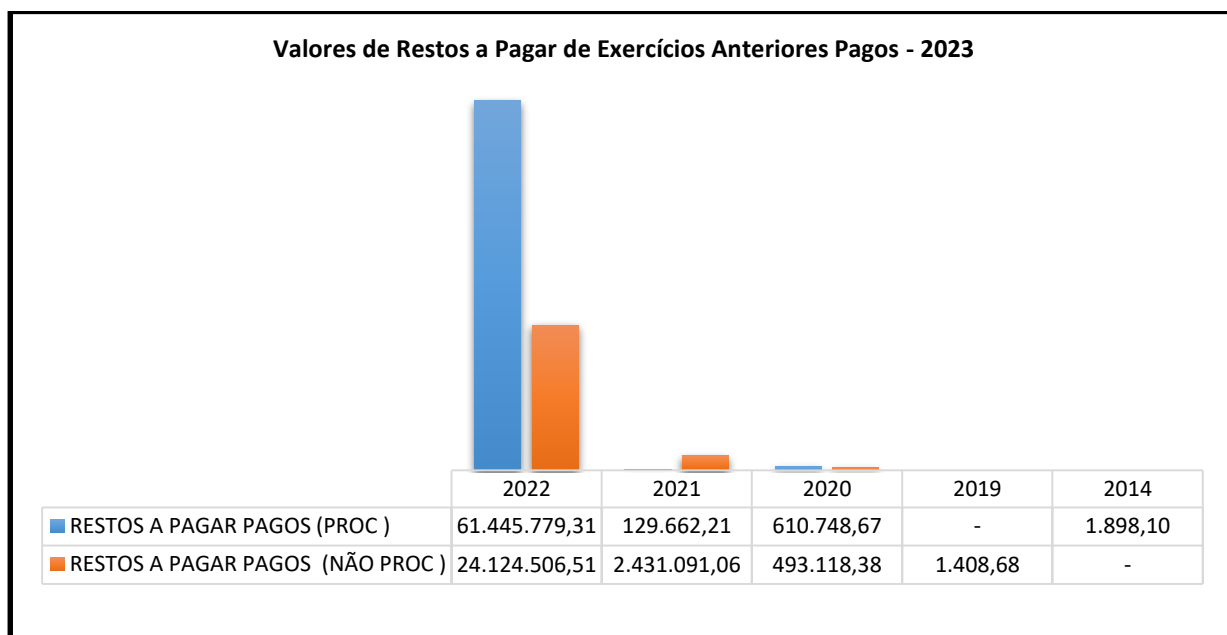
- Obra de construção de refeitório para os estudantes nos *campi* Acaraú, Acopiara, Aracati, Boa Viagem, Canindé, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maranguape, Quixadá, Tabuleiro do Norte e Tauá;

- Obra de construção de bloco de 4 salas de aulas nos *campi* Crateús, Caucaia, Maracanaú, Tabuleiro do Norte, Camocim, Morada Nova e Ubajara;
- Obra de construção de espaço de vivência nos *campi* Aracati, Horizonte, Guaramiranga e Paracuru;
- Obra de construção de muro no *campus* Camocim;
- Obra de construção de laboratório de edificações e agropecuária no *campus* Crateús;
- Obra de ampliação do refeitório no *campus* Crateús;
- Obra de construção de passarela no *campus* Crateús;
- Obra de ampliação do refeitório e urbanização no *campus* Umirim;
- Obra de construção de bloco de 4 salas na Reitoria;
- Obra de construção de acesso à quadra do *campus* Boa Viagem;
- Obra de reforma da cobertura da quadra do *campus* Fortaleza;
- Obra de reforma da fachada do *campus* Jaguaruana;
- Obra de reforma da impermeabilização da cobertura de bloco no *campus* Maracanaú;
- Obra de reforma e implantação dos laboratórios de Eletrônica, Biologia e Química no *campus* Maranguape;
- Obra de reforma e implantação do laboratório NUGETASI (Núcleo de Geração e Transferência de Tecnologia Animal no Sertão dos Inhamuns) no *campus* Tauá;
- Obra de construção de central de gás no *campus* Crato;
- Aquisição de sistema fotovoltaico e instalação nos *campi* Cedro, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Horizonte, Iguatu, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova e Paracuru;
- Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação;
- Aquisição de equipamentos para laboratórios dos *campi*;
- Aquisição de acervos bibliográficos.

➤ **Valores pagos 2023 - restos a pagar de exercícios anteriores**

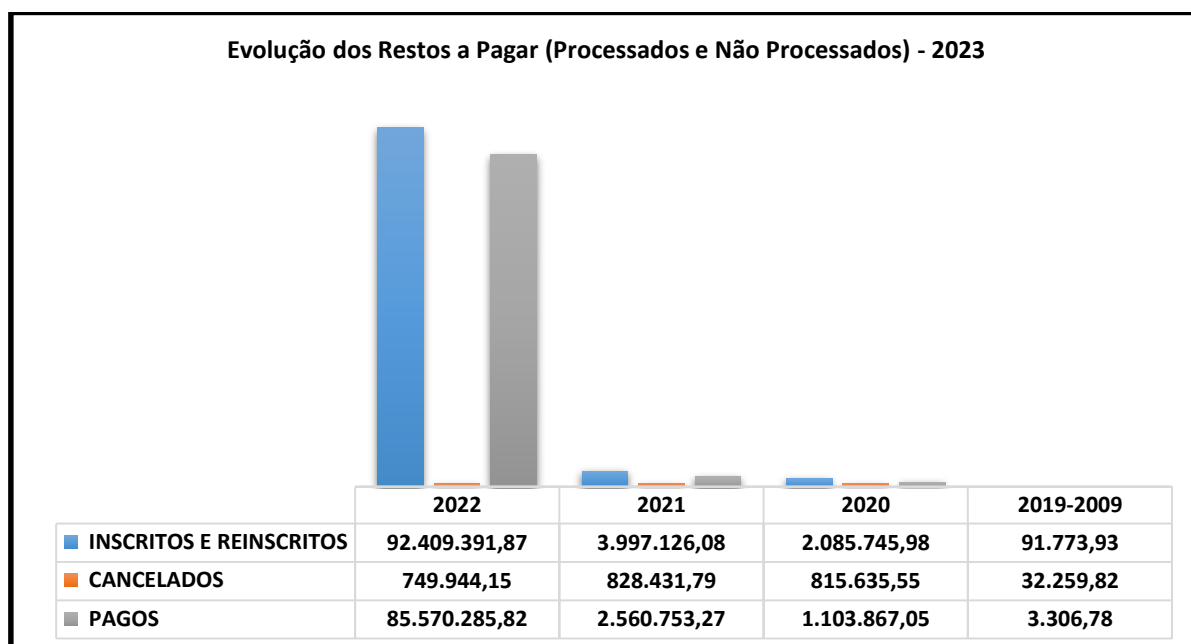
O montante em valores pagos referentes a restos a pagar, no exercício de 2023, reflete, em boa parte, o volume de recursos empenhados ao final do ano de 2022. Este cenário de alta demanda de execução orçamentária no final de cada exercício tem exigido que o IFCE implemente em seu

planejamento medidas que evitem um grande índice de cancelamento dos restos a pagar inscritos, garantindo, assim, a entrega dos bens e serviços adquiridos.



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

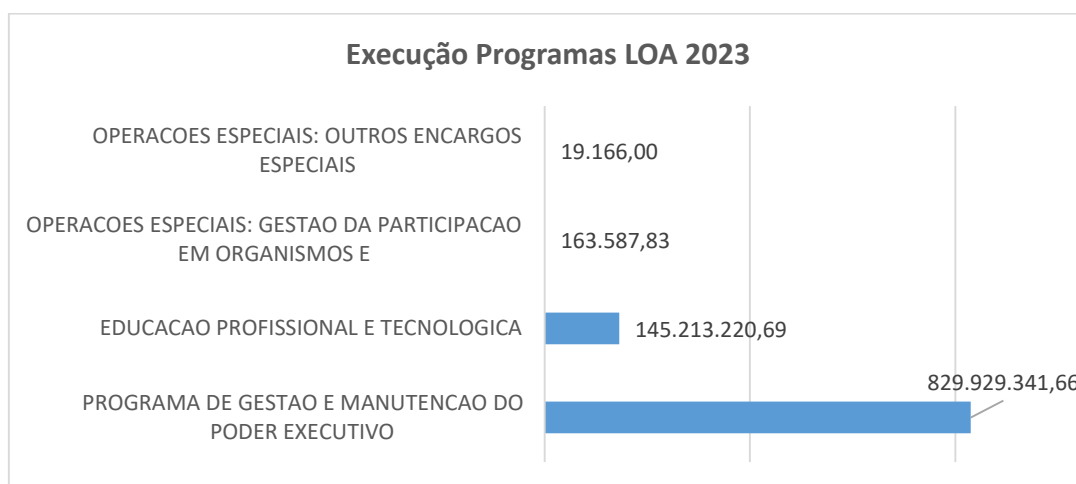
Os restos a pagar não processados são aqueles que ainda não foram liquidados. Já os restos a pagar processados se referem às despesas que já passaram pela etapa de liquidação. Os restos a pagar processados do IFCE totalizavam aproximadamente 61 milhões no início do exercício de 2023. Esses valores são, basicamente, referentes à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2021, que foi liquidada no final do exercício de 2022 e paga no primeiro dia útil de 2023.



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024)

3.5.1.2. Gestão de custos

O gráfico abaixo demonstra a execução orçamentária detalhada por programa temático do exercício 2023, destacando a relevância de cada um para o alcance dos objetivos institucionais. Destaca-se que 85,06% das dotações orçamentárias foram executadas com o atendimento das despesas do Programa de Gestão e Manutenção que servem de suporte ao funcionamento das áreas finalísticas e administrativas da instituição. O Programa da Educação Profissional Tecnológica abrange as ações finalísticas e representou 14,92% da execução orçamentária.



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2024).

As composições das ações pertencentes às áreas finalística e de suporte podem ser observadas na imagem a seguir:

Área finalística



- Assistência ao educando da Educação Profissional;
- Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Fomento a ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

Área suporte



- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação;
- Pagamento de pessoal ativo da União;
- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes;
- Outros benefícios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes;
- ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos;
- Aposentadorias e pensões civis da União;
- Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais;
- Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica;
- Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios).

3.5.2. Gestão de licitações e contratos

3.5.2.1. Conformidade legal

Dentre as contratações efetuadas em 2022, os principais enquadramentos são:

- Contratações diretas: artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993;
- Contratações de obras de engenharia: artigo 22 da Lei nº 8.666/1993;
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 14.133/2021.

3.5.2.2. Processos de contratações

De acordo com o Painel de Compras do Ministério da Economia (<http://paineldecompras.economia.gov.br/licitacao-sessao>) e consulta ao Tesouro Gerencial, em fevereiro de 2024, o total de pagamentos (despesas pagas) referentes às contratações de bens e serviços relativas a custeio e investimentos, em 2023, foi de R\$ 149,16 milhões.



As despesas em 2023 foram da ordem de R\$ 12,6 milhões com investimentos e R\$ 137 milhões com funcionamento administrativo, de acordo com quadro resumido, com as principais despesas, apresentado a seguir.

Locação de mão de obra	R\$ 45,2 milhões
Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	R\$ 27,9 milhões
Energia elétrica	R\$ 7,7 milhões
Água e esgoto	R\$ 914 mil
Material de consumo	R\$ 4,2 milhões
Material de distribuição gratuita	R\$ 4,9 milhões
Diárias	R\$ 1,7 milhão
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 1,6 milhão
Obras e instalações	R\$ 1,1 milhão
Equipamentos e material permanente	R\$ 10,7 mil

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 06/02/2024). Valores pagos.

3.5.2.3. Contratações mais relevantes

Em 2023, as licitações mais relevantes foram as listadas a seguir:

Licitação	Unidade Gestora	Campus contemplado	Valor Total Homologado	PROCESSO SEI
Concorrência nº 03/2023 - Construção de unidade de alimentação nutricional.	Reitoria	11 unidades da rede IFCE	R\$ 16.125.448,66	23255.001689/2023-06
Tomada de preços nº 04/2023 - construção de unidade de alimentação nutricional.	Reitoria	Jaguaribe	R\$ 1.348.599,04	23487.001446/2023-36
Concorrência nº 01/2023 - Construção de blocos 4 salas.	Fortaleza	7 unidades da rede IFCE	R\$ 4.374.237,51	23486.001039/2023-39
Pregão Eletrônico (SRP) nº 01/2023 - Manutenção predial.	Reitoria	Rede IFCE	R\$ 4.975.689,58	23255.008077/2022-55
Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2023 - Manutenção de subestações.	Reitoria	Rede IFCE	R\$ 10.650.881,87	23255.001512/2023-0
Dispensa nº 07/2023 - Contratação de fundação de apoio para gerenciamento de processo seletivo.	Reitoria	Fortaleza, Caucaia, Sobral	R\$ 1.971.075,00	23255.001178/2023-86
Dispensa nº 48/2023 (Lei nº 8666/93) - Contratação de Fundação para implantação de Rádio Educativa.	Reitoria	Rede IFCE	R\$ 1.275.000,00	23255.009651/2023-73
Dispensa nº 52/2023 (Lei 8666/93) - Contratação de fundação de apoio para assumir a gestão administrativa e financeira dos recursos do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Reitoria	Reitoria, Fortaleza	R\$ 2.539.211,96	23255.010261/2023-46
Ato de Contratação Direta nº 90045/2023 - contratação da fundação para o projeto Educação a distância estado do Pará.	Fortaleza	Fortaleza	R\$ 11.982.571,00	23256.018166/2023-81

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações. Acesso em 26/01/2024.

Justificativas referentes às contratações:

- No tocante às contratações de obras de engenharia, a construção de unidades de alimentação, bem como a construção de salas de aula, têm por objeto permitir a permanência e êxito dos alunos, com destaque aos alunos do ensino médio, além de permitir a ampliação de oferta de matrícula, haja vista a expansão da infraestrutura física das unidades do IFCE.
- As contratações de manutenção predial e subestação elétrica almejam o regular funcionamento das unidades, tornando possível a manutenção original das condições das edificações e elementos/sistemas construtivos, preservando a segurança dos usuários e da coisa pública.
- As contratações das fundações de apoio na execução de projetos têm por objetivo fortalecer a atuação da academia no setor produtivo, bem como resolver problemas na esfera pública ou privada, com o envolvimento de docentes e alunos, fortalecendo o processo ensino-aprendizagem, além de fortalecer a pesquisa e a extensão.
- A contratação do serviço de apoio à realização dos processos seletivos no âmbito dos *campi* Fortaleza, Caucaia e Sobral objetivam a ampliação do número de matrículas, vista a execução de ações de divulgação e organização por parte da instituição contratada.

3.5.2.4. Principais tipos de contratações diretas

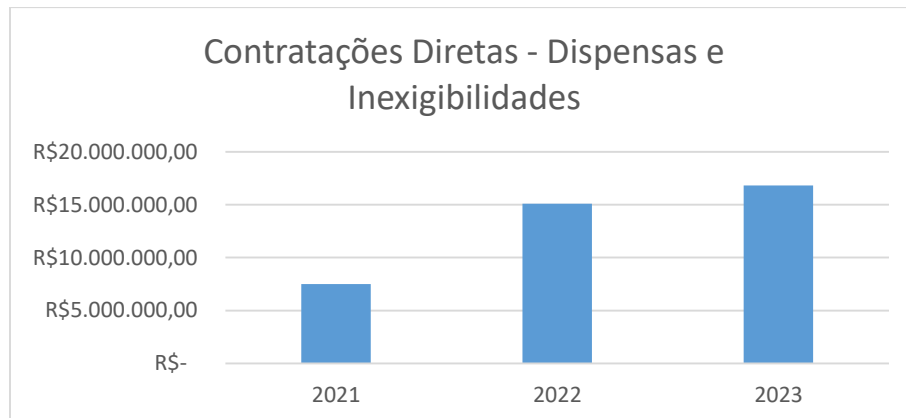
Em 2023, a realização de contratações por meio de dispensas e inexigibilidades de licitação foram voltadas principalmente para serviços, com destaque ao apoio administrativo e financeiro de projetos por parte das fundações de apoio.

Finalidade	Contratada	Valor	Base legal
Apoio administrativo e financeiro	Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – FAIFCE	R\$ 20.287.337,77	Inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/94
Apoio administrativo e financeiro	Fundação de Cultura e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Funcepe	R\$ 3.356.011,96	Inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/94
Apoio administrativo e financeiro	Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – Funetec PB	R\$ 1.971.075,00	Inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/94
Apoio administrativo e financeiro	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	R\$ 990.000,00	Inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/94

Fonte: <http://paineldecompras.economia.gov.br/>. Acesso em: 26/01/2024.

Do ponto de vista da despesa paga, o gráfico a seguir resume os valores associados às contratações diretas nos últimos três exercícios.

Verifica-se um ligeiro aumento das contratações diretas (2022 x 2023), haja vista as contratações das fundações de apoio na execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira.



Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2024). Despesa paga.

3.5.2.5. Desafios, Fraquezas e Riscos na Gestão de Licitações e Contratos

- Mudança cultural quanto à relevância do planejamento nas aquisições, observando-se as demandas previamente registradas no sistema PGC, no exercício anterior, para a execução do Plano Contratações Anual – PCA para o exercício seguinte.

- Elaboração dos normativos para implantação dos instrumentos de governança previstos na Portaria nº 8.678/2021/SEGES/ME, conforme quadro abaixo:

NORMATIVO INTERNO	REGRAMENTO
Instrução Normativa nº 4/2023	Dispõe sobre a interação com o mercado no que diz respeito às aquisições e contratações de bens e serviços do IFCE.
Instrução Normativa nº 5/2023	Dispõe sobre as competências e o desempenho dos agentes de contratação, gestores e fiscais de contratos, no exercício das funções essenciais à execução de licitações e contratos no âmbito do IFCE.
Instrução Normativa nº 6/2023	Estabelece procedimentos para operacionalização das atividades de compras e contratações pelas Centrais de Compras do IFCE.
Instrução Normativa nº 8/2023	Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual no âmbito do IFCE.
Instrução Normativa nº 13/2023	Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/1993, no art. 7º da Lei 10.520/2002 e na Lei 14.133/2021, relativos aos processos licitatórios e contratos firmados no âmbito do IFCE.
Instrução Normativa nº 17/2023	Dispõe sobre a fase preparatória da contratação no âmbito do IFCE
Instrução Normativa nº 18/2023	Disciplina a observância ao Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação – IPPC no âmbito do IFCE.
Portaria Normativa nº 3/GABR/REITORIA	Estabelece procedimentos e fluxos internos visando à prevenção e ao tratamento de atos de nepotismo no âmbito do IFCE.
Portaria Normativa nº 56/GABR/REITORIA	Aprova o Código de Ética e Conduta dos Agentes de Contratação, Gestores e Fiscais de Contratos do IFCE.

- Consolidação da centralização de contratações do IFCE por meio de uma única UASG habilitada à realização de licitações de bens e serviços no âmbito do IFCE.
- Conclusão dos estudos e implementação da Central de Compras Única do IFCE, com a centralização das aquisições e contratações de bens e serviços numa única UASG.
- Consolidação da Instrução Normativa nº 17/2023/PROAP/IFCE, que dispõe sobre a fase preparatória da contratação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.
- Patrocínio da alta administração para o desenvolvimento do IFCE quanto a sua maturidade na área de gestão das contratações.
- Implementação do plano de capacitação para os agentes públicos envolvidos no processo de contratação.

Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o quinquênio 2024-2028 estabeleceu, no desenho da cadeia de valor institucional, o macroprocesso de suporte Gestão de Logística Pública. Assim, os desafios acima apresentados devem ser enfrentados para alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

3.5.2.6. Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Em 2023, o Instituto Federal do Ceará registrou 13 contratos administrativos para o desenvolvimento de projetos por fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958/1994, conforme tabela abaixo:

Fornecedor	Objeto	Vigência	Valor Global
02.168.943/0001-53 - Fundação de Educação, Tecnologia e Cultura da Paraíba	Serviços de organização, planejamento e execução dos processos seletivos de discentes para acesso aos cursos técnicos do IFCE com inscrições, isenções, análise de histórico, aplicação de provas de múltipla escolha e aferição, por banca, de candidatos autodeclarados pretos ou pardos	8/05/2023 a 18/11/2025	R\$ 1.971.075,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão financeira e administrativa do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e X Congresso Internacional de Ciências do Esporte	29/08/2023 a 29/08/2024	R\$ 800.000,00
09.628.053/0001-26 - Fundação de Cultura e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Funcepe	Gestão administrativa e financeira do projeto de pesquisa intitulado "Apoio à Gestão das Ações de Assistência Técnica Desenvolvidas no Âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)", decorrente do termo de execução descentralizada (TED) firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	28/12/2023 a 28/12/2024	R\$ 2.539.211,96
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão administrativa e financeira do objeto proveniente do Termo de Execução Descentralizada de Crédito (TED) Nº 09/2021: Projeto Sistemas Móveis Inteligentes – PRF Móvel 2.0, para desenvolvimento de uma aplicação móvel, multiagência e multiplataforma (IOS E Android), que, a partir do emprego de inteligência computacional, reconhecimento de sinais e outras tecnologias, potencialize a eficiência e a eficácia das atividades de policiamento e de fiscalização	30/10/2023 a 30/10/2024	R\$ 71.976,74

27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gerenciamento administrativo e financeiro necessário à execução do projeto intitulado "Oferta de Programa de Formação Complementar e Desenvolvimento de Negócios Inovadores em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para Estudantes do Ensino Médio Técnico e de Graduação, em Nível Nacional, com Foco no Desenvolvimento de Aplicativos IOS E Android", objeto do Termo de Execução Descentralizada de Crédito (TED) Nº 10327.	26/02/2023 a 26/06/2026	R\$ 4.323.279,88
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado "Capacitação Em Sistemas Embarcados E IoT", objeto de descentralização de crédito da Nota de Crédito 2023NC000871	22/12/2023 a 22/03/2025	R\$ 990.000,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado "Academia & Futebol IFCE <i>Campus</i> Fortaleza", objeto do Termo de Execução Descentralizada de Crédito (TED) Nº 010/2020	28/11/2023 a 28/02/2025	R\$ 332.890,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado "Programa de Desenvolvimento da Gestão do Esporte Cearense (PROGESP)", objeto de descentralização de crédito da Nota de Crédito Nº 2023NC000647	18/12/2023 a 18/02/2025	R\$ 350.000,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gerenciamento de recursos do projeto "Rede de Apoio ao Paradesporto", mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o IFCE <i>campus</i> Limoeiro do Norte e o Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR)	05/04/2023 a 05/05/2024	R\$ 142.250,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gestão administrativa e financeira do projeto "Capacitar para Transformar: fortalecendo Comunidades Vulneráveis do Estado do Ceará através da Capacitação de Pessoas Inscritas no Cadastro Único", objeto proveniente do Termo de Execução Descentralizada de Crédito (TED) Nº 04/2023 (TED 951881-IFCE) formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o IFCE	26/12/2023 a 26/12/2024	R\$ 451.499,03

09.628.053/0001-26 - Fundação de Cultura e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Funcepe	Gestão administrativa e financeira do projeto objeto do Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 01/2023, firmado entre o IFCE e o TRE-CE, cujo objeto é a capacitação de magistrados(as) e servidores(as) da justiça eleitoral no Ceará em temas fundamentais para a compreensão e o exercício da inovação tecnológica no contexto democrático, em alinhamento com a promoção do desenvolvimento sustentável, dos valores democráticos, da preservação da memória e do combate à desinformação	29/12/2023 a 29/12/2024	R\$ 366.800,00
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Gerenciar recursos do Termo de Execução Descentralizada 11646/2022, Edital 17/2022 MEC/SEB, Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, a fim de contribuir com o cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE)	27/02/2023 a 27/08/2024	R\$ 230.458,65
27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do IFCE	Apoiar ações de residência profissional agrícola para qualificação técnica de jovens profissionais nas áreas de Ciências Agrárias e afins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no âmbito do projeto "Residência Profissional em Novas Tecnologias de Produção da Carcinicultura Marinha", decorrente do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e a Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia – SAF/MDA	28/12/2023 a 28/06/2025	R\$ 187.400,00

Fonte: Sistema Comprasnet Contratos (acesso em 01/02/2024).

3.5.3. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

3.5.3.1. Conformidade legal

A gestão patrimonial e a execução dos serviços relacionados à infraestrutura do Instituto Federal do Ceará observaram às disposições constantes dos seguintes instrumentos normativos:

- [Lei nº 8.666/1993](#);
- [Decreto nº 9.373/2018](#);
- [Decreto nº 10.340/2020](#);
- [Instrução Normativa SPU nº 22/2017](#);–
- [Instrução Normativa SPU nº 67/2022](#); e
- Manual de Gestão de Materiais do IFCE (<https://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>).

3.5.3.2. Principais investimentos de capital

Em 2023, foram projetadas obras e especificados equipamentos para atender às demandas relativas à ampliação e modernização da infraestrutura física do IFCE, conforme detalhamento a seguir.

Obras e instalações	R\$ 22,5 milhões
Equipamentos	R\$ 23,9 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 06/02/2024). Valores empenhados.

3.5.3.3. Administração Predial

Os principais custos com serviços prediais em 2023, no IFCE, estão discriminados no quadro a seguir:

Energia e água	R\$ 8,6 milhões
Vigilância	R\$ 13,1 milhões
Limpeza	R\$ 12,9 milhões
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 13 milhões
Manutenção de bens móveis e imóveis	R\$ 3,8 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 17/01/2023). Valores pagos.

Observa-se uma ligeira redução das despesas com vigilância (2022 x 2023), no entanto, as despesas com limpeza e conservação, bem como com apoio administrativo, apresentaram elevação frente ao exercício de 2022.

3.5.3.4. Gestão dos Bens Imóveis



Fonte: Sistema SPIUNET (Acesso em janeiro de 2024)

METAS

- Sincronizar os dados do SPIUnet e SIAFI;
- Atualizar os dados do SPIUnet: cadastrar UGs, RIPs, transferir UGs, transferir RIPs e revisar o regime de ocupação de todos os bens cadastrados no sistema;
- Criar normativo interno acerca da gestão do patrimônio imobiliário;
- Capacitar servidores para gerir o patrimônio imobiliário;
- Regularizar, juntamente com os *campi*, a documentação dos imóveis, principalmente dos recebidos em doação;
- Reavaliar a necessidade de manter cessões de uso, principalmente no caso dos CIDs;
- Avaliar jurídica e administrativamente como dispor (alienar ou doar) dos bens ociosos construídos com verba do IFCE em terrenos cedidos;
- Inventariar, juntamente com os *campi*, todos os imóveis em uso e ociosos;
- Levantar as necessidades acerca da subutilização dos espaços físicos;
- Apresentar estudos, quando da necessidade, que sustentem decisões entre construir ou locar imóveis;
- Avaliar os riscos inerentes à gestão do patrimônio imobiliário;
- Criar indicadores de desempenho de custos operacionais e produtividade, por exemplo, nas dimensões financeiras e funcionais, levando em consideração custos com seguro, manutenção, taxa de ocupação, etc.

Cabe informar que o trabalho de avaliação de imóveis encontra-se em andamento, efetuado pela Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis (CEABI), Portaria nº 213/PROAP/REITORIA.

Em 2023, foram entregues cinco obras:

- Construção de barreira de contenção no *campus* Guaramiranga;
- Construção de salas de aula no *campus* Tianguá;
- Impermeabilização da cobertura do bloco da Oficina Mecânica do IFCE – *campus* Maracanaú;
- Recuperação da cobertura de estrutura metálica da quadra poliesportiva do IFCE – *campus* Caucaia;
- Construção de quatro salas na Reitoria do IFCE.

3.5.3.5. Desfazimento de ativos

Durante o exercício de 2023, foi realizado desfazimento de bens conforme tabela abaixo.

CAMPUS	Nº BENS BAIXADOS	VALOR R\$
Acaraú	414	28.334,62
Aracati	07	3135,28
Crato	55	96.366,00
Itapipoca	10	1350,47
Quixadá	1843	42.563,66
Ubajara	180	45.222,33
Umirim	02	505,20
TOTAL	2511	217.477,56

Fonte: Sistema SEI Processo nº. 23255.000610/2024-01

3.5.3.6. Principais Desafios e Ações Futuras

- Conclusão da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads), cujas ações encontram-se em andamento;
- Realização de etiquetagem de todos os bens permanente do IFCE, em decorrência da conclusão da implantação do Siads, na qual será gerado novo número de tombamento pelo SIADS;
- Ações de regularização de pendências, contábeis e patrimoniais, apresentadas nos inventários de bens permanentes e em decorrência da implantação do Siads;

- Execução da contratação do serviço de leilão, por meio de leiloeiro oficial, dos bens considerados bens inservíveis para a Administração, otimizando espaços e melhorando a gestão de bens no IFCE;
- Padronização dos procedimentos voltados à realização de inventário, o que ficará otimizado com a implantação do Siads;
- Realização de contratação do serviço de vigilância integrada (ostensiva e eletrônica), de forma compartilhada, objetivando a redução dos custos e eficiência quanto à segurança das pessoas e da coisa pública.
- Realização de contratação compartilhada do serviço de limpeza e conservação com objetivo de reduzir os custos, padronizar a execução do serviço e implantar novas rotinas de acompanhamento dos contratos por meio de solução tecnológica;
- Realização de contratação compartilhada do serviço de apoio (portaria, copeiragem, recepção, manutenção) com objetivo de reduzir os custos, padronizar a execução do serviço e implantar novas rotinas de acompanhamento dos contratos por meio de solução tecnológica;
- Realização de contratação compartilhada do serviço de rastreamento de veículos oficiais, com telemetria, objetivando a redução dos custos e eficiência quanto à segurança das pessoas e da coisa pública.

3.5.4. Sustentabilidade Ambiental

3.5.4.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IFCE vem realizando, nos seus respectivos *campi*, ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da gestão em 2023:

3.5.4.2. Realização de licitações para instalação de usinas fotovoltaicas

Ampliação da potência instalada para 1 MWp, com instalação de novas usinas fotovoltaicas nos *campi* Guaramiranga, Umirim, Boa Viagem, Crateús, Itapipoca, Tianguá, Ubajara, Morada Nova, Quixadá e Crato.

3.5.4.3. Ações para a redução do consumo de recursos naturais

- Adoção da tecnologia *Light Steel Frame* para a elaboração de projetos de salas de aula e refeitórios, reduzindo o impacto na geração de resíduos e a utilização de água na execução das obras;
- Adoção de equipamentos e componentes de maior eficiência energética, utilização de lâmpadas e luminárias em LED, bem como a instalação de banco de capacitores nas subestações das unidades, reduzindo os custos com consumo reativo;
- Elaboração de projetos e execução da instalação de usinas fotovoltaicas.

3.6. Gestão da Tecnologia da Informação

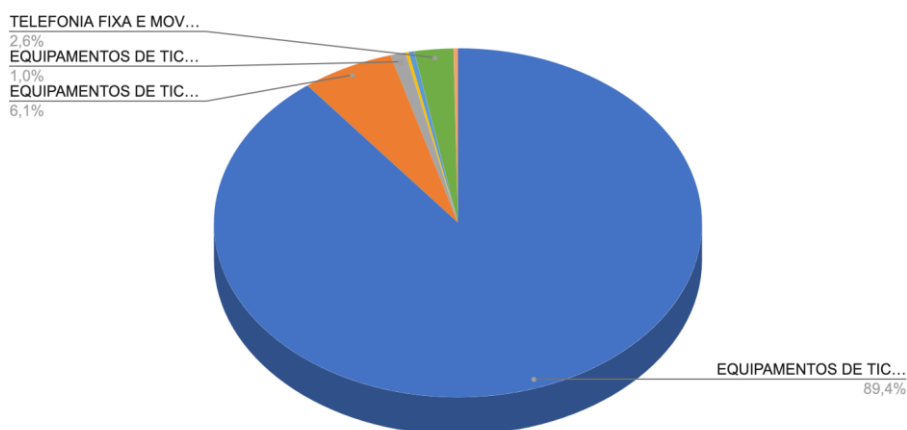
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Economia/Secretaria de Governo Digital, órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação. O SISP foi instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, o controle, a supervisão e a coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, o IFCE busca constantemente a melhor oferta de serviços e soluções de tecnologia da informação, visando ao melhor alinhamento entre TI e negócio.

Os recursos aplicados em tecnologia da informação foram divididos entre: material de TIC (consumo), locação de equipamentos de TIC, locação de *softwares*, manutenção corretiva de *software*, comunicação de dados, computação em nuvem, emissão de certificados digitais, aquisição de *software*, material de TIC (permanente), equipamentos de TIC (ativos de rede, computadores, servidores, impressoras).

Despesas TIC 2023					
		DESPESAS		DESPESAS PAGAS	
Ano Lançamento		2022	2023	2022	2023
Grupo Despesa		Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$
4	INVESTIMENTOS	1.679.009,2	2.497.068,88	308.155,78	2.047.999,88
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.824.495,79	76.459,29	1.625.269,07	68.815,86
TOTAL		4.503.504,99	2.573.528,17	1.933.424,85	2.116.815,74

As contratações mais relevantes de TI em 2023 foram aquelas que atenderam, de forma sistêmica, às necessidades da instituição; são elas: **23255.009139/2022-46**: processo de contratação dos serviços de manutenção e suporte para o Sistema Q-acadêmico e Q-seleção; **23255.008488/2022-41**: processo de aquisição de equipamentos *wi-fi* para toda a rede IFCE; **23255.005740/2023-41**: processo de realização de convênio para implantação de nova plataforma do portal institucional.

Despesas TIC 2023



INVESTIMENTO	VALOR	PERCENTUAL
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	R\$ 1.892.690,00	89,41%
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	R\$ 129.448,00	6,12
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	R\$ 21.359,58	1,01%
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA	R\$ 4501,90	0,21%
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 7.848,69	6,4%
TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	R\$ 54.561,35	2,6%
DADOS		
EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	R\$ 6.405,82	0,30%

3.6.1. Principais Sistemas e Projetos:

No ano de 2023, a área de tecnologia da informação do IFCE teve como principais projetos:

- **Migração de infraestrutura local para infraestrutura em nuvem:** otimização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI na plataforma, incluindo atualização de versão e otimização da plataforma de banco de dados;
- **Implantação do Módulo de Ensino no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP:** Conclusão da implantação do módulo de ensino do SUAP no *campus* de Maranguape, substituindo, assim, o sistema Q-Acadêmico nessa unidade.

3.6.2.Principais Metas Não Atingidas

As metas listadas abaixo são aquelas consideradas críticas ao andamento do planejamento das ações de tecnologia da informação e ao alcance dos resultados estratégicos da instituição:

- 1 - Construção e implementação da Política de Continuidade do Negócio de TIC;
- 2 - Implementação da Política de Segurança da Informação;
- 3 - Construção e implementação da Política de *Backup* de TIC.

As metas mencionadas relacionam-se a metas que deveriam ter sido alcançadas em 2023 e discutidas pelo Comitê de Governança Digital. (Documento de referência: [PDI IFCE.](#))

3.6.3.Segurança da Informação

A nova Política de Segurança da Informação foi aprovada pelo Conselho Superior – Consup em 14 de janeiro de 2020 (Processo SEI: 23255.000176/2020-27), mediante a Resolução nº 1, e desde então dispõe sobre as diretrizes básicas da Política de Segurança da Informação a serem cumpridas no âmbito do IFCE, referente ao conjunto de medidas de proteção, composto de normas e procedimentos que, quando aplicados aos ativos de informações, possam nortear a instituição quanto à garantia dos princípios de segurança da informação da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade.

A instituição preocupa-se com a segurança, tendo investido em solução de *backup*, além das avaliações de segurança dos dados que são realizadas e ações de monitoramento dos sistemas. No próximo exercício, serão tomadas mais ações nesse sentido, focando principalmente a LGPD, o que inclui a realização de capacitações e investimentos em soluções de segurança, além da migração dos serviços críticos de TI para infraestrutura de computação em nuvem, aumentando, assim, a disponibilidade deles, a segurança contra possíveis ataques e a segurança dos dados utilizados e mantidos pelo IFCE.

3.7. Gestão de pessoas

3.7.1. Conformidade legal

➤ **Legislação aplicada**

O regime jurídico dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para assegurar a conformidade com a referida lei e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Para isso, o IFCE verifica, periodicamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho (SGPRT) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, órgão central do SIPEC, de modo que os processos inerentes à gestão de pessoas sejam instruídos de acordo com a legislação vigente.

A gestão de pessoas do IFCE é coordenada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar a política de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientação referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Ceará.

As ações da Progep são sistêmicas e objetivam integrar as atividades na área de gestão de pessoas entre os órgãos de recursos humanos e os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

Assim, além das normas e diretrizes publicadas pelo órgão central do Sipec, o Instituto Federal do Ceará possui regulamentos próprios de gestão de pessoas, cuja finalidade é alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento isonômico.

➤ **Normas internas**

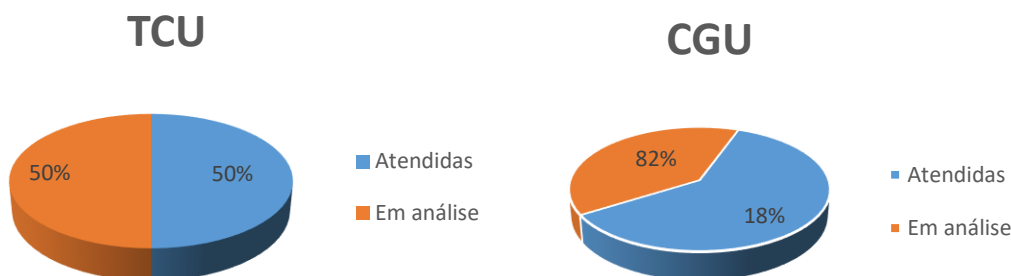


11 Resoluções
1 Portaria

➤ **Apontamentos dos Órgãos de Controle**

Aliado a isso, acompanhamos, por meio do Módulo Índícios - Portal TCU e do sistema e-Aud - CGU, as diligências e apontamentos dos órgãos de controle e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos.

Diligências recebidas (124)



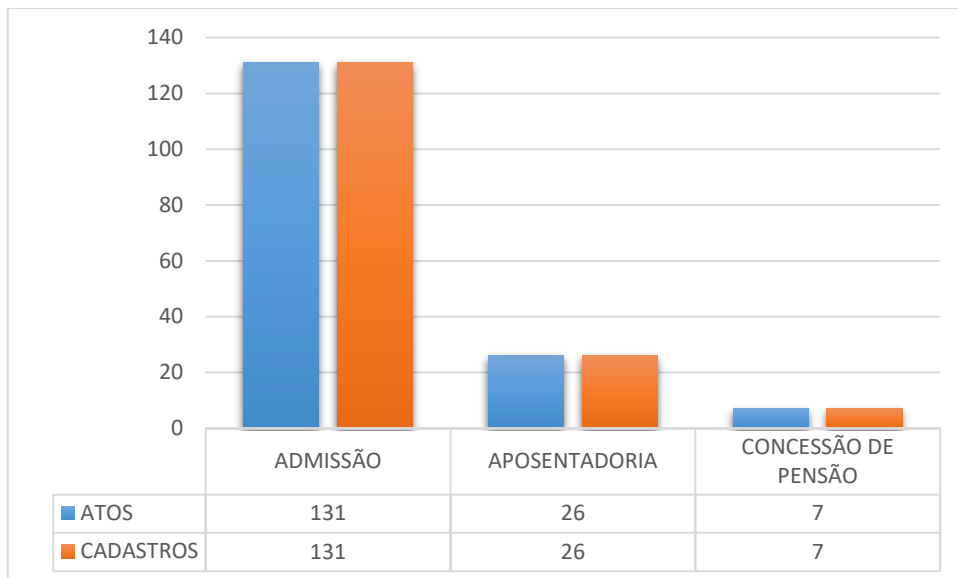
➤ *Indicadores de Conformidade*

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas do IFCE é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda
Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC
Atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle
Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário
Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios

Desde 2022, em virtude da Portaria SGP/SEDGG/ME Nº 12.421, de 20 de outubro de 2021, o controle e o envio das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) têm sido realizados de forma centralizada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central do SIPEC.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.



Foram instaurados 91 processos de reposição de valores recebidos indevidamente por servidores ativos, aposentados, estagiários e servidores com contratos temporários, nos termos da Orientação Normativa Nº 5, de 21 de fevereiro de 2013. As reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente R\$ 971 582,00.

3.7.2. Avaliação da força de trabalho



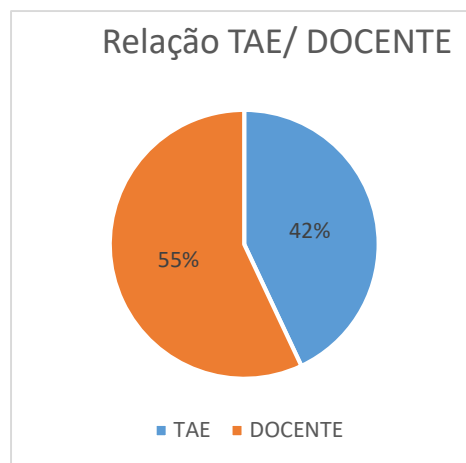
Fonte: DCP/PROGEP – DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

♂ 2258

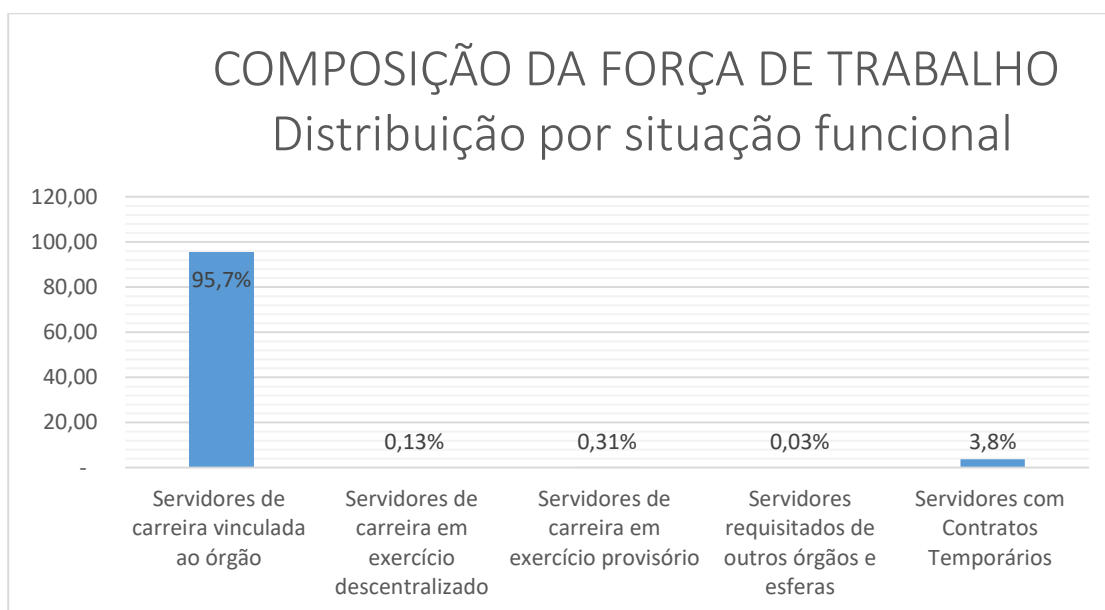
♀ 1577

♿ 58

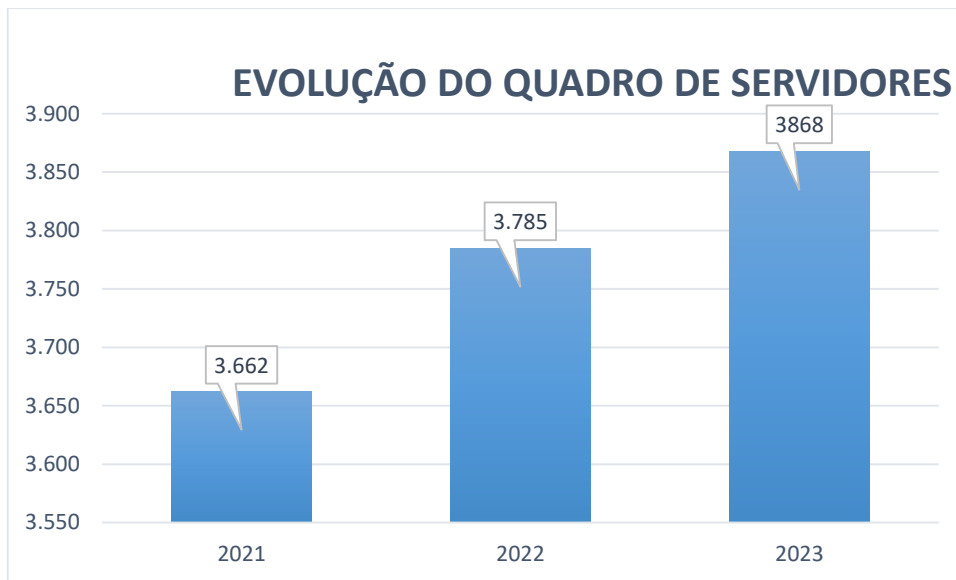
O quadro de pessoal do IFCE é composto predominantemente de servidores de carreira, distribuídos em duas categorias de cargos: Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente), conforme pode ser observado no quadro anterior. As referidas carreiras são regidas respectivamente pelas Leis nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.



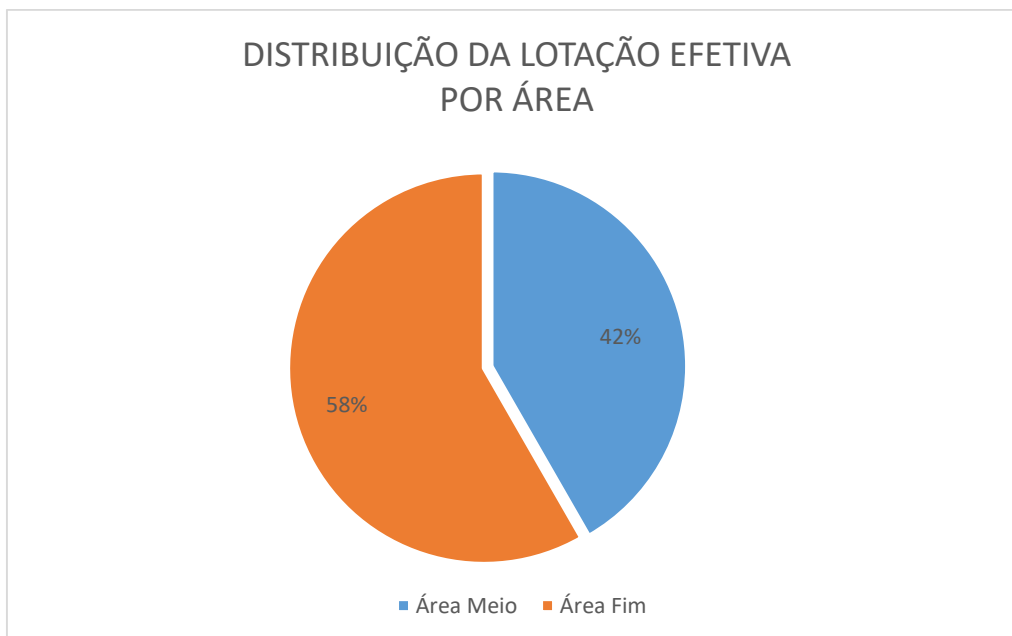
Ainda na tipologia de cargos efetivos, além dos servidores de carreira vinculados ao órgão, o quadro de pessoal atualmente é composto também de servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório e servidores de carreira requisitados de outros órgão e esferas. Ademais, contamos com servidores com contratos temporários, conforme proporcionalidade demonstrada a seguir:



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS.



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

3.7.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

➤ ***Necessidades de recursos humanos***

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e ao modelo pactuado entre o MEC e Conif, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada *campus*.

É oportuno observar que, para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspecto estabelecido em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público, cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição, bem como os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se ainda que para os cargos cujas atribuições são específicas as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, entre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição, causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

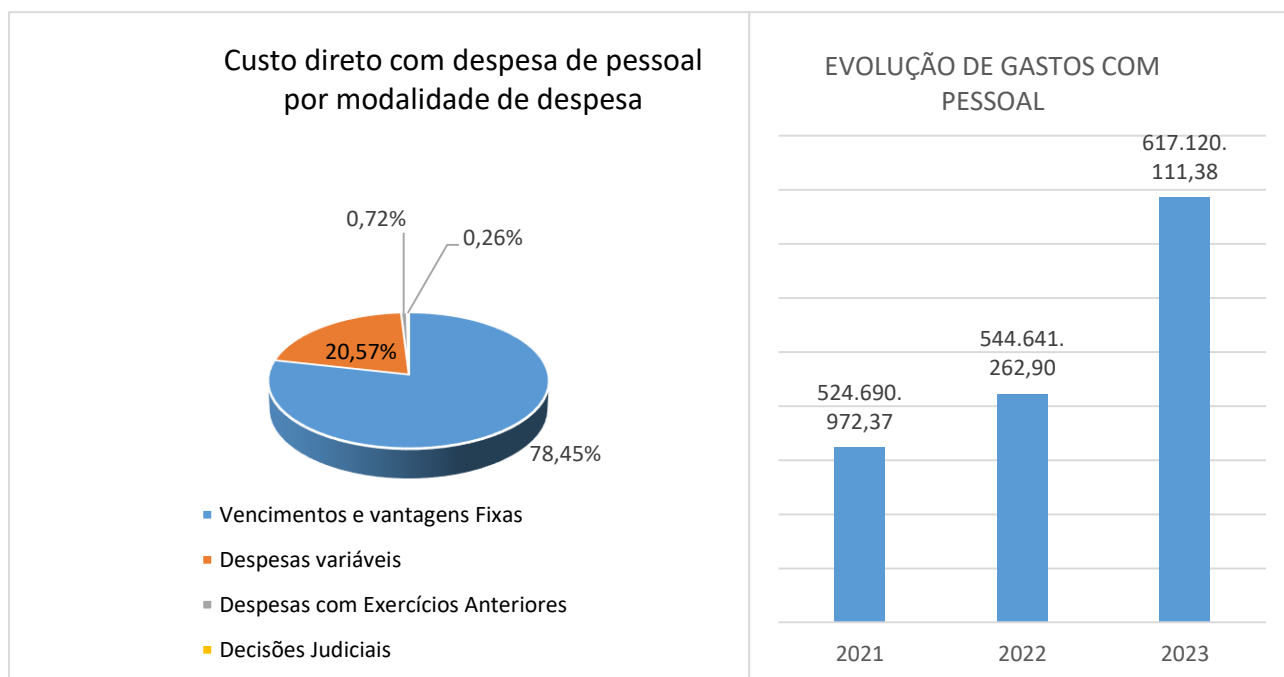
➤ **Remoção e alocação de servidores**

Antes do provimento de cargos, o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de *campus* da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios preestabelecidos em resolução própria (Resolução Consup/IFCE Nº 77, de 28 de junho de 2023).

Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos *campi*, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda ser providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observada, nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

3.7.4. Detalhamento e despesas de pessoal

Em 2023, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará teve um gasto médio de R\$ 617,1 milhões com pessoal ativo (vantagens fixas, gratificação natalina, contrato temporário, exercício anteriores, pessoal requisitado, decisão judicial e vantagens variáveis). Desses, cerca de 98% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas, como retribuição por cargo em comissão e indenizações realizadas a servidores de carreira vinculados ao órgão.



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

Justificativa para o aumento das despesas

O impacto na folha de pagamento de 2023 se deve, em especial, às seguintes situações:

- Progressões e promoções de servidores
- Posse de novos servidores
- Pagamentos referentes a ações judiciais e exercícios anteriores.



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS.

3.7.5. Avaliação de desempenho

De acordo com a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional.

A progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

No âmbito do IFCE, a progressão por mérito profissional se dá a partir da média das avaliações de desempenho realizadas da seguinte forma: autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação entre pares.

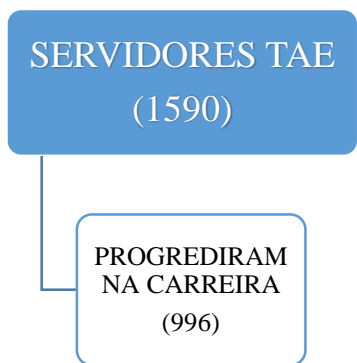
A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, conforme tabela abaixo:

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO
A	I	Exigência mínima do cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exigência mínima do cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
D	I	Exigência mínima do cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas

➤ **Servidores Técnico-Administrativos em Educação que progrediram da carreira em 2023**



Fonte: <https://sippag-web.ifce.edu.br/portarias/>



Em relação à Carreira do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), essa é regida pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a qual dispõe que o desenvolvimento na carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção.

Para a progressão, o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 meses e ser aprovado em avaliação de desempenho individual.

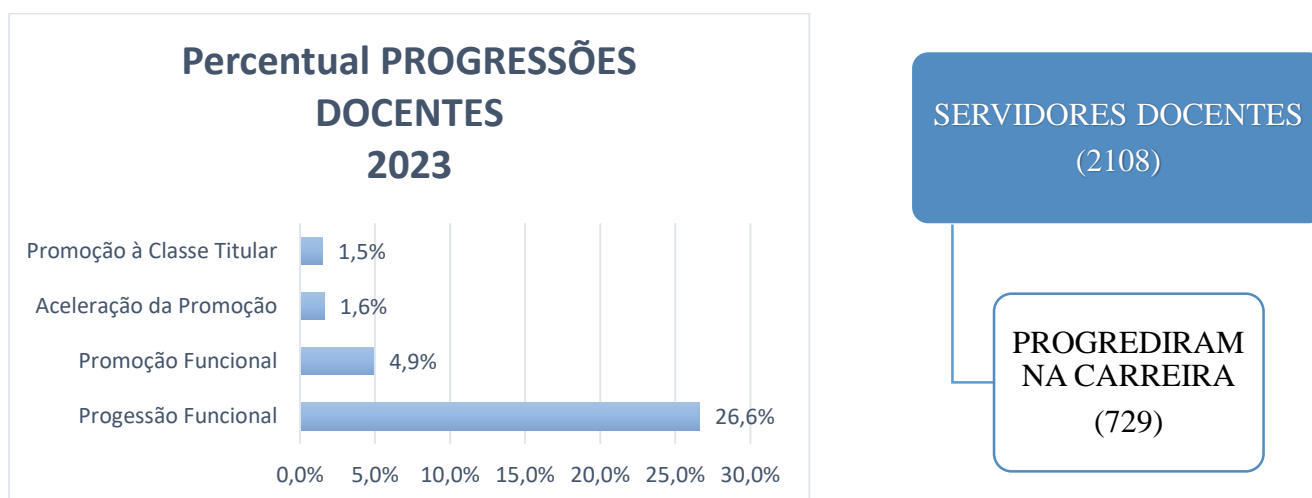
A promoção na carreira também acontece no interstício de 24 meses, a contar do último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a saber:

para a Classe D II	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
para a Classe D III	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
para a Classe D IV	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
para a Classe Titular:	a) possuir o título de doutor; b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório, é possibilitada a aceleração da promoção nos seguintes termos:

de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II	apresentação de título de especialista
qualquer nível das Classes D I e DII para o nível 1 da classe D III	Apresentação de título de mestre ou doutor

➤ **Servidores Docentes que progrediram da carreira em 2023**



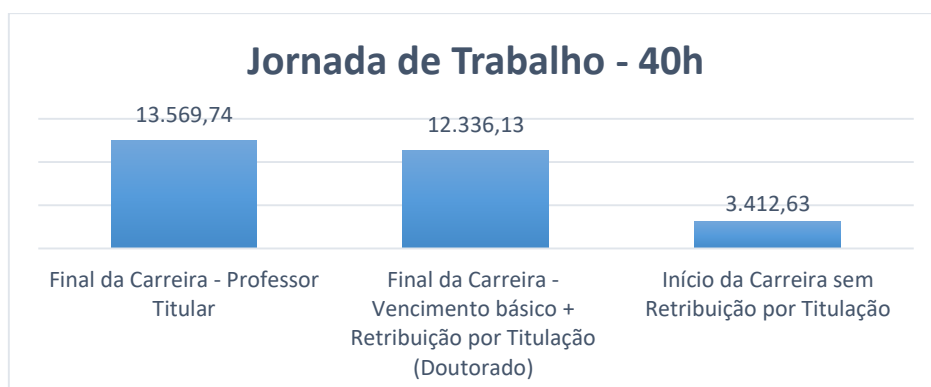
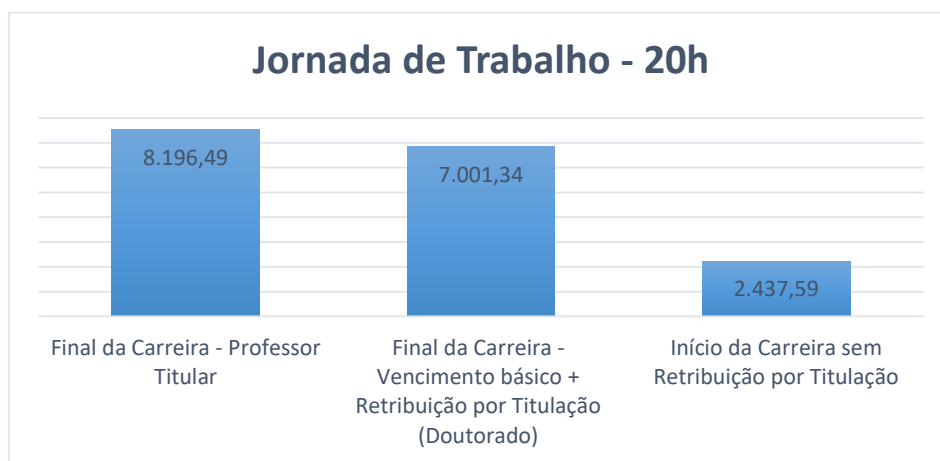
Fonte: <https://sippag-web.ifce.edu.br/portarias>

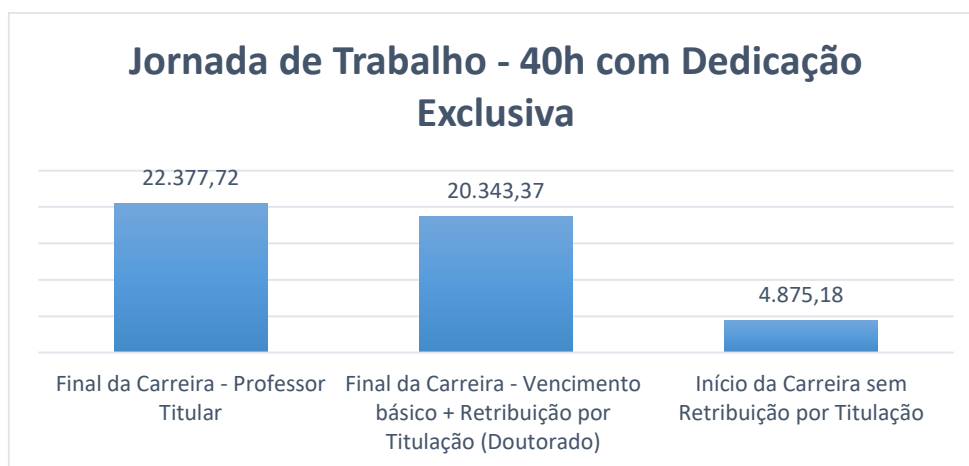
A remuneração dos servidores é definida em lei e segue as seguintes tabelas:

▪ **Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT**

Tabelas de Vencimentos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

– EBTT – MP 1.170/2023 – a partir de 1º de maio 2023:





▪ **Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação**

Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - Lei Nº 14.673, de 14 de setembro de 2023:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14673anexo3.htm#anexo111

3.7.6. Política de desenvolvimento de pessoal

A Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE, regulamentada pela Resolução Consup nº 37/2021, prevê orçamento anual compatível com as ações a serem implementadas, garantindo, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

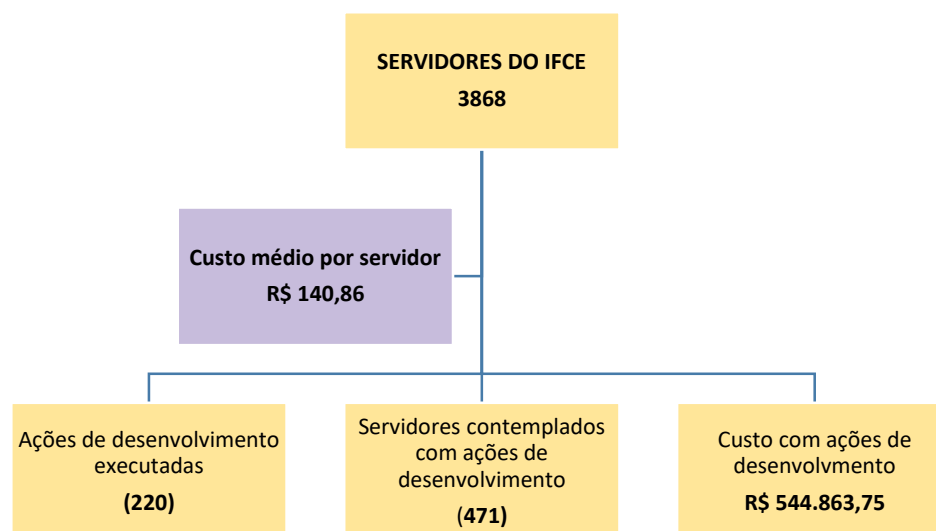
Destaca-se ainda que a distribuição do montante alocado, anualmente, para capacitação e qualificação obedece ao previsto na Política de Desenvolvimento de Pessoal e ainda a sugestões das comissões representativas dos servidores: Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargo e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), em conjunto com a Progep; e é aprovada pelo Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I - melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II - desenvolver permanentemente os servidores técnico-administrativos e docentes;
- III - adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;

- IV - divulgar e gerenciar as ações de desenvolvimento de pessoas;
- V - racionalizar e garantir a efetividade dos gastos com ações de desenvolvimento; e
- VI - garantir as condições necessárias para participação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida nas ações de desenvolvimento.

➤ **Gastos com capacitação em 2023**



Fonte: Levantamento das informações nas unidades de gestão de pessoas dos *campi*.

3.7.7. Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará está regulamentado pela Resolução Nº 53, de 30 de agosto de 2022, e adota o módulo específico “Programa de Gestão” do Sistema Unificado da Administração Pública – SUAP como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados.

O IFCE iniciou a implantação do Programa de Gestão em setembro de 2022, de forma gradual, com as progressões de oito fases, coordenadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, finalizando o ingresso de todas as áreas em junho de 2023, conforme informações que seguem:

ÁREA	INÍCIO
FASE I - Coordenadoria de Sistemas de Informação da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (validação do funcionamento da ferramenta desenvolvida)	05/09/2022
FASE II - Administração, Planejamento, Orçamento e Finanças;	14/11/2022
FASE III- Gestão de Pessoas e Chefias de Gabinete	14/12/2022
FASE IV- Auditoria, Controle e Governança	01/02/2023
FASE V- Comunicação Social	01/03/2023
FASE VI- Tecnologia da Informação	17/04/2023
FASE VII- Assistência Estudantil	17/04/2023
FASE VIII - Atividades administrativas das áreas finalísticas (ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação)	01/06/2023

No âmbito do IFCE, conforme § 1º do art. 9º da Resolução nº 53, de 30 de agosto de 2022, o PGD adota prioritariamente o regime de execução parcial, com o limite mínimo de 20% e máximo de 60% da jornada de trabalho do cargo ao qual o servidor se encontra vinculado a ser cumprida em teletrabalho.

Noutro passo, para os casos previstos no art. 39 da Resolução nº 53, de 2022, poderá ser concedido, a critério do dirigente da unidade, o regime de execução integral, quais sejam:

- I - servidores regularmente matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país;
- II - em substituição à licença por motivo de afastamento do cônjuge de que trata o *caput* do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990;
- III - em substituição à remoção a pedido para outra localidade para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração de que trata a alínea “a” do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990.

Desde o início de sua implantação até dezembro de 2023, foram emitidas 456 portarias de adesão ao Programa de Gestão e Desempenho, sendo 425 relativas ao regime de execução parcial e 31 relativas ao regime de execução integral.

Importante frisar que, dentro do modelo do PGD do IFCE, conforme art. 11 do regulamento interno, está prevista também a criação de equipes de trabalho remoto, que são grupos de trabalho com a possibilidade de abrangência de diferentes unidades do IFCE, a fim de atender a demandas específicas oriundas dos *campi* ou Reitoria.

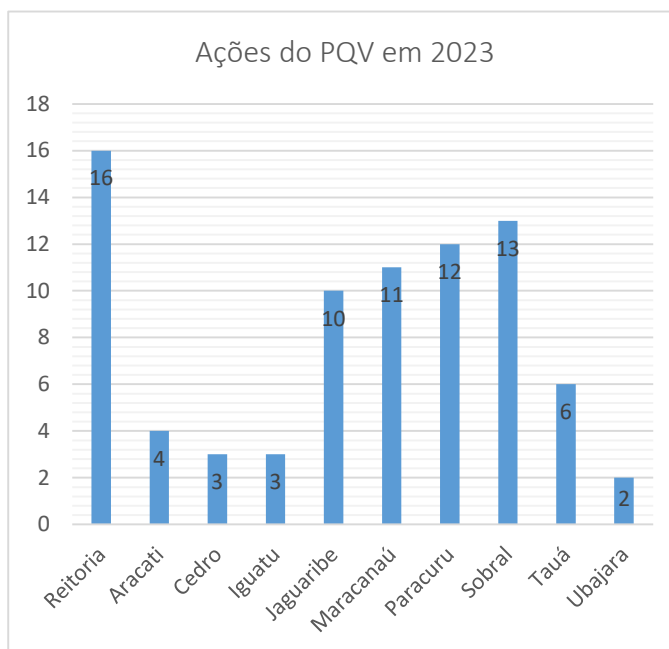
Durante o ano de 2023, foi criada a primeira equipe de trabalho remoto, selecionada por meio do Edital nº 10/2023 GAB-PROGEP/PROGEP/REITORIA-IFCE e designada pela Portaria nº

5.270/PROGEP/IFCE, de 7 de julho de 2023, para atuar na demanda institucional de implantação do Projeto SUAP Edu.

3.7.8. Programa Qualidade de Vida

Em atendimento ao eixo referente à promoção à saúde, constante dos normativos do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), instituiu-se no IFCE o Programa Qualidade de Vida (PQV), cujo objetivo é promover ações de valorização dos servidores com foco em bem-estar e saúde.

No ano de 2023, foram desenvolvidas 80 ações do PQV em 10 das 35 unidades do IFCE, conforme quantitativo detalhado a seguir:



Dentre as ações, destacamos aquelas realizadas de forma contínua no âmbito da Reitoria, em especial o Projeto Cores e Causas, com a abordagem de temáticas importantes na perspectiva de valorização da vida e promoção da saúde. As palestras temáticas são transmitidas a todos os servidores no canal IFCE, obtendo, assim, o alcance de toda instituição.

Destacamos também a iniciativa do *campus* Maracanaú, que realizou campanhas de vacinação de forma periódica durante o ano de 2023, atendendo aproximadamente 140 pessoas, entre servidores e terceirizados da unidade, com as seguintes vacinas: hepatite B, difteria e tétano, tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba), meningocócica C, covid-19 e influenza.

3.7.9. Desafios e ações futuras

➤ **Desafios**

- Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE conforme previsto no PDI;
- Desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas;
- Modernizar e automatizar todas as atividades repetitivas e rotineiras da gestão de pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento às demandas dos usuários dos serviços públicos.

➤ **Ações Futuras**

- Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação da Progep para gerenciar a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE;
- Desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.



Demonstrações contábeis

4. Demonstrações Contábeis

4.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a evolução dos bens, direitos (ativo) e obrigações (passivo) da entidade e a situação patrimonial, por meio de contas, comparando a períodos anteriores. Evidencia ainda, mediante contas de compensação (natureza de informação de controle), os atos potenciais ativos e passivos a executar, que podem afetar futuramente o patrimônio.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
ATIVO CIRCULANTE	80.001.140,15	73.891.780,77	8,27%	5,01%
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%	4,34%
Créditos a Curto Prazo	2.668.914,59	2.657.635,97	0,42%	0,17%
Demais Créditos e Valores	2.668.914,59	2.657.635,97	0,42%	0,17%
Estoques	8.116.405,36	8.812.553,91	-7,90%	0,51%
VPDs Pagas Antecipadamente	26.337,79	30.709,55	-14,24%	0,002%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.515.935.963,89	1.607.904.395,70	-5,72%	94,99%
Ativo Realizável a Longo Prazo	653.285,33	634.895,54	2,90%	0,04%
Créditos a Longo Prazo	653.285,33	634.895,54	2,90%	0,04%
Dívida Ativa Não Tributária	548.410,24	530.020,45	3,47%	0,03%
Demais Créditos e Valores	104.875,09	104.875,09	0,00%	0,01%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	1.514.544.488,69	1.606.346.558,88	-5,71%	94,90%
Bens Móveis	150.836.702,59	192.757.041,52	-21,75%	9,45%
Bens Móveis	252.818.712,32	236.530.909,02	6,89%	15,84%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	-101.981.572,41	-43.773.430,18	132,98%	-6,39%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0,00%	-0,00003%
Bens Imóveis	1.363.707.786,10	1.413.589.517,36	-3,53%	85,45%
Bens Imóveis	1.364.386.552,19	1.414.093.762,88	-3,52%	85,49%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-678.766,09	-504.245,52	34,61%	-0,04%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
Intangível	738.189,87	922.941,28	-20,02%	0,05%
Softwares	723.355,54	908.106,95	-20,34%	0,05%
Softwares	1.204.239,26	1.233.932,70	-2,41%	0,08%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-480.883,72	-325.825,75	47,59%	-0,03%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,00%	0,0009%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,00%	0,0009%
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-

Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

PASSIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
PASSIVO CIRCULANTE	167.163.325,53	164.406.431,26	1,68%	10,47%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	59.320.168,61	96.253.207,89	-38,37%	3,72%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.212.111,71	3.243.652,04	-0,97%	0,20%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	2.930,33	2.930,33	0,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	104.628.114,88	64.906.641,00	61,20%	6,56%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.383,13	3.383,13	0,00%	0,0002%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13	0,00%	0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo	480,00	480,00	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	167.166.708,66	164.409.814,39	1,68%	10,47%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022	-	-
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	63.575.971,60	-	-	3,98%
Resultados Acumulados	1.365.194.423,78	1.517.386.362,08	-10,03%	85,54%
Resultado do Exercício	-84.854.824,10	939.413.531,51	-109,03%	-5,32%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.454.257.977,47	607.214.951,52	139,50%	91,12%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.208.729,59	-29.242.120,95	-85,61%	-0,26%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.428.770.395,38	1.517.386.362,08	-5,84%	89,53%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

Os **ativos** compreendem o somatório dos bens mais direitos do IFCE, com a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto os **passivos** compreendem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O **patrimônio líquido** demonstra a situação patrimonial da entidade, sendo verificado pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. É composto por resultados do exercício corrente e de anteriores, que são apurados pelo confronto das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	69.194.980,81	62.396.379,74	PASSIVO FINANCEIRO	180.543.950,30	98.614.017,21
ATIVO PERMANENTE	1.526.742.123,23	1.619.399.796,73	PASSIVO PERMANENTE	71.119.530,13	101.839.408,63

		SALDO PATRIMONIAL	1.344.273.623, 61	1.481.342.750,6 3
--	--	-------------------	----------------------	----------------------

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	86.763.005,47	57.213.168,26
Atos Potenciais Ativos	86.763.005,47	57.213.168,26
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.328.396,46	4.797.000,40
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	81.284.315,14	52.318.190,94
Direitos Contratuais	150.293,87	97.976,92
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	86.763.005,47	57.213.168,26
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	137.580.442,42	105.606.509,24
Atos Potenciais Passivos	137.580.442,42	105.606.509,24
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	3.839.462,05	3.360.795,38
Obrigações Contratuais	133.740.980,37	102.245.713,86
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	137.580.442,42	105.606.509,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-72.437.841,93
Recursos Vinculados	-38.911.127,56
Educação	-1.600.735,19
Seguridade Social (Exceto Previdência)	137.407,39
Previdência Social (RPPS)	-171.376,78
Dívida Pública	-36.794.006,19
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-482.416,79
TOTAL	-111.348.969,49

4.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações ocorridas no patrimônio da entidade e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações decorrentes de transações que aumentam (VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas) ou diminuem (VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas) o patrimônio líquido e integrará o Balanço Patrimonial (BP) ao término do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.080.649.720,28	1.976.161.802,08	-45,32%	100%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.744.972,91	1.867.262,59	-6,55%	0,16%
Venda de Mercadorias	656.270,88	246.142,42	166,62%	0,061%
Vendas de Produtos	565,80	109,00	419,08%	0,00005%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.088.136,23	1.621.011,17	-32,87%	0,101%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	401,69	146.843,65	-99,73%	0,00004%
Juros e Encargos de Mora	401,69	11,91	3272,71%	0,00004%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	146.831,74	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.068.593.719,93	1.828.463.072,70	-41,56%	98,88%
Transferências Intragovernamentais	1.055.318.896,54	976.741.110,84	8,04%	97,66%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.274.823,39	851.721.961,86	-98,44%	1,23%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.882.919,74	145.184.827,71	-93,19%	0,91%
Reavaliação de Ativos	-	64.858.786,80	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	119.123,11	41.408.335,16	-99,71%	0,01%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.763.796,63	38.917.705,75	-74,91%	0,90%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	427.706,01	499.795,43	-14,42%	0,04%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	427.706,01	499.795,43	-14,42%	0,04%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.165.504.544,38	1.036.748.270,57	12,42%	100%
Pessoal e Encargos	741.276.890,86	666.296.718,38	11,25%	63,60%
Remuneração a Pessoal	583.870.571,33	528.380.339,28	10,50%	50,10%
Encargos Patronais	118.625.463,10	106.741.957,33	11,13%	10,18%
Benefícios a Pessoal	38.780.856,43	31.174.421,77	24,40%	3,33%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87.382.296,95	79.582.097,28	9,80%	7,50%
Aposentadorias e Reformas	71.324.221,36	64.464.354,76	10,64%	6,12%
Pensões	15.967.414,56	14.992.851,93	6,50%	1,37%
Benefícios Eventuais	-	10.500,00	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	90.661,03	114.390,59	-20,74%	0,01%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	119.831.672,89	101.033.976,09	18,61%	10,28%
Uso de Material de Consumo	14.687.735,59	15.638.229,87	-6,08%	1,26%
Serviços	94.057.165,46	78.584.778,65	19,69%	8,07%
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.086.771,84	6.810.967,57	62,78%	0,95%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.397,87	3.611,41	215,61%	0,00098%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	376,81	-	-	0,00003%
Juros e Encargos de Mora	11.021,06	2.903,81	279,54%	0,00095%
Descontos Financeiros Concedidos	-	707,60	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	123.699.313,05	152.780.230,21	-19,03%	10,61%
Transferências Intragovernamentais	110.664.482,53	108.808.987,04	1,71%	9,49%
Transferências a Instituições Privadas	163.587,83	123.521,00	32,44%	0,01%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	12.871.242,69	43.847.722,17	-70,65%	1,10%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	79.915.929,22	22.340.935,74	257,71%	6,86%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	94.197,87	3.145.060,23	-97,00%	0,01%
Perdas Involuntárias	6.177,17	-	-	0,0005%
Incorporação de Passivos	23.202.697,89	18.481.009,48	25,55%	1,99%
Desincorporação de Ativos	56.612.856,29	714.866,03	7819,37%	4,86%

Tributárias	31.649,64	34.086,29	-7,15%	0,0027%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.822,10	1.158,66	1006,63%	0,0011%
Contribuições	18.827,54	32.927,63	-42,82%	0,0016%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.355.393,90	14.676.615,17	-9,00%	1,15%
Premiações	6.000,00	32.396,00	-81,48%	0,001%
Incentivos	13.084.739,42	14.235.331,60	-8,08%	1,12%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	264.654,48	408.887,57	-35,27%	0,02%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-84.854.824,10	939.413.531,51	-109,03%	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	-	-
-	-	-	-	-

4.3. Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Por sua vez, as despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	632.086,00	632.086,00	1.864.299,33	1.232.213,33
Receita Patrimonial	118.600,00	118.600,00	283.948,63	165.348,63
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	118.600,00	118.600,00	283.948,63	165.348,63
Receita Agropecuária	185.744,00	185.744,00	656.270,88	470.526,88
Receita Industrial	-	-	565,80	565,80
Receitas de Serviços	300.609,00	300.609,00	804.589,29	503.980,29
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	300.609,00	300.609,00	804.589,29	503.980,29
Outras Receitas Correntes	27.133,00	27.133,00	118.924,73	91.791,73
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	27.133,00	27.133,00	6.714,35	-20.418,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	112.210,38	112.210,38
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	632.086,00	632.086,00	1.864.299,33	1.232.213,33
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	632.086,00	632.086,00	1.864.299,33	1.232.213,33
DÉFICIT			1.022.524.943,75	1.022.524.943,75
TOTAL	632.086,00	632.086,00	1.024.389.243,08	1.023.757.157,08

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	111.223.226,00	-	-111.223.226,00
Superávit Financeiro	-	175.158,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	568.103,00	-	-
Créditos Cancelados	-	110.479.965,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	840.994.869,00	952.218.095,00	976.088.008,55	933.088.956,09	838.149.055,66	-
Pessoal e Encargos Sociais	709.997.979,00	790.951.672,00	790.013.559,77	789.662.338,55	701.128.032,02	938.112,23
Outras Despesas Correntes	130.996.890,00	161.266.423,00	186.074.448,78	143.426.617,54	137.021.023,64	-
DESPESAS DE CAPITAL	24.650.000,00	24.650.000,00	48.301.234,53	13.365.089,95	12.642.717,06	-
Investimentos	24.650.000,00	24.650.000,00	48.301.234,53	13.365.089,95	12.642.717,06	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	865.644.869,00	976.868.095,00	1.024.389.243,08	946.454.046,04	850.791.772,72	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	865.644.869,00	976.868.095,00	1.024.389.243,08	946.454.046,04	850.791.772,72	-
TOTAL	865.644.869,00	976.868.095,00	1.024.389.243,08	946.454.046,04	850.791.772,72	-
						47.521.148,08

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.078.303,73	23.801.686,95	18.255.654,57	18.195.755,89	1.304.976,87	6.379.257,92
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.453.029,40	121.243,86	121.243,86	20.201,40	2.311.584,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.078.303,73	21.348.657,55	18.134.410,71	18.074.512,03	1.284.775,47	4.067.673,78
DESPESAS DE CAPITAL	3.277.604,09	6.886.016,68	8.855.382,92	8.854.368,74	1.054.288,51	254.963,52
Investimentos	3.277.604,09	6.886.016,68	8.855.382,92	8.854.368,74	1.054.288,51	254.963,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.355.907,82	30.687.703,63	27.111.037,49	27.050.124,63	2.359.265,38	6.634.221,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	78.327,26	61.043.950,59	60.769.939,73	67.005,93	285.332,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	55.271.433,24	55.271.433,24	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78.327,26	5.772.517,35	5.498.506,49	67.005,93	285.332,19

DESPESAS DE CAPITAL	-	1.418.148,56	1.418.148,56	-	-
Investimentos	-	1.418.148,56	1.418.148,56	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	78.327,26	62.462.099,15	62.188.088,29	67.005,93	285.332,19

4.4. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários. Computam-se nele os restos a pagar inscritos, nos ingressos extraorçamentários, e pagos, nos dispêndios extraorçamentários. Há ainda a demonstração dos saldos de recursos financeiros em caixa do exercício anterior e o saldo a iniciar o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Receitas Orçamentárias	1.864.299,33	2.126.534,08	-12,33%	0,14%
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	1.868.324,33	2.908.520,62	-35,76%	0,144%
Educação	110.728,46	83.230,55	33,04%	0,009%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.757.595,87	-	-	0,136%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	2.825.290,07	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.025,00	-781.986,54	-99,49%	-0,0003%
Transferências Financeiras Recebidas	1.055.318.896,54	976.741.110,84	8,04%	81,55%
Resultantes da Execução Orçamentária	1.002.891.813,40	900.183.438,68	11,41%	77,50%
Repasso Recebido	916.244.926,60	824.265.828,84	11,16%	70,80%
Sub-repasso Recebido	86.646.886,80	75.917.609,84	14,13%	6,70%
Independentes da Execução Orçamentária	52.427.083,14	76.557.672,16	-31,52%	4,05%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	50.396.419,64	75.046.261,22	-32,85%	3,89%
Demais Transferências Recebidas	153.944,60	57,96	265504,90%	0,01%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.876.718,90	1.511.352,98	24,17%	0,15%
Recebimentos Extraorçamentários	174.466.825,92	93.517.510,01	86,56%	13,48%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	95.662.273,32	61.721.688,24	54,99%	7,39%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	77.935.197,04	30.687.703,63	153,96%	6,02%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	550.857,44	724.488,14	-23,97%	0,04%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	318.498,12	383.630,00	-16,98%	0,02%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.571,71	-	-	0,0004%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	2.970,13	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	312.890,68	380.659,87	-17,80%	0,02%
Demais Recebimentos	35,73	-	-	0,000003%

Saldo do Exercício Anterior	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	4,82%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	4,82%
TOTAL	1.294.040.903,13	1.134.708.023,48	14,04%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Despesas Orçamentárias	1.024.389.243,08	859.071.465,27	19,24%	79,16%
Ordinárias	876.100.773,20	766.866.805,78	14,24%	67,70%
Vinculadas	148.288.469,88	92.204.659,49	60,83%	11,46%
Educação	1.911.294,34	4.210.460,05	-54,61%	0,15%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	85.034.163,96	4.235.390,00	1907,71%	6,57%
Previdência Social (RPPS)	-	79.853.085,00	-	-
Dívida Pública	57.408.378,46	-	-	4,44%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.934.633,12	-	-	0,30%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	3.905.724,44	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	110.664.482,53	108.808.987,04	1,71%	8,55%
Resultantes da Execução Orçamentária	87.136.619,07	75.924.488,99	14,77%	6,73%
Repasso Concedido	489.732,27	6.879,15	7019,08%	0,04%
Sub-repasso Concedido	86.646.886,80	75.917.609,84	14,13%	6,70%
Independentes da Execução Orçamentária	23.527.863,46	32.884.498,05	-28,45%	1,82%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	23.069.299,55	32.397.846,45	-28,79%	1,78%
Demais Transferências Concedidas	1.841,03	5.856,54	-68,56%	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	456.722,88	480.795,06	-5,01%	0,04%
Pagamentos Extraorçamentários	89.797.695,11	104.436.689,83	-14,02%	6,94%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	62.188.088,29	63.376.845,45	-1,88%	4,81%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Proces.	27.050.124,63	40.129.052,40	-32,59%	2,09%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	559.482,19	927.821,85	-39,70%	0,04%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	2.970,13	-	-
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pag.	-	2.970,13	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%	5,35%
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%	5,35%
TOTAL	1.294.040.903,13	1.134.708.023,48	14,04%	100,00%

4.5. Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

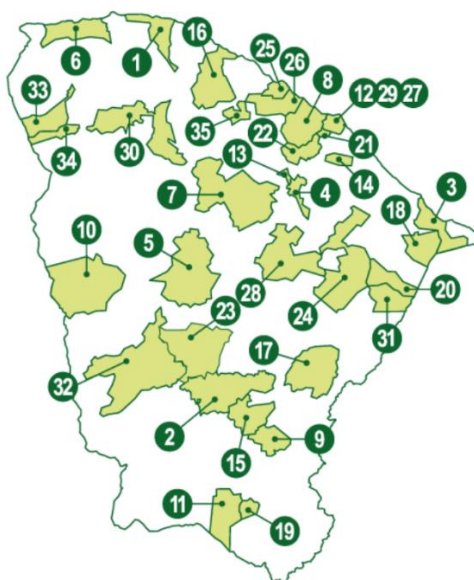
4.5.1. Estrutura do Instituto Federal do Ceará – IFCE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) é uma pessoa jurídica pertencente à administração indireta, com natureza jurídica de autarquia federal, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro

Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. Trata-se de uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, voltada à educação básica, superior e profissional pluricurricular, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A autarquia é inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.744.098/0001-45 e sua sede administrativa, a Reitoria, está estrategicamente localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, na rua Jorge Dumar, 1703, bairro Jardim América, CEP 60.410-426. Atualmente, a estrutura do IFCE é composta de 35 unidades, sendo 30 *campi*, 3 *campi* avançados, 1 polo de inovação e 1 reitoria.

Estrutura institucional do IFCE.



UNIDADES	UG	CNPJ
01 - Acaraú	158322	10.744.098/0011-17
02 - Acopiara	158969	10.744.098/0032-41
03 - Aracati	158958	10.744.098/0021-99
04 - Baturité	158951	10.744.098/0014-60
05 - Boa Viagem	158968	10.744.098/0031-60
06 - Camocim	158961	10.744.098/0024-31
07 - Canindé	158323	10.744.098/0012-06
08 - Caucaia	158960	10.744.098/0023-50
09 - Cedro	158318	10.744.098/0007-30
10 - Crateús	158324	10.744.098/0013-89
11 - Crato	158321	10.744.098/0010-36
12 - Fortaleza	158313	10.744.098/0002-26
13 - Guaramiranga (Avançado)	158962	10.744.098/0025-12
14 - Horizonte	158967	10.744.098/0030-80
15 - Iguatu	158320	10.744.098/0008-11
16 - Itapipoca	158965	10.744.098/0028-65
17 - Jaguaribe	158955	10.744.098/0018-93
18 - Jaguaruana (Avançado)	158963	10.744.098/0026-01
19 - Juazeiro do Norte	158316	10.744.098/0005-79
20 - Limoeiro do Norte	158314	10.744.098/0003-07
21 - Maracanaú	158319	10.744.098/0009-00
22 - Maranguape	158973	10.744.098/0033-22
23 – Mombaça (Avançado)	000973	-
24 - Morada Nova	158954	10.744.098/0017-02
25 - Paracuru	158966	10.744.098/0029-46
26 - Pecém	158974	10.744.098/0034-03
27 - Polo de Inovação Fortaleza	158964	10.744.098/0027-84
28 - Quixadá	158315	10.744.098/0004-98
29 - Reitoria	158133	10.744.098/0001-45
30 - Sobral	158317	10.744.098/0006-50
31 - Tabuleiro do Norte	158953	10.744.098/0016-21
32 - Tauá	158952	10.744.098/0015-40
33 - Tianguá	158956	10.744.098/0019-74
34 - Ubajara	158959	10.744.098/0022-70
35 - Umirim	158957	10.744.098/0020-08

4.5.2. Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), do [Decreto nº 93.872/1986](#), da [Lei nº 10.180/2001](#) e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de

Contabilidade (CFC), a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As informações constantes nas DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26405 – Instituto Federal do Ceará (IFCE), autarquia federal da administração indireta integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I - Balanço Patrimonial (BP);
- II - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III - Balanço Orçamentário (BO);
- IV - Balanço Financeiro (BF);
- V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#)), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

4.5.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

Estão elencados abaixo os critérios e políticas contábeis aplicados ao IFCE, com base nos conceitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nos parâmetros do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

➤ **Moeda**

A moeda utilizada pelo IFCE é o real.

➤ **Caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades)**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, estes, contabilizados em contas de resultado.

➤ **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

➤ **Estoques**

Compreendem os materiais em almoxarifado (para consumo na prestação de serviço, distribuição, entre outros), mercadorias para revenda, produtos acabados e em elaboração. Na entrada, esses bens são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição, produção e construção ou valor realizável líquido, sendo considerado o menor valor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, atualmente gerenciado no IFCE pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) ou pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

Cabe informar que muitos *campi* já têm implantado ou estão finalizando a implantação do SIADS, da Secretaria do Tesouro Nacional, sistema que permitirá uma evidenciação mais precisa dos estoques das unidades em virtude da integração com o sistema SIAFI.

➤ **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As transferências externas desses ativos são realizadas pelo valor contábil líquido, com base nos registros contábeis e relatórios do sistema SUAP. Internamente, entre unidades gestoras

do IFCE, são realizadas as transferências com o valor de aquisição e da respectiva depreciação acumulada em contas contábeis específicas.

➤ **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Os intangíveis de vida útil indefinida devem passar pelo teste de recuperabilidade (*impairment*). Cabe salientar que o IFCE não realiza o *impairment test* em seus ativos intangíveis, tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto.

➤ **Depreciação de bens móveis, imóveis e amortização de bens intangíveis**

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Os bens móveis do IFCE têm sua depreciação apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), reconhecida contabilmente por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) Método das quotas constantes;
- b) Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, integrante do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, com determinação da vida útil e valor residual dos bens agregados por conta contábil.

A depreciação dos bens imóveis do IFCE é apurada mensalmente por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- a) atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- b) reavaliados, aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

A amortização dos bens intangíveis do IFCE, com vida útil definida, é apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e reconhecida contabilmente mediante o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) estimativa de vida útil individualizada;
- b) método das quotas constantes.

A estimativa de vida útil, que determina o período de amortização do bem intangível, deve ser revisada ao final de cada exercício.

➤ ***Passivos circulantes e não circulantes***

As obrigações do IFCE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

➤ ***Ajustes de exercícios anteriores***

A conta de ajustes de exercícios anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de resultados acumulados no balanço patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

➤ ***Restos a pagar***

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente

como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento. Segregam-se em “processados”, quando em 31 de dezembro são empenhos liquidados a pagar (mas não pagos), e em “não processados”, quando não houve a entrega/realização do objeto de despesa empenhado.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia entradas e saídas de caixa em diferentes fluxos financeiros: operacional, investimento e financiamento, com o objetivo de demonstrar ao usuário a forma de obtenção e destinação dos recursos financeiros nas atividades da entidade.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.713.835,43	22.870.451,10	29,92%
INGRESSOS	1.058.046.979,72	979.975.763,06	7,97%
Receita Patrimonial	283.948,63	165.372,90	71,70%
Receita Agropecuária	656.270,88	246.142,42	166,62%
Receita Industrial	565,80	109,00	419,08%
Receita de Serviços	804.589,29	1.453.051,86	-44,63%
Remuneração das Disponibilidades	-	146.831,74	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	118.924,73	115.026,16	3,39%
Outros Ingressos Operacionais	1.056.182.680,39	977.849.228,98	8,01%
Ingressos Extraorçamentários	550.857,44	724.488,14	-23,97%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.970,13	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.055.318.896,54	976.741.110,84	8,04%
Arrecadação de Outra Unidade	312.890,68	380.659,87	-17,80%
Demais Recebimentos	35,73	-	-
	-	-	
DESEMBOLSOS	1.028.333.144,29	957.105.311,96	7,44%
	-	-	
Pessoal e Demais Despesas	-803.035.344,50	744.134.906,99	7,92%
Administração	-106.799,94	-187.224,53	-42,96%
Segurança Pública	-143.953,48	-1.018.604,65	-85,87%
Previdência Social	-92.546.345,97	-84.750.185,26	9,20%
Educação	-708.484.596,88	-	8,10%
Direitos da Cidadania	-	-100.000,00	-
Ciência e Tecnologia	-196.700,00	-293.200,00	-32,91%
Agricultura	-60.000,00	-1.655.742,40	-96,38%
Organização Agrária	-78.110,00	-547.295,43	-85,73%
Indústria	-1.799,94	-	-
Desporto e Lazer	-1.417.390,00	-198.000,00	615,85%
Encargos Especiais	-5.220,00	-4.810,66	8,51%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.571,71	-2.970,13	-287,59%

Transferências Concedidas	-114.073.835,07	-	103.233.596,08	10,50%
Intragovernamentais	-113.910.247,24	-	103.110.075,08	10,47%
Outras Transferências Concedidas	-163.587,83	-123.521,00	-	32,44%
Outros Desembolsos Operacionais	-111.223.964,72	-	109.736.808,89	1,36%
Dispêndios Extraorçamentários	-559.482,19	-927.821,85	-	-39,70%
Transferências Financeiras Concedidas	-110.664.482,53	-	108.808.987,04	1,71%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.915.234,36	-22.802.438,31	-	0,49%
INGRESSOS	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-22.915.234,36	-22.802.438,31	-	0,49%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.693.589,40	-22.287.885,47	-	-2,67%
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.221.644,96	-514.552,84	-	137,42%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.798.601,07	68.012,79	-	9896,06%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	62.390.881,34	62.322.868,55	-	0,11%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	69.189.482,41	62.390.881,34	-	10,90%

4.6. Notas explicativas

4.6.1. Ativo circulante

O Ativo Circulante é um grupo do ativo que demonstra as disponibilidades financeiras, os bens e direitos que serão convertidos em dinheiro, o estoque de materiais que serão consumidos no curto prazo, na produção de serviços públicos prestados pela entidade, ou ativos mantidos para venda no curso operacional.

O ativo circulante representa 5,01% do ativo total do órgão. A análise horizontal indica um aumento do ativo circulante em 8,27% no exercício de 2023, comparado ao ano anterior.

ATIVO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	80.001.140,15	73.891.780,77	8,27%	5,01%
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%	4,34%
Créditos a Curto Prazo	2.668.914,59	2.657.635,97	0,42%	0,17%
Estoques	8.116.405,36	8.812.553,91	-7,90%	0,51%
VPDs Pagas Antecipadamente	26.337,79	30.709,55	-14,24%	0,002%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.515.935.963,89	1.607.904.395,70	-5,72%	94,99%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

4.6.2. Caixa e equivalentes de caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição de uso imediato. A entidade realiza suas movimentações financeiras mediante a liberação de limite-saque da Conta Única do Tesouro Nacional para entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e Seguridade Social – OFSS.

A tabela a seguir demonstra a composição dos recursos de caixa e equivalentes de caixa, evidenciando o saldo de R\$ 69.189.482,41 em 31 de dezembro de 2023, o qual apresentou variação de 10,90% em comparação ao exercício anterior.

ATIVO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%	100%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	R\$ 7.624,56	R\$ 7.624,56	-	0,01%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	R\$ 2.516.174,06	R\$ 3.525.913,50	-28,64%	3,64%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento - OFSS	R\$ 66.665.683,79	R\$ 58.857.343,28	13,27%	96,35%

Observa-se uma predominância de valores na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento – OFSS. Essa categoria representa o montante do limite de saque da Conta Única aguardando aprovação para pagamento e subsequente emissão da ordem bancária. O montante elevado de saldo resulta do fato de as ordens de pagamento relacionadas à folha de pagamento do órgão terem sido geradas em 31/12/2023, enquanto a geração da ordem bancária ocorreu somente no dia 02/01/2024 (primeiro dia útil do mês de janeiro de 2024).

A conta Demais Contas - Caixa Econômica Federal trata de depósitos antigos de cauções do IFCE *campus* Crato, no valor de R\$ 7.144,55, e IFCE *campus* Paracuru, no valor de R\$ 480,00. Os *campi* possuem registro de crédito na conta do passivo circulante (218810402) e não circulante (228810402) - Depósitos e Cauções Recebidos.

4.6.3. Créditos a curto prazo

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber, realizáveis até 12 meses, por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, multas contratuais administrativas, créditos por dano ao patrimônio, direitos por adiantamentos concedidos, entre outros.

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 2.668.914,59	R\$ 2.657.635,97	0,42%	100,00%
Adiantamentos concedidos	R\$ 1.630.760,48	R\$ 1.597.300,09	2,09%	61,10%
Salários e ordenados - pagamento antecipado	R\$ 1.623.808,95	R\$ 1.595.920,27	1,75%	60,84%
Adiantamento concedido - Suprimento de fundos	R\$ 5.571,71	-	-	0,21%
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 1.379,82	R\$ 1.379,82	0,00%	0,05%
Créditos por danos ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0,00%	11,29%
Cred a rec por dano ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0,00%	11,29%
Outros créditos a rec e valores a curto prazo	R\$ 736.904,33	R\$ 759.086,10	-2,92%	27,61%
Outros cred a rec e valores a curto prazo	R\$ 36.224,31	R\$ 58.406,08	-37,98%	1,36%
Aluguéis a receber	R\$ 1.890,72	R\$ 1.890,72	0,00%	0,07%
Valores a recup por indenização sinistros pg	-	R\$ 18.389,79	-	-
Vales, <i>tickets</i> e bilhetes	R\$ 3.203,20	R\$ 3.203,20	0,00%	0,12%
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	R\$ 940,17	R\$ 622,75	50,97%	0,04%
Créditos a rec decor de infraç leg e contratuais	R\$ 24.691,82	R\$ 24.691,82	0,00%	0,93%
Créditos a rec por reemb salário maternidade pg	R\$ 5.498,40	R\$ 5.498,40	0,00%	0,21%
Créditos de energia a compensar	-	R\$ 4.109,40	-	-
Outros cred a rec e valores a cp - intra OFSS	R\$ 700.680,02	R\$ 700.680,02	0,00%	26,25%
Adiantamento - termo execução descentralizada	R\$ 700.680,02	R\$ 700.680,02	0,00%	26,25%

Nota-se que a maior parte dos créditos a curto prazo refere-se à conta Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado, que registra a remuneração no período de férias de servidores que optaram pelo adiantamento de salário no gozo de suas férias. Esta conta, no entanto, apresenta saldo alongado de exercícios anteriores, devido à ausência de baixa ao final desses exercícios.

O saldo na conta Adiantamento Concedido - Suprimento de fundos trata de adiantamentos efetuados a servidores dos *campi* Limoeiro do Norte e Aracati, por meio de suprimento de fundos/cartão de pagamento do Governo Federal, pendentes de prestação de contas. Estes valores passaram para o exercício de 2024 como restos a pagar processados e estão na fase final de prestação de contas.

Com relação à conta Créditos de Energia a Compensar, seus valores foram regularizados após a publicação da Nota Conjunta SEI nº 9/2022/CCONT/CCONF/SUCON/STN/SETO-ME, que trouxe novas orientações sobre o tratamento contábil para a instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica, consolidando o entendimento sobre a contabilização dos créditos.

Identificam-se aqui saldos alongados em contas de créditos a receber de curto prazo, em virtude da ausência de sistema de controle de créditos e da falta de regularização desses valores tempestivamente. Dessa forma, tais contas não representam fidedignamente a realidade do órgão, estando superavaliadas.

4.6.4. Estoques

Os estoques compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades (MCASP 9ª edição). São utilizados na produção de serviços públicos ou distribuídos gratuitamente aos discentes em ações voltadas à assistência estudantil.

Os saldos de estoque contabilizados nas unidades devem estar conciliados com o sistema patrimonial utilizado pelos gestores de almoxarifado e responsável por gerar o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA). Atualmente, muitos *campi* já têm implantado ou estão finalizando a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads), da Secretaria do Tesouro Nacional, que constitui ferramenta informatizada destinada ao gerenciamento e controle dos bens móveis, permanentes e de consumo (estoque), de bens intangíveis e frota de veículos, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação desse acervo em consonância com as normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Até sua completa implantação, ainda está em utilização no órgão o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) para controle de estoque, bens móveis e intangíveis nas unidades gestoras que não implantaram ainda o Siads.

ATIVO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	80.001.140,15	73.891.780,77	8,27%	5,01%
Estoques	8.116.405,36	8.812.553,91	-7,90%	0,51%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

Os estoques do IFCE totalizaram R\$ 8.116.405,36 em 31/12/2023, um valor 7,90% inferior quando comparado ao final do exercício anterior. Este valor representa 0,51% do total do ativo do órgão.

4.6.5. VPDs pagas antecipadamente

As variações patrimoniais diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente constituem direitos da entidade sobre serviços que serão prestados futuramente, reduzidos à medida que o fornecedor os

executa. A variação negativa de 14,24% em relação ao final do exercício anterior se deu devido à execução de contratos de seguros e de assinatura de periódicos.

ATIVO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	80.001.140,15	73.891.780,77	8,27%	5,01%
VPDs Pagas Antecipadamente	26.337,79	30.709,55	-14,24%	0,002%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

4.6.6. Ativo não circulante

O ativo não circulante demonstra os ativos de menor grau de conversibilidade da entidade realizáveis a longo prazo e ativos permanentes utilizados na produção de bens ou serviços, tangíveis e intangíveis. Representa 94,99% do ativo total da entidade e apresentou um valor inferior em 5,72% comparado ao exercício anterior.

ATIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
ATIVO CIRCULANTE	80.001.140,15	73.891.780,77	8,27%	5,01%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.515.935.963,89	1.607.904.395,70	-5,72%	94,99%
Ativo Realizável a Longo Prazo	653.285,33	634.895,54	2,90%	0,04%
Imobilizado	1.514.544.488,69	1.606.346.558,88	-5,71%	94,90%
Intangível	738.189,87	922.941,28	-20,02%	0,05%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

4.6.7. Realizável a longo prazo

O subgrupo Realizável a Longo Prazo evidencia as contas de créditos a serem realizadas em prazo superior a 12 meses contados da data da demonstração contábil. O IFCE possui créditos relacionados a dívida ativa não tributária, registro de depósitos judiciais e valores oriundos das concessões de direitos de uso e exploração de bens da União para terceiros.

ATIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.515.935.963,89	1.607.904.395,70	-5,72%	94,99%
Ativo Realizável a Longo Prazo	653.285,33	634.895,54	2,90%	0,04%
Créditos a Longo Prazo	653.285,33	634.895,54	2,90%	0,04%
Dívida Ativa Não Tributária	548.410,24	530.020,45	3,47%	0,034%
Depósitos judiciais efetuados	100.098,54	100.098,54	-	0,0063%
Créd. por concessão direito uso/exploração	4.776,55	4.776,55	-	0,0003%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

4.6.8. Imobilizado

O imobilizado representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, sendo composto pelos bens móveis e imóveis.

É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 31/12/2023, o Instituto Federal do Ceará apresentou um saldo de R\$ 1.514.544.488,69 de ativo imobilizado líquido, sendo composto por 9,96% de bens móveis e 90,04% de bens imóveis.

ATIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical (Imobilizado)
IMOBILIZADO	1.514.544.488,69	1.606.346.558,88	-5,71%	100,00%
Bens Móveis	150.836.702,59	192.757.041,52	-21,75%	9,96%
Bens Móveis	252.818.712,32	236.530.909,02	6,89%	16,69%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	-101.981.572,41	-43.773.430,18	132,98%	-6,73%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0,00%	-0,00003%
Bens Imóveis	1.363.707.786,10	1.413.589.517,36	-3,53%	90,04%
Bens Imóveis	1.364.386.552,19	1.414.093.762,88	-3,52%	90,09%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-678.766,09	-504.245,52	34,61%	-0,04%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	-

4.6.9. Bens móveis

Os bens móveis do órgão, em 31/12/2023, totalizaram um valor bruto de R\$ 252.818.712,32, compostos, em sua maioria, por máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas (34,53%), móveis e utensílios (24,00%) e bens de informática (21,93%). Em termos de valores líquidos, retirados os valores de depreciação/amortização e redução ao valor recuperável, os bens móveis totalizam R\$ 150.836.702,59.

BENS MÓVEIS - COMPOSIÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 87.289.065,19	R\$ 79.845.135,89	9,32%	34,53%
Bens de Informática	R\$ 55.438.406,30	R\$ 49.056.738,75	13,01%	21,93%
Móveis e Utensílios	R\$ 60.684.378,74	R\$ 58.718.977,94	3,35%	24,00%

Material Cultural, Educacional e de Comunicação	R\$ 22.792.849,38	R\$ 22.086.904,88	3,20%	9,02%
Veículos	R\$ 23.774.239,81	R\$ 23.968.219,19	-0,81%	9,40%
Peças e Conjuntos de Reposição	R\$ 30.726,62	R\$ 30.726,62	-	0,012%
Bens Móveis em Andamento	R\$ 3.816,50	R\$ 3.816,50	-	0,002%
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 71.372,22	R\$ 71.372,22	-	0,028%
Armamentos	R\$ 8.738,90	R\$ 8.738,90	-	0,003%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	R\$ 389.052,02	R\$ 473.050,02	-17,76%	0,15%
Demais Bens Móveis	R\$ 2.336.066,64	R\$ 2.267.228,11	3,04%	0,92%
Valor contábil bruto	R\$ 252.818.712,32	R\$ 236.530.909,02	6,89%	100%
<i>Depreciação / Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 101.981.572,41</i>	<i>-R\$ 43.773.430,18</i>	<i>132,98%</i>	<i>-40,34%</i>
<i>Redução ao Valor Recuperável</i>	<i>-R\$ 437,32</i>	<i>-R\$ 437,32</i>	<i>-</i>	<i>0,0002%</i>
Valor contábil líquido	R\$ 150.836.702,59	R\$ 192.757.041,52	-21,75%	-

Destaca-se aqui a variação na conta de **depreciação acumulada**, com um aumento de 132,98% em relação ao exercício anterior, impactando diretamente no valor total líquido dos bens móveis. A variação ocorreu devido aos ajustes realizados no processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads). Com isso, as unidades têm conciliado seus saldos com os relatórios apresentados pelo Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) e reconhecido a depreciação dos bens, tanto no exercício corrente como de exercícios anteriores em que não houve o devido registro por inconsistências do Suap.

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos entre as unidades:

UG Executora		BENS MÓVEIS	DEPREC, EXAUSTÃO E AMORTIZ ACUMULADA	% dep.
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 18.407.235,72	-R\$ 7.547.455,89	-41,00%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 56.404.512,31	-R\$ 21.559.539,68	-38,22%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 9.973.264,01	-R\$ 5.008.212,39	-50,22%
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	R\$ 7.793.225,46	-R\$ 5.352.689,47	-68,68%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 11.970.021,79	-R\$ 7.884.709,41	-65,87%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 11.051.327,11	-R\$ 7.034.665,94	-63,65%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 7.609.282,27	-R\$ 3.976,55	-0,05%
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	R\$ 17.367.676,22	-R\$ 10.529.396,39	-60,63%
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 11.970.818,48	-R\$ 2.948.913,29	-24,63%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 14.888.528,26	-R\$ 10.124.553,44	-68,00%
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	R\$ 5.726.563,86	-R\$ 3.417.622,09	-59,68%
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	R\$ 6.423.089,32	-R\$ 111.734,87	-1,74%
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	R\$ 7.479.816,15	-R\$ 25.840,68	-0,35%
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	R\$ 2.048.481,14	-R\$ 1.395.917,11	-68,14%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 3.049.461,07	-R\$ 1.406.693,11	-46,13%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 5.500.255,02	-R\$ 720.934,70	-13,11%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 3.868.183,66	-R\$ 393.819,08	-10,18%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 3.759.070,61	-R\$ 1.524.797,07	-40,56%
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	R\$ 4.343.010,08	-R\$ 513.557,98	-11,82%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 3.783.189,23	-R\$ 1.429.543,27	-37,79%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 3.614.188,70	-R\$ 272.362,75	-7,54%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 2.071.152,64	-R\$ 635.785,81	-30,70%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 4.846.810,15	-R\$ 2.436.575,60	-50,27%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 3.101.100,13	-R\$ 1.316.629,51	-42,46%
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	R\$ 1.530.594,78	-R\$ 479.615,39	-31,34%
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	R\$ 1.272.573,88	-R\$ 501.870,70	-39,44%

158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	R\$ 500.000,00	-	-
158965	CAMPUS ITAPIOCA/IFCE	R\$ 4.916.656,18	-R\$ 2.736.395,76	-55,66%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 2.920.135,83	-R\$ 1.424.352,30	-48,78%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 2.864.737,76	-R\$ 94.458,28	-3,30%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 4.438.665,42	-R\$ 1.615.335,88	-36,39%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 2.938.762,56	-R\$ 1.163.674,02	-39,60%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 3.732.682,16	-R\$ 287.144,84	-7,69%
158974	CAMPUS PECÉM/IFCE	R\$ 653.640,36	-R\$ 82.799,16	-12,67%
Total		R\$ 252.818.712,32	-R\$ 101.981.572,41	-40,34%

4.6.10. Bem imóveis

Os bens imóveis do IFCE, em 31/12/2023, totalizaram R\$ R\$ 1.363.707.786,10 (valor líquido) e estão distribuídos conforme tabela abaixo:

Bens Imóveis - Composição	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
Bens de Uso Especial	R\$ 1.313.285.252,89	R\$ 1.312.931.863,77	0,03%	96,30%
Bens Imóveis em Andamento	R\$ 40.940.169,78	R\$ 95.173.749,06	-56,98%	3,00%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	R\$ 13.861,58	R\$ 13.861,58	0,00%	0,00%
Instalações	R\$ 10.147.267,94	R\$ 5.974.288,47	69,85%	0,74%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-R\$ 678.766,09	-R\$ 504.245,52	34,61%	-0,05%
Total	R\$ 1.363.707.786,10	R\$ 1.413.589.517,36	-3,53%	100,00%

Os bens de uso especial correspondem a 96,30% de todos os imóveis do órgão e são constituídos de terrenos e glebas (R\$19.287.223,27) e imóveis de uso educacional (R\$ 1.293.998.029,62).

Destaca-se aqui a variação negativa de 56,98% ocorrida na conta Bens Imóveis em Andamento, composta por obras em andamento e estudos e projetos. Tal fato ocorreu em virtude de ações dentro do órgão em prol de regularizar saldos alongados nestas contas, provenientes da execução de obras passadas ao longo de sua expansão estrutural e física.

Informamos que o órgão vem estabelecendo rotinas de controle e um fluxo referente à movimentação da conta Bens Imóveis em Andamento, de modo que, após a conclusão das obras, sejam realizadas as devidas análises pela contabilidade e setor de patrimônio de bens imóveis (responsável pelo sistema SPIUnet), garantindo, assim, registros fidedignos da correta realidade patrimonial do órgão.

No tocante à variação positiva de 69,85% na conta de instalações, esta decorreu de reclassificações contábeis de valores da conta Obras em Andamento para a conta Instalações, fruto

de regularizações referentes à aquisição de sistemas de geração de energia solar (placas fotovoltaicas).

Os bens imóveis do IFCE estão assim distribuídos:

UG Executora		BENS IMÓVEIS	DEPREC, EXAUSTÃO E AMORTIZ ACUMULADA	% Dep.
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ	R\$ 59.272.881,41	-R\$ 57.646,44	-0,10%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 83.700.467,11	-R\$ 86.618,90	-0,10%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 864.431.535,13	-R\$ 36.598,44	-0,004%
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	R\$ 13.529.063,92	-R\$ 27.618,30	-0,20%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 21.940.974,56	-R\$ 19.488,05	-0,09%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 26.157.170,94	-	0,00%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 10.536.115,64	-R\$ 19.322,29	-0,18%
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	R\$ 29.649.559,40	-	0,00%
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 17.587.552,76	-R\$ 32.502,05	-0,18%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 26.786.860,71	-R\$ 29.810,39	-0,11%
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	R\$ 13.710.387,78	-R\$ 17.140,78	-0,13%
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	R\$ 9.391.287,30	-R\$ 10.748,86	-0,11%
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	R\$ 19.810.801,16	-R\$ 31.818,65	-0,16%
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	R\$ 5.820.511,85	-R\$ 18.496,12	-0,32%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 6.947.669,02	-R\$ 20.833,05	-0,30%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 9.402.880,92	-R\$ 21.648,85	-0,23%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 4.888.377,33	-R\$ 17.478,13	-0,36%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 8.386.331,12	-R\$ 20.182,59	-0,24%
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	R\$ 14.198.009,28	-R\$ 41.615,02	-0,29%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 9.277.458,39	-R\$ 20.686,45	-0,22%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 25.115.926,55	-R\$ 11.146,93	-0,04%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 7.509.460,44	-R\$ 15.349,80	-0,20%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 11.431.312,55	-	0,00%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 5.855.584,50	-R\$ 15.673,08	-0,27%
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	R\$ 2.984.453,34	-	0,00%
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	R\$ 2.961.718,38	-R\$ 8.698,56	-0,29%
158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	R\$ 4.816.831,66	-R\$ 3.273,56	-0,07%
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	R\$ 17.172.150,68	-	0,00%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 13.213.975,07	-R\$ 36.353,09	-0,28%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 7.981.553,86	-R\$ 23.711,03	-0,30%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 9.594.973,46	-R\$ 34.306,68	-0,36%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 126.045,79	-	0,00%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 196.670,18	-	0,00%
Total		R\$ 1.364.386.552,19	-R\$ 678.766,09	-0,05%

4.6.11. Intangível

Os bens intangíveis são ativos incorpóreos destinados à manutenção da atividade ou exercidos com essa finalidade. Enquadram-se nessa categoria os *softwares* adquiridos ou desenvolvidos no órgão utilizados na prestação dos serviços, marcas, direitos e patentes, além de direitos de uso.

O IFCE possui R\$ 738.189,87 em bens intangíveis após dedução da respectiva amortização acumulada, sendo composto por *softwares* (97,99%) e marcas, direitos e patentes industriais (2,01%).

ATIVO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
Intangível	738.189,87	922.941,28	-20,02%	100%
Softwares	723.355,54	908.106,95	-20,34%	97,99%
Softwares	1.204.239,26	1.233.932,70	-2,41%	163,13%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-480.883,72	-325.825,75	47,59%	-65,14%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,00%	2,01%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,00%	2,01%
TOTAL DO ATIVO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	-

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo Intangível por unidade gestora do Órgão 26405 – Instituto Federal do Ceará:

INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO		2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ	Software com Vida Útil Definida	R\$ 504.361,58	R\$ 504.361,58	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 50.469,67	R\$ 30.469,67	65,64%
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	R\$ 14.199,00	R\$ 14.199,00	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 361.019,61</i>	<i>-R\$ 313.584,09</i>	15,13%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 385.773,22	R\$ 385.773,22	0%
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	R\$ 635,33	R\$ 635,33	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 4.625,26</i>	<i>-R\$ 4.189,42</i>	10,40%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 2.990,00	R\$ 2.990,00	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 1.821,00</i>	<i>-R\$ 244,50</i>	644,79%
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 450,00	R\$ 450,00	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 35.468,00	R\$ 35.468,00	0%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 128.344,00	R\$ 128.344,00	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 105.496,15</i>	<i>R\$ 0,00</i>	-
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 0,00	R\$ 31.192,70	-100,00%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 1.521,00	R\$ 1.521,00	0%
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 9.725,82	R\$ 9.725,82	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.206,79</i>	<i>-R\$ 7.206,79</i>	0%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 3.801,99	R\$ 3.801,99	0%
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 0,00	R\$ 18.500,74	-100,00%
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 8.370,00	R\$ 8.370,00	0%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 470,00	R\$ 470,00	0%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 953,96	R\$ 953,96	0%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 27.385,00	R\$ 27.385,00	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 40.211,43	R\$ 40.211,43	0%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 1.243,59	R\$ 1.243,59	0%
		<i>Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 714,91</i>	<i>-R\$ 600,95</i>	18,96%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00	0%
TOTAL		R\$ 738.189,87	R\$ 922.941,28	-20%	

Cabe salientar que o IFCE não vem realizando o *impairment test* em seus ativos intangíveis, tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto; além disso, nenhum ajuste de exercício anterior fora realizado com itens do ativo intangível.

4.6.12. Passivo circulante

O passivo circulante são obrigações presentes com terceiros, com prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo, e ainda retenções de valores de terceiros em que a entidade é fiel depositária.

PASSIVO	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
PASSIVO CIRCULANTE	167.163.325,53	164.406.431,26	1,68%	99,998%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	59.320.168,61	96.253.207,89	-38,37%	35,49%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.212.111,71	3.243.652,04	-0,97%	1,92%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	2.930,33	2.930,33	0,00%	0,002%
Demais Obrigações a Curto Prazo	104.628.114,88	64.906.641,00	61,20%	62,59%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.383,13	3.383,13	0,00%	0,002%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	167.166.708,66	164.409.814,39	1,68%	100%

Ao final de 2023, as obrigações de curto prazo da entidade representaram 99,998% do seu passivo exigível total, com um valor de R\$ 167.163.325,53, apresentando variação positiva de 1,68% em relação ao final de 2022.

4.6.13. Fornecedores e contas a pagar

Em 31/12/2023, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.215.014,84 relacionados a fornecedores e contas a pagar. Na tabela a seguir, relacionam-se as unidades gestoras executoras contratantes com seus respectivos valores de fornecedores:

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão				
Unidade Gestora		2023	2022	Análise vertical (2023)
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 39.008,04	R\$ 379.426,16	1,21%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 787.423,85	R\$ 919.610,51	24,49%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 64.669,48	R\$ 217.095,41	2,01%
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	R\$ 30.636,76	R\$ 21,32	0,95%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 101.032,99	R\$ 45.591,37	3,14%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 49.518,40	R\$ 46.886,32	1,54%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 31.258,18	R\$ 299,79	0,97%
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	R\$ 862.681,90	R\$ 441.401,96	26,83%

158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 74.473,40	R\$ 0,00	2,32%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 79.177,75	R\$ 38.993,40	2,46%
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	R\$ 76.156,56	R\$ 327.190,64	2,37%
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	R\$ 55.323,55	R\$ 95.751,67	1,72%
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	R\$ 331.201,79	R\$ 46.584,92	10,30%
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	R\$ 7.360,00	R\$ 2.044,76	0,23%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 3.270,62	R\$ 31.278,84	0,10%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 142.245,24	R\$ 18.258,09	4,42%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 21.374,21	R\$ 30.115,87	0,66%
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 21.190,03	R\$ 166.048,20	0,66%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 51.488,24	R\$ 0,00	1,60%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 2.235,85	R\$ 17.932,83	0,07%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 62.265,89	R\$ 29.164,96	1,94%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 45.878,84	R\$ 44.095,88	1,43%
158965	CAMPUS ITAPIOCA/IFCE	R\$ 80.728,51	R\$ 9.565,00	2,51%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 11.745,00	R\$ 0,00	0,37%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 32.161,80	R\$ 64.872,53	1,00%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 31.886,98	R\$ 55.261,68	0,99%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 115.150,21	R\$ 18.075,21	3,58%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 2.354,11	R\$ 191.642,25	0,07%
158974	CAMPUS PECÉM/IFCE	R\$ 1.116,66	R\$ 9.345,60	0,03%
TOTAL		R\$ 3.215.014,84	R\$ 3.246.555,17	100%

A unidade gestora IFCE *campus* Maracanaú era responsável por 26,83% do total a ser pago, seguida do *campus* Fortaleza, com 24,49%, e do *campus* Crateús, com 10,30%. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data-base de 31/12/2023.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - POR FORNECEDOR - ÓRGÃO	31/12/2023	ANÁLISE VERTICAL
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE	801.499,03	24,93%
FUNDAÇÃO DE CULTURA E APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	366.800,00	11,41%
CONNECT SERVICOS EIRELI	235.209,89	7,32%
M S SOUSA & MIRANDA ALIMENTAÇÃO LTDA	156.922,47	4,88%
SERVIARM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA LTDA	136.392,47	4,24%
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	75.610,40	2,35%
IMPÉRIO SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI	60.268,34	1,87%
DEMAIS FORNECEDORES	1.382.312,24	43%
TOTAL	3.215.014,84	100%

4.6.14. Obrigações contratuais

Em 31/12/2023, o IFCE apresentou um saldo de R\$ 133.740.980,37 referente a obrigações contratuais. Trata-se de parcelas de contratos que serão executadas ao longo do

exercício corrente e exercícios futuros. A tabela a seguir apresenta essas obrigações segregando-as de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO - ÓRGÃO				
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Aluguéis	10.672,45	10.672,45	0,00%	0,01%
Fornecimento de Bens	15.110.889,48	297.271.712.816,54	-99,99%	11,30%
Seguros	326.464,91	289.928,12	12,60%	0,24%
Serviços	118.292.953,53	89.590.746,68	32,04%	88,45%
Total	133.740.980,37	297.361.604.163,79	-99,96%	100,00%

As obrigações contratuais com serviços representam a maior parte do total das obrigações assumidas pela entidade, com um percentual de 88,45%.

Ressalta-se que o valor exorbitante registrado na conta de obrigações contratuais com fornecimento de bens em 2022 foi ocasionado por uma divergência de valor em registro efetuado pela unidade gestora de Caucaia referente ao contrato nº 12/2022, erro identificado somente após o final do exercício. O valor contratado foi de R\$ 167.036,60, o que diverge do valor registrado de R\$ 297.259.269.945,00. O valor foi corrigido no exercício de 2023, o que gerou a variação entre os períodos de 99,99%.

As obrigações contratuais do IFCE estão assim distribuídas por UG contratante:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - POR UG CONTRATANTE - ÓRGÃO					
UNIDADE GESTORA		2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 38.302.278,85	R\$ 13.794.846,75	177,66%	28,64%
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 14.259.748,79	R\$ 8.833.805,17	61,42%	10,66%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 9.911.434,72	R\$ 6.523.892,33	51,93%	7,41%
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	R\$ 5.521.719,48	R\$ 3.835.399,66	43,97%	4,13%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 5.204.618,48	R\$ 5.708.905,19	-8,83%	3,89%
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	R\$ 5.118.875,24	R\$ 5.030.013,43	1,77%	3,83%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 4.807.399,43	R\$ 5.041.317,43	-4,64%	3,59%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 4.697.394,86	R\$ 8.097.978,28	-41,99%	3,51%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 4.658.808,74	R\$ 3.124.677,45	49,10%	3,48%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 4.249.734,39	R\$ 2.858.921,40	48,65%	3,18%
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	R\$ 4.030.447,12	R\$ 11.716.459,59	-65,60%	3,01%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 4.001.583,62	R\$ 3.041.648,86	31,56%	2,99%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 3.816.458,42	R\$ 2.366.856,52	61,25%	2,85%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 3.550.975,61	R\$ 2.369.882,60	49,84%	2,66%
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	R\$ 3.152.444,96	R\$ 3.043.919,86	3,57%	2,36%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 2.793.486,51	R\$ 1.441.856,80	93,74%	2,09%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 2.444.313,52	R\$ 1.301.281,70	87,84%	1,83%
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	R\$ 1.883.571,94	R\$ 1.341.281,02	40,43%	1,41%
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	R\$ 1.841.442,83	R\$ 1.210.670,78	52,10%	1,38%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 1.767.221,92	R\$ 1.395.319,37	26,65%	1,32%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 1.569.163,49	R\$ 975.908,60	60,79%	1,17%

158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 1.182.286,96	R\$ 1.182.286,96	0,00%	0,88%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 1.093.829,43	R\$ 1.373.911,62	-20,39%	0,82%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 885.384,68	R\$ 1.508.862,96	-41,32%	0,66%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 823.110,15	R\$ 1.106.768,59	-25,63%	0,62%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 793.217,27	R\$ 967.152,41	-17,98%	0,59%
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	R\$ 466.739,80	R\$ 1.308.916,58	-64,34%	0,35%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 376.412,21	R\$ 297.260.052.210,48	-100,00%	0,28%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 230.388,33	R\$ 226.614,42	1,67%	0,17%
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	R\$ 203.512,44	R\$ 719.620,80	-71,72%	0,15%
158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	R\$ 102.635,14	R\$ 102.635,14	0,00%	0,08%
158974	CAMPUS PECÉM/IFCE	R\$ 341,04	R\$ 341,04	0,00%	0,0003 %
TOTAL		R\$ 133.740.980,37	R\$ 297.361.604.163,79	-99,96%	100,00 %

As unidades Reitoria, *campus* Iguatu, *campus* Fortaleza e *campus* Crateús são responsáveis por 50,84% do total contratado.

Cabe ainda informar que foi verificada no órgão a existência de saldos alongados nas contas de controle de contratos e também registros inconsistentes, que não demonstram a realidade dos valores, afetando as informações nos demonstrativos.

4.6.15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido demonstra a situação patrimonial da entidade, sendo verificado pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Ele é composto pelos resultados do exercício corrente e de anteriores, apurados pelo confronto das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, na demonstração das variações patrimoniais.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
Demais Reservas	63.575.971,60	-	-	3,98%
Resultados Acumulados	1.365.194.423,78	1.517.386.362,08	-10,03%	85,54%
Resultado do Exercício	-84.854.824,10	939.413.531,51	-109,03%	-5,32%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.454.257.977,47	607.214.951,52	139,50%	91,12%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.208.729,59	-29.242.120,95	-85,61%	-0,26%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.428.770.395,38	1.517.386.362,08	-5,84%	89,53%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.595.937.104,04	1.681.796.176,47	-5,11%	100,00%

O patrimônio líquido do órgão, ao término do exercício de 2023, apresentou o valor de R\$ 1.428.770.395,38, composto pela reserva de reavaliação e por resultados do exercício corrente e de

anteriores. No resultado geral, observa-se uma diminuição de 5,84% em relação ao final do exercício anterior.

4.6.16. Variações patrimoniais aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas, em 31/12/2023, totalizaram R\$ 1.080.649.720,28, variando negativamente 45,32% em relação ao ano anterior. São compostas majoritariamente por transferências e delegações recebidas, com R\$ 1.068.593.719,93 (98,88%), que consistem em repasses e sub-repasses de recursos financeiros concedidos ao IFCE e às suas unidades para a execução orçamentária e de restos a pagar.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.080.649.720,28	1.976.161.802,08	-45,32%	100%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.744.972,91	1.867.262,59	-6,55%	0,16%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	401,69	146.843,65	-99,73%	0,00004%
Transferências e Delegações Recebidas	1.068.593.719,93	1.828.463.072,70	-41,56%	98,88%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.882.919,74	145.184.827,71	-93,19%	0,91%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	427.706,01	499.795,43	-14,42%	0,04%

4.6.17. Variações patrimoniais diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas, em 31/12/2023, totalizaram R\$ 1.165.504.544,38, um aumento de 12,42% em relação ao ano anterior. As principais variações patrimoniais diminutivas, com base na tabela abaixo, são as despesas com pessoal e encargos (63,60%) e com transferências e delegações concedidas (10,61%).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.165.504.544,38	1.036.748.270,57	12,42%	100%
Pessoal e Encargos	741.276.890,86	666.296.718,38	11,25%	63,60%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87.382.296,95	79.582.097,28	9,80%	7,50%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	119.831.672,89	101.033.976,09	18,61%	10,28%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.397,87	3.611,41	215,61%	0,00098%
Transferências e Delegações Concedidas	123.699.313,05	152.780.230,21	-19,03%	10,61%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	79.915.929,22	22.340.935,74	257,71%	6,86%
Tributárias	31.649,64	34.086,29	-7,15%	0,0027%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.355.393,90	14.676.615,17	-9,00%	1,15%

4.6.18. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após o encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração, o resultado é transferido para uma conta de superávit/déficit do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.080.649.720,28	1.976.161.802,08	-45,32%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.165.504.544,38	1.036.748.270,57	12,42%
= RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	939.413.531,51	9.439.608,56	9851,83%

As variações patrimoniais aumentativas diminuíram 45,32% em relação ao resultado em 2022, enquanto as variações patrimoniais diminutivas tiveram uma variação positiva de 12,42%. Diante disso, o resultado patrimonial, ao final de 2023, foi positivo no montante de R\$ 939.413.531,51, apresentando um aumento expressivo de 9851,83% em relação ao resultado apresentado ao final do exercício anterior.

4.6.19. Execução das receitas orçamentárias

O IFCE apresentou o montante de R\$ 1.864.299,33 de receitas realizadas ao término do exercício de 2023, compostas unicamente na categoria receitas correntes.

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES	632.086,00	1.864.299,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL	632.086,00	1.864.299,33

As receitas correntes são receitas auferidas com esforço próprio de arrecadação, afetam positivamente o patrimônio da entidade e estão distribuídas nas seguintes espécies:

Receitas orçamentárias por Natureza		Receitas Realizadas 2023	Receitas Realizadas 2022	Análise Horizontal	Análise Vertical
Receita patrimonial	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	283.948,63	165.372,90	71,70%	15,23%
Receita agropecuária	Receita agropecuária-principal	656.270,88	246.142,42	166,62%	35,20%

Receita Industrial	Receita industrial-principal	565,80	109,00	419,08%	0,03%
Receitas de serviços	Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	804.589,29	1.453.051,86	-44,63%	43,16%
Outras receitas correntes	Multas e juros previstos em contratos-princ.	6.714,35	17.279,46	-61,14%	0,36%
	Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.	112.210,38	97.746,70	14,80%	6,02%
TOTAL		1.864.299,33	1.979.702,34	-5,83%	100,00%

As receitas de serviços representaram a maior fatia das receitas correntes realizadas, somando 43,16%; em seguida, a receita agropecuária, com 35,20%; e os 21,64% restantes compostos pelas receitas patrimoniais, industriais e outras receitas correntes. A arrecadação total, no ano de 2023, teve uma redução de R\$ 115.403,01 (5,83%), comparada ao ano anterior.

4.6.20. Execução das despesas orçamentárias

A tabela abaixo apresenta a composição das despesas orçamentárias, bem como sua evolução em relação ao mesmo período do ano anterior:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUAL. (2023)	DOTAÇÃO ATUAL. (2022)	AH	AV	DESPESAS EMPENHADAS (2023)	EXECUÇÃO (%)
DESPESAS CORRENTES	952.218.095,00	852.026.912,00	11,76%	97,48%	976.088.008,55	102,51%
Pessoal e Encargos Sociais	790.951.672,00	721.325.317,00	9,65%	80,97%	790.013.559,77	99,88%
Outras Despesas Correntes	161.266.423,00	130.701.595,00	23,39%	16,51%	186.074.448,78	115,38%
DESPESAS DE CAPITAL	24.650.000,00	8.833.612,00	179,05%	2,52%	48.301.234,53	195,95%
Investimentos	24.650.000,00	8.833.612,00	179,05%	2,52%	48.301.234,53	195,95%
TOTAL	976.868.095,00	860.860.524,00	13,48%	100%	1.024.389.243,08	104,86%

As despesas correntes, destinadas à manutenção das atividades do ente público e que afetam negativamente o patrimônio, representaram 97,48% da dotação do IFCE em 2023, um aumento de 11,76% em relação ao ano anterior; enquanto as despesas de capital, destinadas à produção ou geração de novos bens ou serviços e que integram o patrimônio público, tiveram um aumento de 179,05% em relação ao ano anterior, mas representam 2,52% da dotação de 2023.

No tocante às despesas empenhadas (quando há o comprometimento dos créditos orçamentários), as despesas com pessoal e encargos sociais, obrigatórias e vinculadas, representaram 77,12% de todas as despesas empenhadas no ano.

O IFCE, além do seu próprio orçamento, executou despesas (outras despesas correntes e de investimentos) com orçamento descentralizado de outros órgãos. Tal fato levou ao empenho de

despesas correntes no total de R\$ 976.088.008,55 (102,51% da dotação) e de R\$ 48.301.234,53 (195,95% da dotação) referentes às despesas de capital.

4.6.21. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Conforme demonstrado na tabela abaixo, no exercício de 2023, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 1.022.524.943,75, um valor 19,32% superior em relação ao déficit ocorrido no ano anterior.

Detalhamento	2023	2022	AH (%)	AV (%)
Receitas Arrecadadas	1.864.299,33	2.126.534,08	-12,33%	-0,18%
(-) Despesas Empenhadas	1.024.389.243,08	859.071.465,27	19,24%	-100,18%
(=) Resultado Orçamentário	1.022.524.943,75	-856.944.931,19	19,32%	100,00%

O resultado deficitário do órgão justifica-se por o IFCE receber transferências financeiras de recursos do Tesouro Nacional para fazer frente à execução das despesas com suas políticas públicas, ou seja, as despesas são arcadas mais com recurso do Tesouro do que por fonte própria.

4.6.22. Remuneração de pessoal

Os gastos com remuneração de pessoal, no exercício de 2023, totalizaram R\$ 583.870.571,33, sendo 44,17% relativos aos vencimentos e salários e 40,37% às gratificações. A seguir, a tabela detalha a composição dos gastos com remuneração de pessoal no exercício.

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - COMPOSIÇÃO	2023	Análise Vertical
3.1.1.1.1.00.00 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO CIVIL - RPPS	576.899.898,08	-
3.1.1.1.1.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	257.910.386,62	44,17%
3.1.1.1.1.02.00 ABONOS	3.244.087,77	0,56%
3.1.1.1.1.03.00 ADICIONAIS	1.462.134,27	0,25%
3.1.1.1.1.04.00 GRATIFICAÇÕES	235.696.475,37	40,37%
3.1.1.1.1.05.00 FÉRIAS - RPPS	20.430.621,52	3,50%
3.1.1.1.1.06.00 13. SALÁRIO - RPPS	51.103.824,32	8,75%
3.1.1.1.1.08.00 INDENIZAÇÕES - RPPS	118.043,51	0,02%
3.1.1.1.1.09.00 SENTENÇAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	236.579,36	0,04%
3.1.1.1.1.99.00 OUTROS VENC.E VANTAG.FIXAS E VARIÁVEIS RPPS	6.697.745,34	1,15%
3.1.1.2.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - RGPS	6.970.673,25	-
3.1.1.2.1.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	6.953.412,22	1,191%
3.1.1.2.1.08.00 INDENIZAÇÕES - RGPS	10.212,23	0,002%
3.1.1.2.1.99.00 OUTROS VENCIM.E VANTAGENS FIXAS E	7.048,80	0,001%

TOTAL	583.870.571,33	100%
--------------	-----------------------	-------------

4.6.23. Restos a pagar

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os **restos a pagar não processados** se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto os **restos a pagar processados** dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até essa data, mas que ainda não foram pagas.

Conforme Anexos I e II do Balanço Orçamentário, o IFCE possuía inscrito em restos a pagar não processados o montante de R\$ 36.043.611,45 e em restos a pagar processados R\$ 62.540.426,41.

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS	PAGOS		CANCELADOS		SALDO	
Restos a pagar não processados	36.043.611,45	27.050.124,63	75,05%	2.359.265,38	6,55%	6.634.221,44	18,41%
Restos a pagar processados	62.540.426,41	62.188.088,29	99,44%	67.005,93	0,11%	285.332,19	0,46%
TOTAL	98.584.037,86	89.238.212,92	90,52%	2.426.271,31	2,46%	6.919.553,63	7,02%

Durante o ano de 2023, o órgão realizou o pagamento de 75,05% dos restos a pagar não processados e 99,44% dos restos a pagar processados. Foram cancelados 2,46% do total dos restos a pagar. O saldo pendente, em 31/12/2023, foi de 7,02% do total que havia sido inscrito, sendo R\$ 6.634.221,44 de restos a pagar não processados e R\$ 285.332,19 de restos a pagar processados.

4.6.24. Resultado financeiro

O Resultado Financeiro é apurado como indicador de equilíbrio financeiro, verificado mediante dois métodos: I) comparação do saldo em caixa entre o exercício atual e o anterior; II) as receitas orçamentárias e demais ingressos do exercício, deduzidas as despesas orçamentárias e demais dispêndios do exercício vigente.

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 1:

Apuração do Resultado Financeiro			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022	AH
Saldo para o Exercício Seguinte	69.189.482,41	62.390.881,34	10,90%
(-) Saldo do Exercício Anterior	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%
(=) Resultado financeiro do período	6.798.601,07	68.012,79	9896,06%

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 2:

Apuração do Resultado Financeiro			
R-D	2023	2022	AH
Receitas Orçamentárias	1.864.299,33	2.126.534,08	-12,33%
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.055.318.896,54	976.741.110,84	8,04%
(+) Recebimentos Extraorçamentários	174.466.825,92	93.517.510,01	86,56%
(-) Despesas Orçamentárias	1.024.389.243,08	859.071.465,27	19,24%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	110.664.482,53	108.808.987,04	1,71%
(-) Pagamentos Extraorçamentários	89.797.695,11	104.436.689,83	-14,02%
(=) Resultado financeiro do período	6.798.601,07	68.012,79	9896,06%

O resultado financeiro do exercício de 2023 foi superavitário em R\$ 6.798.601,07, valor superior em 9896,06% do apurado no exercício anterior.

4.6.25. Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (conta única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é igual ao resultado financeiro apurado no balanço financeiro. No exercício de 2023, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi positiva no valor de R\$ 6.798.601,07, apresentando uma variação de 9896,06% em relação ao ano anterior.

FLUXOS DE CAIXA	2023	2022	ANÁLISE HORIZONTAL
Fluxos de caixa das ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.713.835,43	22.870.451,10	29,92%
Fluxos de caixa das ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.915.234,36	-22.802.438,31	0,49%
Fluxos de caixa das ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.798.601,07	68.012,79	9896,06%

Quanto às atividades operacionais, com base nas informações extraídas da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), observa-se que o componente de volume mais expressivo no grupo de ingressos foram as transferências financeiras recebidas (cotas, repasses e sub-repasses), no total de R\$ 1.055.318.896,54. Já o montante mais relevante dos desembolsos foi a função Educação, no subgrupo Pessoal e Demais Despesas, cujo valor totaliza R\$ 708.484.596,88.

As atividades de investimento apresentaram somente desembolsos e a conta com maior movimentação nesse grupo foi Aquisição de Ativo Não Circulante, perfazendo o total de R\$ 21.693.589,40.